CORPOS PROFANOS E TRANSFORMADOS: *PROSTITUIÇÃO E PREVENÇÃO EM TEMPOS DE AIDS*

Luciene Jimenez

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública
da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de doutor em
Saúde Pública**

**Área de Concentração: Saúde
Materno-Infantil.**

**Orientador: Prof. Dr. Rubens de
Camargo Ferreira Adorno.**

**São Paulo
2008**

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

50712/2009 doc

**Dedico este trabalho às pessoas que
verdadeiramente o tornaram possível:**

Val

Ester

Ludmila

Beth Maison

Tayná (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **CAPES** pela bolsa de estagio de um ano no exterior.

Agradeço a Prefeitura do Município de Diadema pelas condições plenas de desenvolvimento deste trabalho, em especial:

Dr. Marcos Calvo

Dr. Osvaldo Misso

Dra. Ester Dainovskas

Dra. Regina Miki

Dra. Maria Cecília Mochon

Tânia da Costa

Dra. Karin da Silveira

Dra. Tatiana Smalkoff

Dr. Théo Lerner

Às equipes das UBS Piraporinha, Centro e Parque Real.

A presença e contribuição intelectual constantes de Adriana Piscitelli

Às importantes contribuições dos companheiros dos Encontros *Fazendo Gênero*, em especial, a Berenice Bento e Larissa Peluccio, membros desta banca.

À Iara Guerriero, por suas preciosas discussões sobre Ética em pesquisas qualitativas.

A Professora Eleonora Menecucci

Aos amigos e colaboradores Vanda Regina Marques, Ronaldo Gomes Neves, Jaqueline Alday Torres, José Renato Carollo, Adriana Marcassa Tucci, Roberto de Castro e Silva, Andressa Ramos

A ansiosa paciência do meu querido orientador, *Rubens Adorno*.

Aos queridos amigos do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública – LIESP – do Departamento de Saúde Materno-Infantil da FSP/USP e as contribuições das professoras Augusta Alvarenga e Maria da Penha Vasconcelos.

A minha tutora em Barcelona, Dolores Gonzales Luna, sua incansável dedicação.

Aos professores Dolores Juliano, Ignaci Pons, Olga Viñuelas.

A Merce Meroño, Beatriz Espejo, Natália Parés, Norma Mejía e Isabel Holagdo.

A Irmã Oblata Lurdes Perramon e a Irmã Adoractriz Encarnación.

Às instituições: LICIT, AMBIT DONA, GENERA, LLOC DE DONA.

Aos amigos e companheiros que me guiaram em meio ao desconhecido: Leonardo, Chule, Sadia, Kemal, Carla, Marta ..

Resumo

Este trabalho teve como objetivo caracterizar os territórios, os locais e as redes de prostituição de mulheres e travestis no Município de Diadema/SP-BR, estabelecendo um paralelo com a cidade de Barcelona/ES. O Município de Diadema concentra a maior densidade demográfica do Estado de São Paulo e é caracterizado como uma cidade de trabalhadores, enquanto Barcelona é uma cidade prioritariamente turística. Elementos do método etnográfico foram aliados a entrevistas e questionários realizados com profissionais do mercado sexual em Diadema, no período de maio de 2005 a maio de 2007. A partir de junho de 2007, foram incluídas entrevistas com profissionais do sexo e profissionais técnicos em Barcelona. Em Diadema, as redes de transporte são comerciais e familiares. A demarcação dos territórios, o tempo (idade e tempo na profissão), as regras e o corpo surgiram como referenciais laborais para as prostitutas e existenciais para as travestis, revelando diferenças nas apropriações do trabalho sexual e chamando a atenção para a presença de travestis adolescentes e prostitutas maduras. Em Barcelona, a imigração ilegal é o organizador da vida destas profissionais, sendo expressiva a presença de mulheres em aparente estado de privação de liberdade. Desde o ponto de vista da saúde as abordagens à prostituição devem considerar as condições em que se dá este exercício. Enquanto uma ocupação, as abordagens remetem à saúde sexual/reprodutiva e à saúde ocupacional. As demandas referentes à saúde das travestis transcendem o exercício do sexo comercial e solicitam abordagens que considerem o grave processo de exclusão a que estão submetidas.

Descritores: prostituição, sexualidade, travestismo, saúde pública

Palavras-chave: comércio sexual, trabalho sexual de mulheres e travestis, travestilidade.

Abstract

The purpose of this paper was to present territories, places and the prostitution networks of women and *travesties* in Diadema / Sao Paulo /BR, drawing a parallel with the city of Barcelona/ Catalunya /Spain. Diadema concentrates the biggest demographic density of the state of Sao Paulo and is described as a city of workers, while Barcelona is a predominantly touristic city. Elements of the ethnographic method were combined to interviews and questionnaires conducted with professionals in the sex market in Diadema, from May, 2005 to May, 2007. From June 2007 on, interviews with sex workers and technical professionals in Barcelona were included. In Diadema, transport networks are both commercial and free-riding, indicating a voluntary type of work and the absence of slavery. The demarcation of territories, the time (age and time in the profession), rules and the human body appeared as a work reference for the prostitutes but were existential for transvestites, revealing differences in sexual appropriations of work instruments and drawing attention to adolescents *travesties* and mature prostitutes. In Barcelona, the illegal immigration is the common ground of life of these professionals, being significant the presence of women in apparent state of freedom deprivation. From the public health policy formulation point of view the approaches to prostitution should consider the conditions in which this work takes place. As an occupation, current approaches refer to fields such as sexual health/human reproduction and occupational health. The health needs of *travesties* transcend the sex trade and asks for approaches that include the serious process of exclusion that they are submitted.

Descriptors: prostitution, sexuality, transvesties, public health

Keywords: sexual trade, sexual work of women and *travesties*/transvestites, "travestilidade".

Descriptors: prostitution, sexuality, transvestites, public health

Keywords: sexual trade, sexual work of women and *travestis*/transvestites, "travestilidade".

ÍNDICE:

1 INTRODUÇÃO: DA SAÚDE MENTAL À AIDS 13

2 SEXUALIDADE: TERRITÓRIO E LEGISLAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO .. 21

2.1 HIGIENISMO E CONTROLE DOS CORPOS: REGULAMENTAR PARA SANEAR 23

2.2 ABOLIR OU LEGALIZAR? A SEXUALIDADE E A PROSTITUIÇÃO SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS 26

2.3 O COMÉRCIO DO SEXO, O TRABALHO SEXUAL E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO 34

3 REFERENCIAL TEÓRICO..... 39

A TEORIA *QUEER*: PÓS-IDENTIDADES EM TRÂNSITO 39

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO 53

4.1 A CIDADE E OS BAIRROS 55

4.1.1 Barcelona..... 58

4.2 OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA..... 60

4.3 QUESTÕES ÉTICAS 63

4.3.1 A Resolução 196/96 e o Termo de “Com-sentimento” 68

4.3.2 Análise e Divulgação dos Resultados..... 73

5 OS ESPAÇOS E AS REDES DE TRABALHO SEXUAL..... 77

5.1 AS PROSTITUTAS E SEUS ESPAÇOS..... 77

5.2 AS REDES VERTICAIS 90

5.3 AS *TRANS*: ENTRE A CASA E A RUA 97

5.4 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: PROSTITUTAS E *TRANS*108

5.5 OS ESPAÇOS E AS REDES EM BARCELONA114

6 CARTOGRAFIAS FLUTUANTES: CORPOS QUE TRABALHAM E CORPOS QUE AMAM125

6.1 CORPOS NÔMADES	125
6.2 TRANSGENERISMOS.....	144
6.3 CORPOS E NOMES: TEMPOS E LUGARES	146
6.4 A ENTRADA NA NOITE.....	154
6.5 OS CLIENTES	166
6.5.1 As Clientes e o Sexo Entre Mulheres	181
6.5.2 Ocós.....	186
6.6 A MULHER: UM CORPO GENITALIZADO	192
7 CONSIDERAÇÕES	217
POST SCRIPTUM.....	229
<i>O HAPPY END DA TRAVESTILIDADE.....</i>	<i>229</i>
AÍ BICHA! VOCÊ PERDEU!.....	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SECUNDÁRIAS	243
ANEXOS:.....	249
ANEXO I: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO SEXUAL EM DIADEMA.....	249
ANEXO II: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A EXIGIBILIDADE DE PAGAMENTO POR SERVIÇO DE NATUREZA SEXUAL.	250
ANEXO III: PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE PROSTITUTAS E PROSTITUTOS.....	252
ANEXO IV: CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES.....	255
ANEXO V: DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA	257
ANEXO VI: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	258
ANEXO VII: LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIADEMA DISCIPLINADORA DO FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES...	260

ANEXO VIII: QUESTIONÁRIO: PERFIL OCUPACIONAL, SOCIAL E DE SAÚDE – MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO - DIADEMA	262
ANEXO IX: MAPA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL: BRASIL – SÃO PAULO – DIADEMA.....	265
ANEXO X: MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO	266
ANEXO XI: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIADEMA NA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO	267
ANEXO XII: REGIÃO DO GRANDE ABCD COM RENDA PER CAPITA POR MUNICÍPIO	268
ANEXO XIII: MAPA – LOCALIZAÇÃO ESPACIAL: SÃO PAULO – DIADEMA - SANTOS.....	269
ANEXO XIV: BAIRROS DE DIADEMA.....	270
CURRICULO LATES	271

Siglas Utilizadas:

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência adquirida

CR/DST-Aids – Centro de Referência em doenças sexualmente transmissíveis e Aids.

DST – Doenças sexualmente transmissíveis

EFRS – Espaço Fernando Ramos da Silva

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

EFRS – Espaço Fernando Ramos da Silva

1 INTRODUÇÃO: DA SAÚDE MENTAL À AIDS

Foi o caminho do imprevisível que me fez chegar até aqui. Esta afirmação, plenamente partilhada entre eu e as profissionais do sexo, constituiu um importante elo de identificação, já que, como psicóloga, a idéia de trabalhar/pesquisar o comércio do sexo nunca fez parte dos meus projetos que estiveram voltados, durante 15 anos, para a área clínica institucional com crianças e adolescentes.

Um estudo realizado sobre a demanda para a saúde mental (Psicologia, Fonoaudiologia e Serviço Social) de crianças e adolescentes na UBS da região do Jardim Inamar (JIMENEZ e col., 1997)* mostrou que as abordagens clínicas tradicionais tinham instrumentos para responder a uma parte – 20% – das demandas que chegavam à Unidade Básica de Saúde estudada. Aproximadamente 1% (Síndromes diversas, autismo, psicose, etc.) necessitava de equipamentos mais complexos e, o restante, aproximadamente 75%, estava inserido em um território cuja história fazia parte constitutiva dos sintomas apresentados pelos jovens e crianças moradores da região.

A psicologia e a saúde mental precisavam aprender a ler o território e tinham recursos para fazer a “anamnese”, aproximar-se do histórico da

* Agradeço aos amigos Marco Antonio Barbosa (pedagogo e assistente social) e Catarina Miranda (fonoaudióloga e técnica de enfermagem) cujas competências técnicas e contribuições pessoais fazem parte indissociável deste estudo.

região e das instituições ali inseridas, realizar uma leitura interpretativa e propor um plano de ação.

A compreensão clinicalista que restringe a ação da saúde mental ao âmbito do atendimento clínico individual ou em grupo, estava hegemonicamente institucionalizada impossibilitando levar adiante este campo de idéias e me conduzindo em direção ao “mundo da Aids”. As abordagens sobre a epidemia lançavam mão de diversos pontos de vista: da antropologia, da epidemiologia, da sociologia, etc. e das complexas questões de gênero e identidade sexual, desvelando um espaço de trabalho conivente com as minhas recém-descobertas.

O estudo sobre as masculinidades, tema prioritário para as ações de prevenção ao HIV naquele momento histórico da epidemia, e o desemprego prolongado (acima de 12 meses) entre homens em idade produtiva na região do ABC deu origem à dissertação de mestrado “Efeitos do desemprego prolongado na divisão sexual do trabalho”* (JIMENEZ, 2002).

O desemprego prolongado é uma das expressões de violência simbólica mais significativa da contemporaneidade, atinge homens e mulheres de forma diferenciada, sendo que, em relação ao papel de gênero tradicional do homem, promove o contato com o sentimento de castração e de impotência. “Ter mulher e filhos que não *pode* sustentar” e, pelas atuais leis do mercado de trabalho formal, não voltará a aceder a este *poder*, é um movimento de afronta à manutenção da masculinidade normativa.

* Agradeço à Professora Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira por suas inúmeras e importantes contribuições.

Em termos de saúde, esta situação gera inúmeros agravos que vão desde o uso de álcool e outras drogas, a violência doméstica e social, até a exposição às DST/HIV-Aids. Em termos de vida social a repercussão é muito mais ampla: os papéis de gênero que foram forjados para dar sustentação a um sistema, estão sendo diluídos juntamente com o sistema que os constituiu. E os sujeitos, que viam no exercício destes papéis um importante referencial de formação das suas subjetividades tendem (1) a buscar próteses que restituam o *falo* perdido, ou (2) reinventar discursos sobre as possíveis formas de ser e de viver para além de homens ou mulheres.

A partir desta compreensão, que acredita na inserção das ações de saúde a partir de tramas sociais complexas, como por exemplo, as relações entre desemprego, gênero e a prevenção das DST; eu defendia que os trabalhos de prevenção às DST/HIV fossem realizados nos espaços territoriais das regiões de forma articulada com os indicadores sociais e de saúde.

Nesse momento, um Seminário ocorrido em Brasília* apontava para a importância de os Programas Estaduais e municipais desenvolverem políticas públicas para abordar a questão da prevenção das DST-HIV entre os e as profissionais do sexo, o que me parecia uma ação improfícua por motivos óbvios: As prostitutas brasileiras, durante o exercício do sexo profissional, são campeãs no uso do preservativo masculino – 78% – (PITTALUNGA e col., 2003; MERCHÁN-HAMANN e col., 2003). Estão muito

* Seminário Aids e prostituição: estratégias de prevenção voltadas a profissionais do sexo. Brasília; março 2002.

acima da média da população geral brasileira de 24% (BERQUÓ e col., 1999), causam inveja a qualquer coletivo dos chamados países em desenvolvimento, e, tal adesão ao uso da camisinha só pode ser comparada ao encontrado entre as profissionais do sexo dos países ricos.

A participação das prostitutas* e de seus parceiros na disseminação do HIV varia enormemente dependendo muito mais do contexto social e legal do que das ações educativas ou da distribuição de insumos. Na Tailândia, eles desempenham um papel central; já nos países nórdicos, as taxas de DST e HIV em profissionais do sexo e parceiros são muito baixas (BASTOS, 2000).

A marginalização, a invisibilidade, a falta de legislação e de políticas protetoras são os principais fatores que aumentam a exposição das e dos profissionais do sexo às DST-HIV/Aids constituindo primeiramente um problema legal e, só secundariamente, um problema de saúde pública (ONUSIDA, 2003).

A relação entre as práticas (higienistas) de prevenção às doenças sexuais e o exercício do poder normatizador e ortopédico – corretivo – sobre os corpos é histórica tendo na epidemia de sífilis um representativo expoente (CARRARA, 1996). As ações de prevenção tendem a mascarar os determinantes políticos, sociais e culturais depositando sobre os indivíduos a responsabilidade de deter a transmissão de um dado agente.

* Os termos “prostituta”, “profissional do sexo” e “garota” (de programa) são utilizados de acordo com o autor citado, ou, o depoimento pessoal. Algumas mulheres acompanhadas neste campo utilizaram alternadamente as expressões puta, prostituta e garota, embora a palavra prostituta tenha sido considerada pela maioria como sendo a mais legítima para expressar a atividade que exercem e será preferencialmente utilizada.

O objeto da prevenção às doenças sexuais tem sido contextualizado historicamente dentro do binômio *comportamento sexual (individual ou coletivo) x "vírus"*. A vinculação entre as práticas sexuais (compreendidas enquanto parte da vida privada) e as formas de transmissão de um microorganismo tem definido o formato das abordagens preventivas: folders, palestras, mídia, etc.

Como se constituem os saberes sobre os corpos? Quem detém e difunde estes saberes? Como se distribuem os poderes sobre estes corpos? Qual é a concepção de corpo que se encontra no eixo deste pragmatismo?

As questões acima podem parecer velhas inquietações foucaultianas, mas ao serem verbalizadas constituíram o eixo do pensamento deste trabalho: As relações com o *corpo* (inclusive sexual), com o *tempo* (inclusive a morte) e com os *espaços* foram consideradas os elementos centrais da constituição das subjetividades, dos sujeitos e das suas possibilidades de eleição ou resistência.

A partir desta perspectiva, um olhar mais imparcial sobre a realidade da prostituição em Diadema revelava algumas questões intrigantes:

- A oferta de sexo comercial estava concentrada nas duas regiões consideradas centrais (ANEXO I).
- As prostitutas estavam predominantemente em espaços privados, dentro de casas ou nos clubes *privés*.

- As *trans** trabalhavam exclusivamente nas ruas, muitas delas adolescentes.
- Não existiam *michês** trabalhando na cidade, embora houvesse residentes.

Havia algo para além dos indivíduos envolvidos, uma dinâmica parecia organizar *onde, como e com quem*. Os territórios, os espaços e os sujeitos implicados, de alguma maneira, compunham arranjos a partir do que pareciam ser normas e regras desconhecidas por eles mesmos, porém amplamente respeitadas e repetidas.

Foi o caminho do imprevisível que me fez chegar até aqui.

O quê as pessoas fazem com os seus corpos? Como conduzem o tempo e por onde circulam estabelecendo ou não elos? Qual a possibilidade de exercitarem suas escolhas? Quais as alternativas possíveis e quais estão para ser inventadas?

O trânsito entre fronteiras – de mulher a puta, de homem a travesti, de mulher a homem, de leste europeu a Europa, de “Sudamérica” ao Norte e infinitos eteceteras – e todas as implicações decorrentes de tais trânsitos parece ser a marca maior da contemporaneidade e de grande parte da paranóia que a caracteriza.

* O termo *trans* será utilizado assim como o Universo *trans*, para fazer abranger “todas as personificações de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente aquelas das travestis” (BENEDETTI, 2005, p. 17). No capítulo 6 será feita uma discussão sobre estas terminologias.

* O termo “*michê*” tem dois sentidos: um alude ao ato de prostituir-se, “fazer *michê*” é a expressão utilizada pelos homens que se prostituem para referir ao ato próprio da prostituição. Em uma segunda acepção, o termo “*michê*” é utilizado para designar varões, geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade (PERLONGHER, 1987).

Subjetividades constituídas por meio de fluxos migrantes do qual somos integrantes. As fronteiras dos países, dos corpos, dos sexos, das identidades, dos gêneros, as definições e os conceitos estão sendo decididamente borrados e todo o pânico moral decorrente deste movimento, ressuscitado.

Este trabalho surgiu do encontro entre as ações de saúde preventiva com as mulheres e com as travestis e transexuais profissionais do sexo na cidade de Diadema (São Paulo, Brasil) e as reflexões suscitadas a partir destes encontros. Está inscrito, portanto, no trânsito entre ações historicamente construídas no bojo do higienismo positivista de lógica cartesiana, binária e causal, e o emaranhado de corpos, sexos, territórios e redes cujas relações desafiam qualquer lógica.

2 SEXUALIDADE: TERRITÓRIO E LEGISLAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

A articulação entre o extenso aparato jurídico que regula a sexualidade por meio de concepções médicas é de fundamental importância para compreender e analisar a prostituição.

Primeiramente, cumpre saber que os termos *prostituição* e *sexualidade* são contemporâneos, ambos surgiram no século XIX a partir de referências médicas. Segundo RAGO (1991) o termo *prostituição* não pode ser utilizado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outros contextos sociais, sem realizar um nivelamento violento da singularidade dos acontecimentos.

Antes do século XIX, algumas palavras que vieram a se constituir como importantes organizadores sociais do mundo ocidental moderno, como: sexualidade, prostituição, populações, emprego/desemprego, simplesmente não existiam. Embora o sexo, o trabalho, os agrupamentos humanos e todas as suas diferentes variantes tenham existido desde sempre na história da humanidade, o contexto e as representações atribuídas a eles eram muito diferentes daquelas que vieram a se constituir no decorrer do processo de industrialização.

A revolução industrial, a implantação do sistema capitalista, o surgimento da urbanização e da organização da vida nas cidades promoveram uma profunda metamorfose. Os lugares de trabalho e de vida

peçoal foram separados, e, com o objetivo de sanear os espaços públicos, as diferentes atividades tiveram seus espaços demarcados. A prostituição, compreendida como uma atividade exclusivamente feminina ficou circunscrita às regiões periféricas das cidades pequenas e aos bairros centrais dos grandes centros urbanos (BASSERMANN, 1965; RAGO, 1997).

Neste processo, a migração desempenhou papel fundamental, muitas pessoas cujas sexualidades não encontravam expressão na vida rural foram atraídas para as áreas metropolitanas específicas estabelecendo uma etnogênese sexual que criou espaços territorializados, às vezes, bairros inteiros, a partir das atividades sexuais (RUBIN, 2003a).

Para Michel FOUCAULT (2002), nos séculos XVIII e XIX os arranjos entre o biopoder e o poder disciplinar incidiram simultaneamente (1) nas *massas* – no agrupamento e organização das populações – e, também (2) criaram conceitos sobre os corpos dimensionando-os enquanto indivíduos. Esta forma de organização que atingiu a vida individual, ao mesmo tempo em que incidiu sobre as coletividades, foi chamada pelo autor de “sociedade disciplinar”.

Algumas ciências ocupam lugar tradicional e são freqüentemente citadas como instrumentos a serviço deste poder, entre elas: a medicina clínica, o higienismo, a ciências *psis*: psicologia, psiquiatria, psicanálise. Alguns pressupostos destas ciências foram utilizados para destituir o saber popular determinando critérios de normalidade e tratamento, demarcando territórios, nomeando patologicamente alguns comportamentos, inclusive

sexuais, para os quais, até então, sequer havia nomes e subsidiando a construção de um extenso aparato jurídico.

2.1 HIGIENISMO E CONTROLE DOS CORPOS: REGULAMENTAR PARA SANEAR

A compreensão de que homens e mulheres possuem uma sexualidade dirigida a partir das forças da natureza foi de fundamental importância para a construção da legislação sexual, para a consolidação do casamento monogâmico heterossexual e para o surgimento da figura da prostituta.

Um grande grupo de cientistas e médicos acreditava na sexualidade natural, hereditária, genética, em grande parte influenciados pelas teorias do médico italiano Lombroso*, tenderam a defender a existência de uma sexualidade feminina e uma masculina, sendo o desejo masculino absolutamente irrefreável, heterossexual (ativo/dominante) e insubmisso às regras do contrato social. Seu desvio consistia na homossexualidade (passivo/dominado).

* Lombroso (1835/1909) foi médico da escola criminológica italiana que buscava provar que as prostitutas, os homossexuais e os criminosos tinham características físicas natas e específicas, como o tamanho das mandíbulas e do cérebro. Tais idéias foram, aos poucos, desacreditadas, mas a necessidade de explicar a existência das sexualidades consideradas desviantes fez com que diversas publicações da área médica acatassem esta concepção.

Para as mulheres, a sexualidade normal reservava: devoção ao lar, prazer advindo do exercício cotidiano da maternidade, relação sexual sem orgasmo nem desejo, a realização suprema por meio do casamento. Seu desvio maior era a manifestação de qualquer desejo ou satisfação sexual.

A via para submeter o corpo feminino ao saber médico foi primeiramente por meio das tecnologias de reprodução – gestação, parto e aborto – e, em segundo lugar, a idéia de que as mulheres teriam uma sexualidade que exigia maior controle, já que era mais fisiológica baseada no fenômeno do cio (VIEIRA, 2002, p. 39).

Em nome da higiene, da família e da pátria, a mulher se tornou alvo das ações de saúde: Era necessário educá-las para o bom desempenho da natureza feminina dos seus corpos, evitando a manifestação do seu avesso, a mãe “desnaturada”, a esposa “leviana”.

O regramento da sexualidade masculina foi construído sobre a imperiosidade dos impulsos heterossexuais e a disputa pela posição de dominador associada ao ato sexual penetrativo.

Estes discursos teceram identidades femininas e masculinas, ditando os parâmetros de normalidade destas construções. Os limites incluíam desde as prédicas a serem aplicadas sobre o próprio corpo, se estendiam pelos espaços domésticos, chegavam às ruas, e alcançavam as praças ou cafés, restringindo estritamente o trânsito e o comportamento de homens e mulheres.

As fronteiras e os territórios deveriam ser rigorosamente respeitados, para RAGO (1991), as discussões sobre a prostituição remetiam aos

problemas decorrentes da entrada das mulheres na vida pública, e a figura da prostituta foi talhada e utilizada como parâmetro de limite para o comportamento feminino no espaço público.

O discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social (ENGEL, 1989, p. 69).

Considerando que todos os homens normais seriam naturalmente portadores de uma heterossexualidade imperativa e descontrolada e as mulheres, por princípio, seriam virgens ou frígidas, era evidente a necessidade de espaços onde o homem pudesse extravasar seus desejos a fim de que a ordem – casamento heterossexual e monogâmico – imprescindível ao sistema em formação fosse mantida.

A prostituição foi institucionalizada por meio do bordel e inserida na mesma rede disciplinaria referida por FOUCAULT (2002) criada para incidir sobre os corpos e que abarcou as prisões, as escolas, os exércitos, etc. utilizando as mesmas técnicas, como a distribuição no espaço, o controle sobre o corpo e a atividade, etc., e os mesmos instrumentos: vigilância, punição, exames.

O regulamentarismo foi o sistema que pretendeu organizar a prostituição por meio de um conjunto de ações que abarcavam desde a demarcação no território até as práticas médicas.

As ações de saúde e as policiais eram executadas conjuntamente, e, como objetivo, predominava o caráter punitivo penal. Os hospitais eram

prisões e o direito do Estado sobre o corpo parecia irrestrito. Este conjunto de ações tinha entre suas justificativas “a prevenção e o tratamento da epidemia de sífilis” (CARRARA, 1996).

O regulamentarismo evoluiu com algumas diferenças ao longo do século XX, seguindo o vaivém das orientações políticas e das crises econômicas, porém seguiu uma linha geral no que se refere ao crescente controle dos médicos higienistas sobre os corpos e as sexualidades das mulheres em geral e não apenas das prostitutas (JULIANO, 2002a).

Segundo JULIANO (2002a), o maior agravo da regulamentação era o seu poder de atingir a qualquer mulher, já que as normativas para identificação policial eram arbitrárias e podiam ser aplicadas sobre qualquer uma que se arriscasse a sair ao mundo público. A regulamentação da prostituição legitimava mecanismos sociais de controle sobre o corpo e a sexualidade de **todas** as mulheres, criando recursos para restringir, limitar e, até punir a presença de qualquer mulher no espaço público.

2.2 ABOLIR OU LEGALIZAR? A SEXUALIDADE E A PROSTITUIÇÃO SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS

Em contraponto à compreensão da sexualidade enquanto impulso natural e imperativo havia aqueles que defendiam sua base social, passível

de ser historizada e transformada. As feministas sufragistas* são expressivas representantes desta tendência.

Este campo de pensamento cindiu ao se confrontar com as duas representações predominantes para a sexualidade da mulher.

(1) Para alguns, a sexualidade da mulher era um instrumento a serviço do patriarcado, da submissão e convivência com os desejos dos homens e com o poder masculino.

(2) Para outros, a sexualidade da mulher poderia ser um fator potencialmente subversivo e desestabilizador das relações de poder entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2005).

As respectivas compreensões sobre a sexualidade foram estendidas para a prostituição que passou a representar a polêmica questão sobre qual é o lugar delegado à sexualidade da mulher. Para Chapkis, citado por PISCITELLI (2006, p. 16) “a oposição entre visões antagônicas estava presente já nas primeiras discussões das sufragistas”. Nunca houve consenso predominando até os dias atuais a tendência à polarização.

Um terceiro grupo mais cauteloso atribuiu ao sexo o espaço de disputa, uma estratégia cultural que pode desestabilizar ou reforçar o poder masculino (PISCITELLI, 2005)

* “As sufragistas são sujeitos históricos construídos no discurso da modernidade, que, através das categorias de IGUALDADE E JUSTIÇA objetivaram suas condições de subordinação e exclusão dos direitos de cidadania, se organizaram como movimento social e lutaram contra estas condições e conseguiram os direitos de administrar seus bens, aceder à universidade, a cargos públicos e a votar e ser votadas nas eleições” (LUNA, 2004, p. 32). [Las sufragistas son sujetos históricos construidos en el discurso de la modernidad, que a través de las categorías de IGUALDAD Y JUSTICIA objetivaron sus condiciones de subordinación y exclusión de los derechos de ciudadanía, se organizaron como movimiento social y lucharon contra esas condiciones y lograron los derechos de

Estas compreensões sobre a sexualidade deram origem a dois dispositivos legais em torno da prostituição:

(1) O Abolicionismo, que propõe a eliminação de qualquer expressão de comércio sexual e apresenta duas vertentes: o abolicionismo proibicionista, que coíbe qualquer expressão do comércio sexual, e o liberal, que tolera a presença da mulher no trabalho sexual, desde que livre de qualquer agenciamento.

(2) A Pró-legalização, reuniu militantes da área e subgrupos feministas que entenderam a prostituição como uma possibilidade de trabalho legítimo, apesar de todas as explorações presentes nas diversas expressões do mundo do trabalho contemporâneo e extensivas ao trabalho sexual.

Ambas as tendências fazem severas críticas ao regulamentarismo entendido como um sistema antiliberal e despótico que colocou as prostitutas fora do direito comum e sob o arbítrio da polícia.

A polêmica contemporânea está posta entre (1) a necessidade de criar mecanismos sociais que possibilitem a eliminação de toda e qualquer forma de comércio sexual, ou, (2) estabelecer as condições e os termos de exercício desta atividade enquanto laboral.

No plano internacional, o abolicionismo foi reconhecido em 1949 por meio da assinatura do Convênio Internacional para a Repressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição (JULIANO, 2002a). O abolicionismo foi o sistema majoritário na Europa ocidental durante o século

XX e continua fortemente presente nos dias atuais. Segundo RUBIO (2008), os argumentos principais para defender o abolicionismo na atualidade são:

- Não existe liberdade individual para optar pelo sexo comercial em um mundo sem uma base material justa e igualitária.

- Não se deve atentar apenas ao desejo dos sujeitos implicados na prostituição – profissionais do sexo, clientes e agenciadores –, mas também aos efeitos que esta prática tem no restante das relações e dos sujeitos sociais.

Atualmente, a Irlanda e os Estados Unidos da América são os que detêm um modelo mais repressivo, porém muitos países que oficialmente dizem tolerar a prostituição fazem tantas restrições legais, como por exemplo, só permitir o trabalho individual, ou punir quem aluga um imóvel com fins a prostituição (como no Brasil, por exemplo), que se aproximam de uma espécie de semiproibicionismo (ARELLA e col., 2007).

O exemplo mais recente de uma variante do semiproibicionismo é o modelo sueco implantado pela primeira vez na Europa a partir de janeiro de 1999 proibindo a compra de serviços sexuais, porém penalizando apenas os clientes com uma condenação de até seis meses de reclusão. Segundo o governo, não é razoável castigar a pessoa que vende um serviço sexual, ao contrário, deve-se ajudá-la a abandonar este modo de vida. Quanto aos clientes, embora haja repressão, é também oferecida uma assistência telefônica na qual eles podem expressar seus problemas (MONTREYNAUD, 2004).

Entre os países que mantêm uma política liberal estão os Países Baixos, que em outubro de 2000 legalizaram o exercício da prostituição abolindo a proibição da exploração do trabalho sexual voluntário e aumentando a pena para o tráfico de pessoas para a prostituição forçada. A Alemanha e três estados australianos também legalizaram, e a argumentação é que esta é a única maneira de lutar contra a violência e a marginalidade do sexo comercial protegendo os profissionais que o exercem. Este modelo defende a legalidade da prostituição por conta própria, exercida por maiores de 18 anos, e a compra de serviços sexuais, além disso, os trabalhadores sexuais contribuem com a Seguridade Social e têm os direitos trabalhistas garantidos (ARELLA e col., 2007).

No Brasil, a prostituição foi *regulamentada* em 1935 por meio do Decreto nº 7.223, segundo o qual, a fiscalização do meretrício era incumbência da Delegacia de Costumes. Em termos legislativos, porém, a adesão brasileira à “Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e Lenocínio” ratificada em 1951 e promulgada pelo Decreto nº 46.981, de 08 de outubro de 1959, oficializa internacionalmente a posição *abolicionista* do país (RIOS, 2000).

De acordo com a legislação brasileira, o trabalho sexual sempre foi compreendido como um atributo exclusivo *de* mulheres e não constitui contravenção, porém, as leis admitem a prostituição autônoma, isenta de qualquer tipo de agenciamento realizado por homem, mulher ou organização. Todo e qualquer tipo de proteção, transporte ou agrupamento em casas ou apartamentos comprados ou alugados com fins à prostituição,

ainda que pelas próprias profissionais, caracteriza algum crime: cafetinagem, lenocínio, rufianismo, proxenetismo, facilitação do comércio sexual, etc., podendo resultar em prisão de alguns meses a vários anos.

O Código Penal regula a matéria em sua parte especial, aprovada pelo Decreto-Lei nº 2.848/1940, no Capítulo V, intitulado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”.

Os artigos 228 a 232 punem não a mulher que comercializar seu próprio corpo sexualmente, mas os mediadores ou aproveitadores da prostituição, como se a mulher não pudesse ser, ela mesma, agenciadora do seu corpo. Cabe salientar o artigo 229 que diz:

Art. 229. Manter por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros ou para fim libidinoso, haja ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. As penas variam de um a quatro anos de reclusão dependendo da idade da vítima e do uso de força física, violência ou grave ameaça; sendo também aplicáveis multas caso o crime seja cometido visando lucro.

Há ainda diferenças legais importantes entre o trabalho sexual de mulheres e o trabalho sexual realizado por homens. Para um homem andar de um lado para o outro da rua ou ficar parado em uma esquina constitui o delito de vadiagem.

Enquanto que a prostituição feminina é permitida, o “trottoir” de homens e travestis, assumido pelas decisões transcritas como dirigidos à pederastia e à homossexualidade, é enquadrado como delito de vadiagem (RIOS, 2000, p. 91).

No imaginário legal brasileiro o homem só pode figurar na cena da prostituição como cliente ou agenciador, sendo penalizado no segundo caso e invisibilizado no primeiro. O proxenetismo (mediação para servir à lascívia de outrem), o rufianismo (aproveitamento do ganho de prostitutas), o transporte de pessoas destinadas à prostituição, são punidos, mas a prostituição em si não. Como se fosse possível existir uma prostituição etérea e descontextualizada da realidade que a circunda e constitui.

Neste panorama, entre a influência regulamentarista e o abolicionismo liberal, tramita desde 1997, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 98/03, do Deputado Fernando Gabeira, que pretende legalizar a prática da prostituição no Brasil (Anexo II). No último encaminhamento, a comissão acolheu o parecer do relator, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), contrário à proposta. Para ele, a previsão legal de um contrato cujo objeto seria o comércio do próprio corpo é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro. Apesar do apoio recebido da Rede Brasileira de Prostitutas, da ONG Davida e da grife Daspu, a previsão para qualquer ato efetivando a legalização neste momento é considerada inviável.

Um segundo projeto de lei do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), (Anexo III) está em tramitação na Câmara Federal, porém, este pretende regulamentar a prostituição como uma profissão de “trabalhadores da sexualidade”. O Projeto de Lei nº 4.244/04 propõe que, para exercer a profissão, o trabalhador do sexo tenha um registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho, a ser renovado a cada 12 meses. Além disso, deve apresentar a inscrição como segurado do INSS e um atestado

de saúde sexual, emitido pela autoridade de Saúde pública. O autor do projeto, afirma que a intenção é tirar a categoria da informalidade, condição na qual está sujeita à exploração e à corrupção, no entanto, o formato do projeto cumpre o modelo regulamentarista.

Desde o ano de 2002, a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, passou a reconhecer a prostituição como uma ocupação sob o código 5198-05 – (Anexo IV) agregando as seguintes denominações: garota(o) de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador(a) do sexo, transexual e travesti, (estes dois últimos quando profissionais do sexo).

Enquanto os trabalhadores pertencentes a outras ocupações, como por exemplo, os catadores de lixo, podem e são estimulados a se constituir em cooperativas de reciclagem, qualquer organização de profissionais do sexo em grupos ou cooperativas – ainda que autogerido – caracteriza alguma infração à lei.

O panorama legal brasileiro com relação à prostituição segue uma tendência freqüente nos países da América do Sul, um cenário surrealista e paradoxal combina leis que permitem a prostituição (só de mulheres), com leis que inviabilizam o exercício profissional do sexo comercial. A própria falta de clareza semântica acerca de palavras tão polissêmicas como: sexualidade, prostituição, comércio sexual, trabalho sexual, etc., delegam a esta temática o lugar de “terra de ninguém”.

2.3 O COMÉRCIO DO SEXO, O TRABALHO SEXUAL E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO

No dia 15 de fevereiro de 1985, na Holanda, aconteceu o I Congresso Mundial de Putas, após o encerramento foi fundado o *Comitê Internacional para os Direitos das Prostitutas*. O segundo Congresso foi em Bruxelas entre 1 e 3 de outubro de 1986. No decorrer deste foi escrito um documento em que as prostitutas se identificam com o feminismo e renegam a condição de vítimas, solicitam a descriminalização de todos os aspectos da prostituição adulta e a regulação para os contratos de trabalho. Solicitam que não exista uma região geográfica demarcada para a prostituição, rechaçam qualquer tipo de controle sanitário e determinam a expressão “trabalho sexual” como a mais acertada para fazer referência às pessoas que exercem o sexo pago (ARELLA e col. 2007).

O comércio sexual, bem como o comércio em sentido amplo, significa toda e qualquer relação de troca entre dois ou mais sujeitos sociais, é uma atividade mercantil cuja condição é a de que os sujeitos permutem mercadorias, ou as comprem mediante pagamento, ou as vendam contra recebimento em dinheiro ou por qualquer outra forma reconhecida como valor econômico.

O mercado ou comércio sexual abarca todas as atividades, criminosas ou legais, que promovem ou propiciam espaços para a troca de sensibilidades culturalmente reconhecidas como de natureza erótico-afetivo-

sexual por dinheiro, bens materiais ou ganhos subjetivos, gerando assim a produção e circulação de capital financeiro e/ou social. Inclui: os produtos ofertados em *sex-shops*, os shows business ou de *strip-tease*, as linhas telefônicas eróticas, as redes de hotelaria, as atividades sexuais pagas realizadas por meio da internet, as revistas eróticas, os anúncios em jornais e outros meios de comunicação, as saunas *gays*, toda a produção de pornografia em forma de fotografia, cinema ou vídeo, os espaços destinados para o sadomasoquismo, os casamentos por interesse, as relações sexuais para fins de favorecimentos políticos, ascensão social ou profissional, entre outras.

Um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho na metade dos anos 90 em quatro países do sudeste asiático calculou que este setor representa até 14% do PIB (Produto Interno Bruto) e 1,5% da população feminina destes países depende deste setor para sobreviver. Na Espanha, estima-se que trezentas mil mulheres exerçam a prostituição e alguns milhares de profissionais, entre os quais, taxistas, camareiros, faxineiros, proprietários de imóveis, cabeleireiros, etc. dependam diretamente deste comércio. É difícil obter dados confiáveis, devido à ilegalidade e à invisibilidade que envolvem o tema, e estes números podem ser muito maiores (PRECIOSO e MESTRE, 2006).

As atividades do comércio sexual guardam em comum o fato de movimentarem capital financeiro ou social. O capital social, ou, a capacidade de estabelecer contatos, vínculos e utilizá-los visando algum tipo de mobilidade na sociedade, foi salientado por GASPAR (1985) como um dos

principais motivos para a permanência das garotas de programa na prostituição.

Porém, há uma diferença marcante entre todas estas atividades abarcadas pelo comércio sexual: a legalidade. Este campo envolve desde atividades legais e legitimadas, como as revistas de mulheres nuas, até situações execradas socialmente, como a pedofilia.

O trabalho sexual se inscreve neste amplo leque de possibilidades, e, ainda que constitua uma parcela importante do comércio sexual, não resume em si toda a complexidade de uma das maiores economias do mundo.

O trabalho sexual geralmente se trata de uma relação trabalhista informal, e, como tal, caracterizada pela presença de um contrato verbal, no qual são acordados os deveres e os direitos de cada uma das partes. Neste tipo de contrato pode ser enquadrada a prostituição, tanto quanto o casamento e as inúmeras expressões do trabalho doméstico

O pânico moral diante da cena onde se troca sexo por dinheiro tem o particular efeito de recalcar e banir da mente de qualquer mulher a possibilidade de reivindicar para o trabalho doméstico o *status* de trabalho no sentido convencional, já que esta reivindicação poderia promover o deslizamento do lugar de mulher para o imaginário de puta. A aversão social construída em torno da figura da prostituta paira como uma ameaça permanente sobre a cabeça de todas as mulheres, agindo como um dispositivo que dá forma, contorno e conteúdo a identidade de mulher.

Segundo AGUSTÍN (2000) o trabalho doméstico e o trabalho sexual guardam proximidades que precisam ser problematizadas. O serviço

doméstico é considerado um dos trabalhos que pode levar à prostituição devido à proximidade cotidiana com situações íntimas com famílias que não são as suas e a decorrente falta de privacidade. Por coerção, amor ou intenção de obter vantagens, estas pessoas podem manter relações sexuais com alguém da família. A autora relembra que, certamente, existem muitas trabalhadoras domésticas que não se encaixam nesta descrição e que seria melhor não pensar que existe uma linha divisória entre o trabalho doméstico e o trabalho sexual.

A partir da experiência deste campo, o trabalho sexual, ou, a prostituição, foram considerados como: O intercâmbio de atos ou serviços erótico-afetivo-sexuais por dinheiro realizado por meio de contato pessoal entre dois ou mais indivíduos, com idade e em condições físicas e emocionais para arbitrar sobre os seus corpos, em um contexto supostamente livre de coação, indução, chantagem ou ameaça, e restrito às pessoas diretamente envolvidas.

Ainda que o trabalho sexual esteja próximo ao trabalho doméstico e ambos inscritos pelo senso comum como parte da economia informal ou submersa, estas atividades estão relacionadas e são influenciadas pelas transformações presentes no mercado formal de trabalho.

Mediante a expansão da área de serviços e a restrição de vagas para os trabalhos considerados masculinos, os homens passaram a aceitar e realizar os trabalhos femininos. Assim, a expressão “feminização do trabalho” que em um primeiro momento referia ao aumento das mulheres no mercado de trabalho, passou a ser utilizada para expressar a representativa

ampliação que o tipo de trabalho considerado feminino sofreu nos últimos anos na sociedade ocidental, independentemente do sexo de quem o executa (BRUSCHINI, 2000). Esta realidade rompe com o paradigma de que existem profissões femininas, entre as quais, a prostituição.

É dentro deste contexto laboral, que se afasta cada vez mais dos mecanismos de regulação social, que se diversifica incrementando e expandindo a área de serviços e se feminiza que o trabalho sexual deve ser contextualizado. A diversificação, complexidade e tendência a desregulamentação que atinge todo o mercado de trabalho são extensivas ao comércio do sexo.

O sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria (...), considerar os elementos que a integram conduz a perceber que nos deparamos não com 'a prostituição', mas com uma diversidade de trabalhos sexuais. (PISCITELLI, 2005, p. 7).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A TEORIA *QUEER*: PÓS-IDENTIDADES EM TRÂNSITO

FOUCAULT (1988) questiona a base jurídica ainda presente nas análises contemporâneas sobre as relações entre o sexo e o poder. Para o autor, o problema não consiste em saber se o desejo é anterior à lei (natural) ou se a lei o constitui.

Quer o desejo seja isso ou aquilo, de todo modo continua-se a concebê-lo relativamente a um poder que é sempre jurídico e discursivo – poder cujo ponto central se encontra na enunciação da lei. Permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder soberania que os teóricos do direito e a instituição monárquica traçaram. E é desta imagem que precisamos libertar-nos (...) (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Precisamos nos livrar da crença no poder único, central que oprime, domina e aniquila para apreender os poderes múltiplos e extensivos aos corpos, aos desejos, aos sexos, às representações dos papéis de gênero, e, conseqüentemente ao exercício do trabalho e do trabalho sexual.

RUBIN (2003a) apresenta uma hierarquia de valores sexuais baseados em sistemas ideológicos como o racismo, o etnocentrismo e o chauvinismo religioso. Nesta pirâmide, quanto mais o desejo sexual – mesmo aquele considerado desviante – se encaixar no modelo de gênero convencional,

tanto mais inserido nos sistemas de reconhecimento presentes na nossa sociedade.

Desta forma, um casal homossexual que atenda aos requisitos como classe social, representação de gênero, amor romântico* e constitua uma família no sentido convencional do termo, estará bem mais confortável socialmente do que uma mulher heterossexual, porém, profissional do sexo, e, muito mais ainda do que uma travesti.

As castas sexuais mais desprezadas atualmente são os transexuais, os travestis, os fetichistas, os sado-masoquistas, os trabalhadores do sexo como prostitutas e modelos pornô e, abaixo de todos os outros, aqueles cujo erotismo ultrapassa as fronteiras das gerações (RUBIN, 2003a, p. 24).

Parece que na hora de jogar o jogo do poder e demarcar em qual nível de inclusão ou exclusão determinado comportamento sexual se encontra, emerge uma possibilidade de negociação: Os comportamentos sexuais proscritos e tratados como pervertidos (como, por exemplo, os homossexuais) encontram uma chance de serem aceitos podendo, inclusive, sofrer estupenda relativização e benevolência, *desde que*, seus agentes submetam-se aos papéis de gênero convencionais.

O gênero afeta o funcionamento do sistema sexual, e o sistema sexual tem manifestações específicas de gênero. Mas, embora sexo e gênero estejam relacionados, eles não são a mesma coisa e constituem a base de dois diferentes campos de prática social (RUBIN, 2003a, p. 75).

* Para considerações sobre o "amor romântico" ver: "Sem fraude, nem favor: Estudos sobre o amor romântico", Jurandir Freire COSTA, 1999.

Para RUBIN, sexualidade e gênero tem em comum o fato de funcionarem como instâncias que organizam e distribuem o poder sobre os corpos, porém “é essencial separar em termos analíticos, gênero e sexualidade” (RUBIN, 2003a, p. 75). Com estas afirmações, RUBIN (2003a) está confrontando a proposta de Catherine MacKinnon, “de usar sexo e gênero de forma relativamente intercambiável”. Está também, discordando dos seus próprios escritos em *The Traffic in Woman* (1975), onde havia elaborado uma relação de sistemas sexo/gênero que se tornou uma referência nos estudos das mulheres dos anos 70.

Porém, falta um corpo teórico consistente que possa apreender os complexos meandros entre instâncias fortemente articuladas entre si, porém não superpostas.

O pensamento feminista simplesmente carece de ângulos de visão que abranjam por completo a organização da sexualidade. O critério de relevância no pensamento feminista não lhe permite ver ou avaliar relações de poder cruciais no campo da sexualidade (RUBIN, 2003a, p. 77)

O próprio referencial gênero vem sendo questionado. Segundo Ortner “toda sociedade/cultura tem alguns eixos de prestígio masculino e outros de prestígio feminino, alguns de igualdade de gênero, e alguns (às vezes muitos) eixos de prestígio que não têm a ver com gênero” (FAUSTO-STERLING, 2001-02, p. 57).

A antropóloga nigeriana Oyeronke Oyewumi (citada por FAUSTO-STERLING, 2001-02) mostra como na cultura *yorubá* a idade relativa é um

organizador mais importante do que gênero. Os pronomes *yorubas*, por exemplo, não indicam gênero, mas sim quem é mais velho ou mais jovem. Para Oyewumi, a imposição de um sistema de gênero é fruto do colonialismo seguido do imperialismo acadêmico e corre o risco de borrar inclusive diferenças étnicas e raciais (FAUSTO-STERLING, 2001-02).

O próprio corpo corre o risco de terminar no lugar de depositário: ora de glândulas, hormônios e nervos, ora de processos sociais. Judith BUTLER, no seu trabalho “Corpos que pesam” (*Bodies That Matter*) chama a atenção para a importância de se considerar a concretude dos corpos, a biologia, a anatomia, a composição hormonal e química, doenças, idade, peso, enfim, vida e morte não podem ser negadas. Para a autora, o corpo é um sistema que produz significados ao mesmo tempo em que é produzido por eles.

Para a filósofa Elizabeth Grosz, certos processos biológicos são pré-existentes aos significados atribuídos a eles e subsidiam a matéria prima bruta a partir da qual, por meio da sociabilidade, a sexualidade humana irá se desenvolver. Tal como em uma faixa de Möbius* natureza e cultura, corpo e mente se constituíam simultaneamente permitindo a passagem contínua de uma à outra face sem a consciência de tal trânsito (FAUSTO-STERLING, 2001-02, p. 65).

* A faixa de Möbius consiste em uma fita torcida uma vez e colada nas duas pontas formando uma superfície retorcida onde é possível passar do lado exterior para o interior sem interrupção.

Não há consenso na comunidade científica sobre o lugar ocupado pelo corpo, pelos desejos e pela sexualidade; a existência ou não de uma base biológica concreta e o possível alcance dos seus determinantes.

Um construtivista social moderado poderia dizer que o mesmo ato físico pode ser portador de diferentes sentidos sociais em diferentes culturas, ao mesmo passo que um construtivista radical diria que “o desejo sexual” é ele mesmo construído pela cultura e pela história a partir das energias e capacidades do corpo (FAUSTO-STERLING, 2001-02, p. 53).

Para BENTO (2006)

O corpo é uma situação histórica, uma maneira de ir fazendo-se, tornando-se, dramatizando e reproduzindo uma situação histórica que o gera, que o torna real, que o corporifica (BENTO, 2006, p. 97).

Para FOUCAULT, o corpo é tudo aquilo que os biólogos, os historiadores, os anatomistas disseram, mas o corpo é também e, principalmente, fortemente investido pelo campo político “numa boa proporção, como força de produção”. “O corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2002, p. 25)

Essa sujeição (do corpo) não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia (...), pode agir sobre elementos materiais sem, no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas, nem do terror, e, no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 2002, p. 26).

Talvez, mais importante do que compreender do quê é feito o corpo, seja observar como o saber sobre o corpo vem sendo construído, aplicado e distribuído. Existe um saber do corpo que vai além do seu funcionamento, e um controle de suas forças que vai para além da capacidade de vencê-las, “esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2002, p. 26). É impossível localizar esta tecnologia em uma instituição ou aparelho do Estado, embora estes recorram a ela, trata-se de uma microfísica do poder cujo campo de exercício atravessa os grandes funcionamentos e os próprios corpos. Para o autor, os micropoderes envolvem diretamente as relações do saber com o poder e se distribuem por todo o corpo social, organizando-se em redes, não existindo um eixo onde esteja centralizado. Não há quem escape da relação com os micro-poderes.

Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 1988, p. 107).

Ao invés de se ater às violências infinitesimais exercidas sobre o sexo tomando como referência um Grande Poder, FOUCAULT (1988) propõe atentar para a exuberante produção de discursos sobre o sexo no campo das relações de poderes mais imediatas, locais, múltiplas e móveis.

Os valores sexuais, os papéis de gênero e outros referenciais de comportamento são constituídos e constituem os micropoderes.

Para Berenice BENTO, o momento atual dos estudos de gênero é marcado pela teoria e pela política *queer* surgida nos anos 1980 e fortemente baseada em alguns pressupostos:

a sexualidade como um dispositivo, o caráter performativo das identidades de gênero, o alcance subversivo das performances e nas sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder fabricado por tecnologias precisas (BENTO, 2006, p. 81).

“A política *queer* é baseada na instabilidade das identidades (...) e propõe pensar essas identidades em seu caráter performativo e contingente” (BENTO, 2006, p. 83-4).

A noção de *performance* se apóia fortemente nas reflexões de Austin sobre a capacidade da linguagem não apenas de descrever, mas também, de criar realidades. As repetições em diferentes sentidos e direções, dos discursos/verdades não representam apenas a realidade, mas a criam e recriam. A esta capacidade da linguagem de criar realidade Austin chamou de “capacidade performática” (BENTO, 2006).

A performatividade agrega a representação contínua dos papéis de gênero (homem e mulher) e também, todos os atos interpelativos e reiterados realizados por atores considerados marginais: “maricas, bolleras, transgénero, putas, gays, lesbianas, discapitados, lesbianas negras e chicanas, y un interminable etcétera” (Preciado em CARILLO, 2007, p. 377).

Para Beatriz Preciado (CARILLO, 2007) a teoria *queer* promove um giro performativo na análise da identidade sexual e racial e denuncia os

erros do feminismo e das políticas identitárias, as falhas nas compreensões baseadas na representação. Por um lado, a teoria *queer* questiona o essencialismo identitário do movimento de *gays* e *lésbicas*, por outro, desconstrói gênero revelando-o como mais uma faceta do imperialismo colonialista do pensamento eurocentrista e norte-americano, já que, a divisão por gênero é um marcador central característico destas sociedades.

Para BENTO (2006) é impossível pensar os corpos separadamente das tecnologias de poder que atuam sobre eles. Segundo Butler citada por BENTO, (2006, p. 46) “o insulto seria um dos atos performativos mais recorrentes de produção das subjetividades de gênero”. O insulto não apenas cria a realidade que nomeia como também marca as subjetividades.

O próprio termo *queer* é um insulto, um xingamento que foi reapropriado como símbolo de orgulho e de proposta teórica mostrando a possibilidade de exercício de um micropoder ao reverter o estigma a favor do próprio estigmatizado.

Um insulto é um ato performático baseado na explicitação de um estigma. *Estigma* foi um termo criado pelos gregos para se referir aos sinais corporais marcados com corte ou fogo que “avisavam que o seu portador era um escravo, um criminoso, um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída” (GOFFMAN, 1966, p. 11). Os sinais que antes eram marcados concretamente sobre a carne foram substituídos por atos e discursos que têm o poder de recriar tais marcas.

Determinadas características serão estigmas ou não dependendo do contexto no qual estejam inseridas. A perceptibilidade é um dos traços do estigma que o torna crucial na condução das situações de interação social.

No caso das chamadas sexualidades desviantes, o estigma só se tornará perceptível se for explicitado por meio de expressões verbais e/ou não verbais, e, tais manifestações, podem ser passíveis de extremada punição.

O estigma extremo e punitivo mantém alguns comportamentos sexuais num *status* bem baixo, e isso constitui uma sanção bastante efetiva contra aqueles que os adotam. A intensidade desse estigma tem raízes nas tradições religiosas do ocidente. A maioria de seus conteúdos contemporâneos, porém, deriva de opróbrio médico e psiquiátrico (RUBIN, 2003a, p. 24).

O poder da palavra de criar a realidade seguindo determinado tipo de pensamento e não outro advém de uma conjunção de formulações que sancionam algumas idéias em prol de outras.

Preciado (CARILLO, 2007), citando Foucault frisa que é preciso interrogar os sistemas de poder que autorizam algumas representações enquanto outras são obstaculizadas, proibidas ou invalidadas. Precisamos nos interrogar por que a nossa cultura validou o pensamento médico como aquele que detém o saber sobre o corpo e não outros modelos de pensamento presentes naquele contexto.

Para DOUGLAS (1966) as precauções, rituais e elaborações sobre o corpo são muito distintas em cada sociedade, porém se apresentam sempre submetidas e às noções de *pureza e perigo* utilizadas para definir o que é

puro e deve ser preservado, daquilo que é poluído e deve ser separado e tratado com precauções rituais.

A *contaminação* (DOUGLAS, 1966), assim como o *estigma* (GOFFMAN, 1966), nunca é um acontecimento isolado. As idéias de poluição só fazem sentido em referência a uma estrutura total de pensamento com limites, linhas internas e marginais que se relacionam por rituais de separação e possuem códigos muito diferentes em cada cultura (DOUGLAS, 1966).

Performatividade, estigma e as linhas que demarcam o que é puro do que foi profanado ou poluído, parecem constituir parte do que FOUCAULT (1988) nomeou de “dispositivos”.

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito (...). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Para o filósofo francês, o dispositivo é um mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo. (...) Conforme Deleuze, dispositivos são máquinas concretas que, com as relações que estabelecem e misturam, geram sentidos na sociedade (KLEIN, 2007, p. 215-6).

Em relação ao dispositivo de sexualidade a família foi identificada por Foucault como o cristal deste dispositivo:

(A família) parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para este dispositivo (FOUCAULT, 1988, p. 122).

A família, sua conjugação com o amor romântico, com os papéis de gênero e a sexualidade normativa, somam-se à obrigação de dizer ou expressar a verdade sobre si e sobre o seu sexo, constituindo alguns dos dispositivos de subjetivação extensivos à modernidade ocidental.

Pertencemos a uma civilização na qual se exige aos homens dizerem a verdade a respeito de sua sexualidade para poder dizer a verdade sobre eles mesmos (REVEL, 2005, p.80).

Em um dado momento da nossa história humana, pelas vias da educação, do confessionário ou da medicina, fomos obrigados a identificar e nomear em nós uma matéria fina, perigosa, de difícil definição e apreensão, e, até então, inexistente: A sexualidade, discriminando-a entre homo, hetero ou, na pior das hipóteses, bissexual.

SEGDWICK (2007) em seu artigo sobre “a epistemologia do armário” mostra como este dispositivo instalado para funcionar nas escolas, nos quartéis, nos conventos e nos hospitais, está ativo dentro da militância GLS, onde necessariamente a pessoa deve assumir publicamente a sua sexualidade de modo suficientemente coerente e convincente para ser reconhecido e legitimado como militante.

Este processo que consiste na obrigação de dizer a verdade sobre o seu sexo, revela que a crença na existência de uma Verdade sobre o sexo

continua configurando o pensamento de parte expressiva da contemporaneidade.

A desconstrução de discursos políticos, científicos, feministas ou militantes se mostra tão importante quanto a desconstrução dos discursos religiosos, militares, pedagógicos e psiquiátricos. Faces da mesma moeda, os discursos revolucionários surgidos na intenção de subverter e denunciar a ordem posta, aos poucos foram abarcados pelos dispositivos de poder e perpetuam a ordem que pretendiam contestar.

Deleuze e Guattari caracterizaram como “sociedade de controle” e para Haraway (Preciado, CARILLO, 2007), as mudanças atuais são equivalentes em força de transformação ao que se produziu durante a revolução industrial.

A sociedade de controle pode ser caracterizada como um modelo baseado na internalização ou na inviabilização dos mecanismos de controle, na geração de formas difusas de controle, reticular, hormonal e prostético (Preciado em CARILLO, 2007, p. 386).

A sociedade de controle é aquela que faz com que percamos nossos corpos (1) sem nos darmos conta disso, (2) mais do que isso, perdemos nossos corpos para as mega indústrias (por exemplo: a farmacêutica) justamente quando agimos acreditando estarmos em posse plena dele.

A questão das relações entre os micro-poderes e o corpo ou os corpos é essencial: “Pode-se recuperar seu próprio corpo?” (REVEL, 2005, p. 32).

Perpetuar a questão sobre o quanto somos socialmente cunhados ou geneticamente determinados, buscar maneiras de categorizar a partir de

marcadores ou de conceitos como classe, gênero, etnia/raça, geração, religião, etc., pode ser um bom caminho para nos perdermos no emaranhado das redes e dos inúmeros territórios superpostos.

Já não existe dominação simplesmente em termos de classe, de raça ou de sexo; o que existe é um circuito de opressões conectadas (...) (Preciado em CARILLO, 2007, p. 386).*

É uma escolha metodológica que engendra a utilização das noções foucaultianas de dispositivos, tecnologias do corpo e micropoderes: a opção pela compreensão da realidade a partir do pressuposto da multiplicidade, dos fluxos e das suas ramificações, além de reserva quanto às operações – biológicas ou sociais – que utilizam a lógica da dualidade.

* “Ya no hay dominación simplemente en términos de clase, de raza o de sexo; lo que hay es un circuito de opresiones conectadas (...)” (Preciado em CARILLO, 2007, p. 386).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

No período compreendido entre maio de 2005 a maio de 2007 este trabalho teve como objetivo a caracterização dos territórios, dos locais e da dinâmica do trabalho sexual no Município de Diadema. A partir de então e até maio 2008 o foco deste estudo deslocou-se para a cidade de Barcelona com o objetivo de compreender as diversas expressões de trabalho sexual e a inserção de brasileiros(as) nas redes de prostituição.

A motivação para tal pesquisa foi decorrente das inquietações suscitadas pelos trabalhos de prevenção e assistência realizados como técnica de prevenção e psicóloga e, durante os anos 2005 a 2007, como coordenadora das ações de redução de danos no uso de álcool e outras drogas no CR/DST-Aids do município de Diadema*.

O contato pontual com profissionais do sexo existe desde o início dos trabalhos deste equipamento no ano 2000, realizado por meio das atividades gerais de prevenção (palestras, realização de sorologias, etc.) e de assistência (recepção do portador de HIV, acompanhamento psicológico, etc.)

* O campo de profissionais do sexo, foco desta pesquisa, foi durante os anos 2005 a 2007 um dos espaços de trabalho sob minha responsabilidade. Paralelamente, deu-se a implantação das ações de Redução de Danos no uso de álcool e outras drogas junto a quatro unidades do Programa de Saúde da Família e a promoção de discussões e fóruns sobre a urgência de desvincular as ações de saúde com caráter de prevenção ou promoção à saúde dos serviços e centros voltados para atendimentos psiquiátricos ou de infectologia.

A partir dos anos 2002 (com as prostitutas) e 2004 (com as *trans*) foi sistematizada uma abordagem norteadas pelas diretrizes do Programa Nacional de DST/HIV-Aids* que consistia basicamente em visitas mensais às casas de prostituição e na rua onde trabalham as *trans*.

A formalização do procedimento de pesquisa acadêmica na instância governamental municipal foi efetivada em dois momentos:

1º Devido à solicitação do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública, foi firmado um documento junto à Secretaria de Saúde do Município no qual foi outorgada a autorização para a realização da pesquisa (Anexo V).

2º Devido ao horário prioritariamente noturno do trabalho sexual e da importância da permanência prolongada em campo para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, a direção do Departamento de Vigilância à Saúde, ao qual o CR-DST/Aids Diadema se encontra subordinado, propiciou à pesquisadora a liberação do cartão de ponto e a disponibilização de carro oficial, solicitando que sua apresentação nestes espaços fosse portando a identificação (crachá) de funcionária da Prefeitura*.

No período de maio 2007 a maio 2008, o campo de pesquisa deslocou-se para a cidade de Barcelona, muito embora as ações de caráter técnico em Diadema tenham dado prosseguimento.

* Sobre o modelo de prevenção às DST/HIV-Aids vigente no Brasil ver PELUCIO (2007).

4.1 A CIDADE E OS BAIRROS

Uma cidade não pode ser considerada isoladamente, para EUFRÁSIO (1999, p. 166) *situação* pode ser definida como a localização da cidade em relação a outras cidades. Apesar de estar localizada próxima à capital e apresentar a segunda maior densidade populacional do país, Diadema* não apresenta a dinâmica de uma cidade grande.

A região do ABCD paulista parece ter se constituído como uma única e grande cidade onde cada uma das sete cidades integrantes da região ocupou um lugar específico determinado pela dinâmica regional (Anexo XII). No decorrer do processo de industrialização ocorrido na região nas décadas de 1970 e 1980, Diadema funcionou como “zona dos commuters”: “Uma região periférica de um grande centro industrial, formada por dois centros maiores e outros tantos menores, que constituem os bairros onde, durante muitos anos, funcionaram como subúrbios dormitórios” (EUFRÁSIO, 1999, p. 171).

* Os procedimentos organizacionais junto aos campos de profissionais do sexo, como transporte e identificação foram os mesmos adotados para todos os profissionais.

* Diadema faz parte do Estado de São Paulo (Anexo X), integrando a região metropolitana da cidade de São Paulo, formada por 39 municípios (Anexo XI) e está inserida na região do grande ABCD, composta por sete cidades (Anexo XII). Próxima da capital concentra, em apenas 30.700 km², a maior densidade demográfica do Estado e a segunda do Brasil: 380 mil habitantes. Atualmente, Diadema está dividida em treze territórios (Anexo XIV), existem pequenas divergências quanto à abrangência populacional de cada um destes bairros. Neste trabalho adotou-se a divisão territorial consensuada pelo OP – Orçamento Participativo – grupo gerenciado por um coletivo de representantes deliberativos de cada Secretaria Municipal.

Apesar de não ser caracterizada como uma grande metrópole, a concentração e distribuição territorial do sexo pago obedecem a um modelo freqüente nas grandes cidades: a ocupação, principalmente noturna, das regiões centrais: Centro e Piraporinha (Anexos I e IX) que agregam comércio, serviços de saúde, são fartamente irrigados por transporte coletivo e vias de circulação rápida com saídas para os diversos municípios vizinhos, inclusive para a cidade de Santos, onde se encontra o maior porto do país (Anexo XIII).

Uma média de cinco a quinze travestis e transexuais trabalhou e residiu no Bairro Centro. A Rua Professora Vitalina Caiafa Esquível (Centro) durante o tempo de realização desta pesquisa. Conhecida como “Rua da Câmara” devido ao fato de ali se localizar a Câmara dos Vereadores, é uma rua exclusivamente comercial que agrega também o Parque dos Jesuítas, marco histórico da cidade. Além desta rua, uma/duas casas organizadas por duas irmãs travestis compuseram o campo.

O bairro Centro concentra parte importante do capital social e econômico da cidade, aí vive a parcela da população diademense que apresenta as melhores condições de renda, o melhor número de desenvolvimento humano, o menor percentual de responsáveis de domicílios analfabetos, a maior concentração de responsáveis pelo domicílio com mais de 15 anos de estudo, a maior longevidade e a melhor qualidade de vida considerando variáveis como: infra-estrutura disponível e a variação da densidade populacional entre os domicílios (SPOSATI, 2007).

A região de Piraporinha foi o segundo campo deste trabalho em Diadema e é onde se concentra a prostituição de mulheres se diferencia do bairro central, pois, além de ser área de divisa com o município de São Bernardo do Campo, apresenta a maior concentração de precariedade de renda (mais do que duas vezes pior do que no Centro), é o terceiro território da cidade com o maior número de domicílios em condição de favela, a situação de mulheres sem renda e responsáveis pelo domicílio é quase três vezes pior em Piraporinha do que no Centro (SPOSATI, 2007, p. 36, 64).

Os locais situados na Avenida Piraporinha – duas casas, um bar e um *prive*. – foram identificados como casa 1, casa 2, Bar e *prive*, a casa pertencente ao Bairro Serraria foi identificada como casa S.

No período entre março de 2005 a maio de 2007 foram realizadas visitas mensais a cada um dos campos.

Diversos espaços de prostituição existentes na cidade não foram considerados no âmbito deste trabalho, entre eles:

- No campo das prostitutas – uma casa no Piraporinha e dois *privés* no Centro – foram identificados, porém, não constaram da análise pelo fato de não ter sido permitida a entrada da equipe de profissionais do CR/DST-Aids de Diadema, ou, o tempo de trabalho ter sido relativamente curto.

- No campo das *trans*, duas casas localizadas no Centro foram excluídas devido à dificuldade de estabelecer vínculo, inclusive pelo fato de as moradoras trabalharem nos municípios vizinhos de Santo André e São Paulo. Um *ponto* localizado na Avenida Piraporinha, próximo aos espaços de trabalho sexual de mulheres que agregou em alguns momentos um pequeno

grupo de *trans* (de um a quatro). A líder deste grupo manteve proximidade com o serviço e com a pesquisadora participando desta pesquisa como informante.

- Um pequeno grupo de *michês* (dois a três) avistado raras vezes na esquina da Rua da Câmara por conhecidos da pesquisadora. Embora existam *michês* que residem no município e utilizam os serviços ofertados pelo CR/DST-HIV Diadema (entre os meses de janeiro a agosto de 2008, trinta e oito *michês* obtiveram insumos neste serviço), estes profissionais, geralmente residem na cidade e trabalham nos municípios vizinhos.

4.1.1 Barcelona

Em Barcelona, uma cidade fortemente turística, a prostituição se encontra disseminada por toda a cidade. Nas ruas dos bairros centrais, nos acostamentos das estradas, bem como, no interior e nos inúmeros *pisos* e *casas de alterne** espalhados pela cidade. Não foi possível identificar correspondência entre a organização territorial e a separação por sexo ou gênero, porém, assim como em Diadema, os *michês* não foram identificados ou acessados.

* *Pisos* e *casas de alterne* são locais fechados que ofertam prostituição de mulheres, geralmente de várias etnias, ou *trans*.

A região no entorno do Estádio do Barcelona Futebol Clube é conhecida na cidade como um espaço que combina a prostituição *trans* com a de mulheres. A prostituição se estende ao longo de uma larga avenida onde, de ambos os lados, ficam inúmeros prédios da Universidade de Barcelona, e chega ao entorno do Estádio. Neste espaço foram realizadas duas observações.

Porém, o campo deste trabalho se concentrou nas ruas e nas instituições do Bairro Raval. Este bairro foi construído fora das muralhas da cidade medieval de Barcino pelas pessoas que não eram reconhecidas como participantes desta: meretrizes, ladrões, andarilhos, viajantes.

Aí se desenvolveu e floresceu a tradicional prostituição *calejera* (de rua) que continua até hoje. Na esquina da Rua San Pablo com a Rua San Ramon prostitutas espanholas maduras dividem o espaço com jovens, algumas negras vindas de diversos países da África, e, outras, loiras aparentemente oriundas do Leste Europeu. Em uma verdadeira Babel, as mulheres conversam entre si, uma profusão de idiomas e dialetos, prostitutas romenas têm proxenetas marroquinos e dividem espaços com as veteranas espanholas.

A barreira estabelecida pelo idioma me conduziu às instituições voltadas para o trabalho com profissionais do sexo, sendo que, quatro das cinco instituições identificadas se localizam no Bairro Raval.

Ambit Dona, voltada para prevenção das DST/HIV e redução de danos no uso de drogas, LICIT, trabalha com as questões sociais e de imigração, *Lloc de Dona* oferece cursos de profissionalização para mulheres

imigrantes e prostitutas, GENERA, tem como objetivo interferir nas questões legais da prostituição, Projeto SICAR, o único que não se encontra no bairro Raval, propõe dar suporte integral às mulheres submetidas ao tráfico

A dificuldade de identificar estabelecer contato com as *trans* profissionais do sexo me levou a participar das reuniões do *Colectivo de Transexuales de Catalunya*, cuja sede durante o período 2007 e 2008, também estava localizada no Raval.

Posteriormente, a possibilidade de contato com uma transexual brasileira me permitiu conhecer o *piso* de Laís Molina* onde trabalham aproximadamente 50 travestis brasileiras, possibilitando que este espaço fizesse parte do campo em Barcelona.

4.2 OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Ainda que esta pesquisa não possa ser caracterizada como um trabalho etnográfico, a utilização de alguns elementos da etnografia foi primordial, como, por exemplo, permanecer no campo o máximo período de tempo e desenvolver a possibilidade de distanciamento e estranhamento.

* Laís Molina é brasileira, nascida em Santo André, ABCD paulista. Uma, entre as muitas travestis, que foram tentar a vida na Europa dos anos 1970. Atualmente é proprietária de três casas de prostituição travesti: em Madrid, Barcelona e Reus, interior da Catalunha. Aproximadamente 150 travestis brasileiras trabalham sob seu comando se revezando 24 horas por dia entre as três casas.

Alguns recursos do método etnográfico se mostraram eficientes na abordagem do estranho, ou seja, daquele que aparece como marginal, possibilitando identificar os espaços do trabalho sexual, e, ao mesmo tempo, resgatar as práticas cotidianas e as interpretações dadas a essas práticas a partir dos seus autores, permitindo introduzir diversos pontos de vista.

A etnografia nos permite compreender a dinâmica das relações sociais nas sociedades contemporâneas. Entrar nessa dinâmica é sujeitar-se a correr riscos e ter que construir novas ferramentas para a compreensão dos nossos objetos de pesquisa (DALMOLIN e col., 2002, p. 24).

As visitas aos campos foram registradas em um diário que tiveram como objetivo a aproximação com a realidade do campo, com o cotidiano, com os valores a partir dos quais são tecidas as relações*.

Porém, o diário de campo e as visitas prolongadas não eliminam as entrevistas, que podem oferecer dados elementares, porém importantes e, às vezes, complementares. Foram realizadas duas entrevistas semi dirigidas com um grupo de prostitutas às quais foram agregados 18 questionários aplicados aleatoriamente (aproximadamente 10% da população estimada).

A idéia inicial de utilizar os mesmos instrumentos – diário de campo, questionários e entrevistas em profundidade – para abordar as mulheres e as *trans* rapidamente mostraram-se insatisfatória, sendo necessário delinear alternativas distintas.

* “Os diários de campo são registros sistemáticos das atividades em campo, neles são anotadas descrições, trechos de fala, impressões, sentimentos, este material é lido e relido durante o processo de pesquisa para que novas interpretações sejam feitas ou questões sejam aprofundadas” (DALMOLIN e cols., 2002, p. 25).

Quando se pretende abordar o cotidiano de pessoas fortemente estigmatizadas, como os/as profissionais do sexo, o enfrentamento com a situação estigmatizadora pode acontecer de maneiras muito distintas interferindo diretamente no método eleito.

Segundo GOFFMAN (1978), deve-se estabelecer uma nítida distinção entre as pessoas que, em função do seu estigma são desacreditadas (como as travestis e transexuais) e, portanto, devem manipular a tensão social decorrente deste descrédito, e as pessoas desacreditáveis (como as prostitutas) que devem se empenhar em manipular as informações a fim de ocultar seu estigma.

Um conceito chave aqui é o de rotina diária porque é ela que vincula às diversas situações sociais de que os sujeitos participam. E estuda-se a rotina diária tendo-se em mente uma perspectiva especial: se o indivíduo é uma pessoa desacreditada, procuramos o ciclo quotidiano de restrições que ele enfrenta quanto à aceitação social; se ele é uma pessoa desacreditável, buscamos as contingências com que se depara na manipulação da informação sobre sua pessoa (GOFFMAN, 1978, p. 103).

Esta distinção, desconsiderada a princípio, no decorrer do tempo, se mostrou fundamental na elaboração dos instrumentos e das abordagens. Devido à dinâmica e ao contexto da organização das prostitutas e das *trans*, os recursos que se mostraram eficazes na abordagem com as primeiras, como os questionários, não foram aplicáveis às segundas. A rotatividade freqüente e a conseqüente dificuldade de estabelecer vínculo dificultavam a aplicação de questionários com formato objetivos. As tentativas de utilizar

este tipo de instrumento foram frustradas, as *trans* mais jovens davam respostas evasivas ou em brincadeira.

Dada a importância de duas irmãs travestis na dinâmica da prostituição de travestis na cidade, foi realizada uma entrevista semi dirigida com duas horas de duração no dia 6 de dezembro de 2006.

No dia 10 de abril de 2007 foi realizada uma entrevista semi dirigida com uma hora e meia de duração com uma travesti veterana da cidade, Beth Maison. Apesar de Beth nunca ter trabalhado na prostituição, o fato de ter sido uma das primeiras travestis no início da década de 1970, a torna uma referência entre as *trans*.

Em Barcelona os registros se limitaram às anotações de campo e a entrevistas não gravadas com profissionais do sexo e profissionais de técnicos das instituições citadas.

4.3 QUESTÕES ÉTICAS

A construção de ciência ainda tem forte relação com a crença de que é possível ao pesquisador manter-se objetivamente separado daquilo que observa, visando à generalização dos eventos, a previsão e o controle sobre os mesmos (GUERRIERO, 2006).

O lugar ocupado pelo pesquisador não é fixo e depende do método e da compreensão de ciência em pauta. No paradigma positivista o pesquisador ocupa o lugar de neutralidade e imparcialidade frente ao seu campo, donde, qualquer envolvimento com a temática a ser pesquisada, seja por meio do vínculo laboral, da militância, da crença religiosa, da identificação étnica, ou qualquer outra, estaria, a princípio, proscrita daquilo que se considera ciência verdadeira, pois, se supõe que o pesquisador não teria a imparcialidade necessária para conduzir um trabalho.

A aproximação entre dois papéis: o de pesquisador e o de técnico, e a possibilidade de exercê-los conjuntamente remeteram a diversas reflexões. A primeira delas remete às diferentes funções: A função do técnico e a do pesquisador. Enquanto o técnico deve realizar atividades, “fazer”, tais como: palestras, distribuição de insumos, orientações, encaminhamentos, atendimentos específicos da sua área, etc. Já, do pesquisador, espera-se que seja um observador e, ainda que atento, participante ou envolvido subjetivamente, não se espera que realize atividades sistemáticas ou encaminhe os problemas surgidos no campo, mas que produza conhecimento, “saber”.

Segundo GUERRIERO (2006, p. 102) “o que diferencia assistência e pesquisa é a intenção do profissional”.

Na pesquisa, o objetivo é produzir conhecimentos que podem ser benéficos às pessoas em geral, sendo que estes podem ou não trazer benefícios diretos para os participantes da pesquisa. Na assistência a intenção é beneficiar o indivíduo, ainda que possa emergir um

conhecimento desta prática (Wilkie, citado por GUERRIERO, 2006, p. 102).

O trabalho técnico tende a se sustentar na ação e na discussão sobre as diretrizes destas ações, sem a intenção de produzir conhecimento, portanto, sem instrumentos voltados para este objetivo. O trabalho de pesquisa se sustenta neste pilar: a aplicação de instrumentos voltados para a produção do saber.

A promoção, a prevenção e a assistência à saúde se apresentam como ações desvinculadas do compromisso com a produção do saber formal, acadêmico, portanto, os instrumentos utilizados para cada uma destas abordagens são distintos e, não raramente, contraditórios entre si.

Os instrumentos técnicos, como as inúmeras fichas existentes dentro dos serviços, entre as quais a Ficha de Notificação Obrigatória de Aids e de outras doenças sexuais e os prontuários são elaborados com o objetivo de obter dados que possibilitem planejar as ações a partir da epidemiologia, ou, realizar o acompanhamento clínico do paciente.

Já, os instrumentos voltados para a produção do saber construídos nesta pesquisa buscavam desvelar os componentes subjetivos envolvidos no trabalho sexual.

A análise desta situação (pesquisador/técnico) parece confundir paradigmas: embora os autores se identifiquem trabalhando num paradigma interpretativo, suas questões expressam preocupações relativas ao paradigma positivista (Kylma, citado por GUERRIERO, 2006, p. 106).

O trânsito entre estes dois paradigmas por meio da utilização de diferentes instrumentos conduziram à percepção dos princípios que norteavam naquele contexto as ações técnicas e as científicas. Enquanto as ações técnicas tendiam para a concepção higienista de saúde, os instrumentos desta pesquisa apontavam para questões sociais mais abrangentes.

Para LERNER (2008), enquanto membro participante da instituição, o pesquisador estará – ainda que não o deseje – submetido às linhas de força estabelecidas entre os discursos instituídos. Diferentes discursos disputam entre si o status de verdade e o pesquisador, enquanto técnico, está submetido e interage com os mesmos.

Este choque entre dois princípios discursivos distintos não pareceu causar impacto aos usuários do serviço que foram participantes da pesquisa. Para a maioria, a própria palavra pesquisa pareceu subjetiva. Algumas entrevistadas entendiam que as anotações ou perguntas realizadas por mim teriam como resultado final um livro em formato de romance, para outras, a palavra pesquisa era relacionada à vacina para o HIV e a cura para a Aids. Algumas ainda associavam a algumas atividades realizadas por um dos médicos do serviço que é também pesquisador junto ao Hospital Emílio Ribas.

Apenas os sujeitos que participaram das entrevistas semi dirigidas, realizadas desvinculadas das abordagens de caráter técnico, manifestaram interesse pela situação da pesquisa, identificando enquanto um espaço onde

podiam expressar coisas consideradas íntimas, como por exemplo, as lembranças de infância.

Para as demais, que responderam aos questionários ou fizeram parte do diário de campo, participar ou não de uma pesquisa parecia ser irrelevante basicamente por duas razões: (1) Para elas, o importante era que a profissional (seja como técnica ou como pesquisadora) resolvesse os problemas apresentados, geralmente demandas associadas à saúde sexual. (2) Aqueles que eram usuários antigos e já conheciam a pesquisadora desde muito antes da situação de pesquisa, a participação era a expressão da continuidade de um vínculo onde a profissional em questão já havia alternado no decorrer dos anos funções, apesar de técnicas, possuem abordagens muito diferentes, como, por exemplo, a de palestrante e a de psicóloga, sendo a de pesquisadora percebida como mais uma delas.

As questões sobre o conflito de papéis decorrente de um processo de pesquisa realizado por um técnico merecem ser problematizadas. Neste trabalho, o longo tempo de pesquisa em campo (26 meses) associado à pré-existência de um vínculo entre os sujeitos/usuários e a técnica/pesquisadora se mostrou extensivo à situação da pesquisa promovendo elementos que interferiram na imparcialidade do pesquisador.

Por outro lado, o exercício deste duplo papel apontou para a importância de se integrar os procedimentos de trabalho em saúde diminuindo a distância entre os instrumentos que promovem a produção do saber (academia) e do fazer (técnicos).

Esta integração se mostrou imprescindível principalmente mediante uma proposta de trabalho comprometida com a busca de uma concepção de saúde que integre as diferentes dimensões da vida humana. Como integrar as diferentes dimensões da vida utilizando procedimentos de trabalho que separam o *saber* e o *fazer*?

4.3.1 A Resolução 196/96 e o Termo de “Com-sentimento”

Dentre algumas condições necessárias para dar andamento a uma pesquisa estão as regulamentações éticas. No Brasil, a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos e embora tenha o mérito de ampliar a sua aplicabilidade para todas as áreas do conhecimento – fato restrito nos documentos internacionais à pesquisa médica, à comportamental e à epidemiológica – o fez sem proceder a uma análise das diferenças epistemológicas e metodológicas existentes entre as diferentes abordagens científicas.

(...) a Resolução 196 CNS foi construída tendo em vista uma determinada concepção de pesquisa, que se aproxima do paradigma positivista (...) e guarda diferenças com características das pesquisas qualitativas (GUERRIERO, 2002, p. 53).

Os paradigmas da ciência ou pesquisas qualitativas em saúde, das ciências sociais ou humanas não foram incorporados no âmbito desta Resolução que tendeu a privilegiar as áreas médicas e paramédicas.

GUERRIERO (2002) elenca os inúmeros questionamentos realizados por pesquisadores da antropologia, da psicologia e outros cientistas sociais que consideram esta Resolução biocentrista, ou seja, aplica a lógica das pesquisas biomédicas a todas as outras.

Uma diferença entre a pesquisa biomédica e a pesquisa em Ciências Sociais é que a primeira realiza pesquisas em seres humanos e a segunda com seres humanos (GUERRIERO, 2002, p. 55).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – (Anexo VI) faz parte da Resolução 196/96 e deve ser assinado pelos sujeitos da pesquisa devidamente identificados podendo ser individualmente, em grupo ou por algum representante após terem sido informados sobre os objetivos da mesma.

Para GUERRIERO (2002) e BENEDETTI (2005), em se tratando de pesquisas qualitativas este Termo pode atrapalhar a relação entre o pesquisador e o pesquisado, já que, a mesma se baseia na confiança e no respeito. Para as pesquisas de base etnográfica, “é a própria reciprocidade da situação da pesquisa etnográfica que produz o consenso acerca do consentimento para a utilização dos dados” (BENEDETTI, 2005, p. 49)

Em determinados desenhos, como aqueles realizados freqüentemente pela antropologia, pela psicologia, etc. é a existência de um vínculo de reconhecimento mútuo entre os envolvidos (pesquisador e pesquisado),

estabelecido ao longo do tempo, que autoriza a utilização de informações. Além disso, a assinatura do TCLE pode ainda identificar desnecessariamente o participante da pesquisa (GUERRIERO, 2002).

Sem dúvida, o consentimento dos participantes é sempre importante, faz-se necessário discutir como, quando e qual é a melhor forma de proceder a esta questão considerando o método e os objetivos pautados.

Na prática o Consentimento Esclarecido parece não funcionar sempre tão bem como se gostaria. Pesquisadores têm verificado que — pelo menos para parcela significativa dos participantes — a assinatura do Consentimento pode não significar que o voluntário realmente entendeu e concordou com a participação. Mesmo com pesquisadores bem-intencionados, pessoas que assinaram o Termo não sabiam que faziam parte da pesquisa ou não entendiam aspectos relevantes a ela (AGUIRRE, 2008, p. 206-07).

Em inúmeros momentos deste trabalho, os sujeitos (profissionais do sexo, gerentes e proprietários das casas, bar *men*, etc.) foram comunicados verbalmente sobre a realização da pesquisa, porém, os termos de consentimento foram assinados exclusivamente no caso de algumas entrevistas prolongadas, gravadas e transcritas, nas demais situações as autorizações foram verbais.

O consentimento, justamente devido ao fato de envolver uma relação de confiança, deve ser processual, não existe um único momento no qual este compromisso é selado, sendo necessário retomá-lo em diversos estágios da pesquisa. “Já se sabe que, para ser eficaz, é necessário que

seja um processo que diz respeito à comunicação pesquisador-pesquisado” (AGUIRRE, 2008, p. 207).

As questões levantadas a partir das dificuldades com o TCLE, a meu ver, não se restringem às situações de pesquisa. (...) Acho importante ressaltar que na Assistência à Saúde estão presentes as mesmas dificuldades, portanto seria interessante prestar mais atenção a elas nesse contexto. Isto é, quanto o profissional leva em conta a compreensão e a concordância do usuário sobre as condutas recomendadas; como este vive a relação médico-paciente; se ele percebe e exerce seu direito de opinar e de pedir esclarecimentos e assim por diante (AGUIRRE, 2008, p. 219).

As questões éticas que permeiam as ações de prevenção às DST, redução de danos no uso de álcool e outras drogas, e tratamento às doenças sexuais geralmente não problematizados como se as preocupações éticas fossem restritas às situações experimentais, ficando os aspectos cotidianos dos serviços isentos de tais questionamentos.

Este seria um precioso ensinamento propiciado pela prática do TCLE e da Ética em Pesquisas na Saúde: Ética na Saúde, em situação experimental ou não. A aproximação da técnica com a ética, no sentido de maior conhecimento do paciente como um todo — e de respeito a ele — certamente traria luz sobre questões como a difícil adesão a tratamentos (AGUIRRE, 2008, p. 219).

As discussões acerca do TCLE são extensivas para o anonimato e para o sigilo que, em determinadas condições sejam técnicas ou experimentais — cidades pequenas, pesquisa com instituições, etc. — torna-se difícil de ser

garantido e, mais uma vez, coincide com as questões éticas geralmente, silenciadas nos serviços de saúde.

A mudança de nome a fim de preservar o anonimato em um campo de pesquisa com prostituição, onde os sujeitos já possuem diversos nomes, às vezes utilizados simultaneamente, mostrou-se um desafio.

Em um primeiro momento, tentei proceder ao batismo etnográfico atribuindo nomes diferentes daqueles que me haviam sido informados, no entanto, muitas vezes não voltava sequer a rever aquela pessoa que havia “batizado”, assim, depois de esgotar a criatividade de nomes, passei a utilizar os mesmos nomes informados pelas participantes considerando que estes já eram nomes de *guerra**.

Nas entrevistas prolongadas todos os nomes foram alterados. Mayara, Karin, Bella e Verônica foram nomes atribuídos por mim com o objetivo de preservar a identidade destas mulheres e a estratégia parece ter sido eficiente.

Já, para as irmãs travestis Solange e Máira, a mudança de nome não garantiu nenhum anonimato, porque as pessoas que as conhecem saberão identificá-las ao ler o trabalho, e, para quem não as conhece, o nome é indiferente.

Os nomes dos participantes nos campos em Barcelona, exceto quando indicado, foram mantidos os mesmos. A maioria são pessoas públicas pela via da militância GLBT, da academia ou do trabalho com Aids

* Nome de *guerra* é uma expressãoêmica para fazer referência aos nomes utilizados durante o tempo de trabalho na prostituição.

e drogas, para elas não fazia sentido sequer aventar a possibilidade de trocar o nome.

Ao perceber que em um mesmo campo o anonimato e o Termo de Consentimento possuem lugares muito diferentes considerando os próprios sujeitos implicados na pesquisa, a última entrevista prolongada a ser incorporada ao trabalho, concedida pela travesti Beth Maison de Diadema, em respeito à solicitação da própria entrevistada, manteve o nome referido.

4.3.2 Análise e Divulgação dos Resultados

A análise do material constou basicamente de dois momentos:

Durante o decorrer do primeiro ano eu buscava obter por meio dos questionários e da releitura do diário de campo, algumas respostas norteadas geralmente para a compreensão dos “porquês”. Por que a prostituição se distribui territorialmente desta maneira? Por que algumas pessoas se encaminham para o trabalho sexual e outras não? Etc.

Este primeiro momento foi bastante frutífero para ampliar o contato com a realidade de Diadema e perceber que, em alguns aspectos, muito pouco difere da realidade encontrada em Barcelona.

A prostituição é um fato com dimensão e determinação histórica, econômica e social, e, portanto os dados obtidos e as interpretações

tendiam grandemente a coincidir com os trabalhos realizados em outras cidades.

Em um segundo momento, a construção discursiva do amor romântico como impeditivo para o uso do preservativo conduziu a uma mudança de paradigma no eixo da análise. A ideia de prevenção compreendida enquanto uso da camisinha, era absolutamente contraditória com a condição de entrega considerada imprescindível para quem deseja viver este tipo de sentimento.

Esta situação remeteu à compreensão foucaultiana da família como o cristal do dispositivo da sexualidade e chamou a atenção para as tecnologias do corpo. De um lado o amor romântico e a família, de outro, o preservativo (ou técnicas de prevenção), o corpo, a sexualidade, a prostituição. Dispositivos participantes de uma mesma tecnologia que

(...) é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si (FOUCAULT, 2002, p. 26).

A compreensão de que havia inúmeras forças inter-relacionadas e disputas discursivas que criavam realidades e acionavam dispositivos foi de fundamental importância e representou expressiva dificuldade, já que, a partir deste entendimento a própria pesquisa e o trabalho técnico passavam a figurar como dispositivos em potencial.

O foco de análise deslocou-se para as aparentes incoerências e contradições, para os acasos e para a produção discursiva realizada sobre o

corpo e a sexualidade tendo na compreensão foucaultiana de “discurso” o elemento central.

(...) em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996b, p. 9).

O discurso não apenas representa a realidade, como também lhe atribui vida e materialidade, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996b, p. 10).

Quem fala, como fala, qual verdade profere? Quais papéis são atribuídos e fixados para os sujeitos que falam? Como se distribui o saber e como este se articula com o poder?

Os discursos são descontínuos, não apresentam coerências explícitas submetidas às lógicas formais. Eles não são cúmplices dos nossos conhecimentos e não podem ser tratados como “uma face legível que teríamos de decifrar apenas (FOUCAULT, 1996b, p. 53).

O eixo de análise deste trabalho transitou desde o discurso considerado no seu tradicional lugar de representação, e a compreensão da produção discursiva como séries regulares e distintas de acontecimentos que incorporam o *acaso*, a *descontinuidade* e a *materialidade* (FOUCAULT,

1996). As informações fragmentárias, os silêncios reticentes, os acontecimentos freqüentes e os casuais foram reorganizados pelas percepções do pesquisador no intuito de incluir o ponto de vista daqueles que vivem as situações pesquisadas.

A questão sobre como realizar a devolutiva de uma pesquisa qualitativa que envolve elementos de tal modo subjetivos e abertos a interpretações é um assunto passível de discussão.

Neste trabalho, o período compreendido entre os meses de junho a setembro de 2008 foi dedicado a este objetivo. O retorno ao campo em Diadema após um ano de ausência, foi possível constatar que os espaços – casas, bar, *prive* e rua – haviam sofrido poucas alterações. Os locais continuavam funcionando, as gerencias e os proprietários eram os mesmos, e, principalmente na casa S foi surpreendente o tempo de permanência das profissionais.

Nesta casa foi possível realizar uma reunião de 40 minutos de duração no dia 17 de setembro que agregou o proprietário e doze profissionais.

Foram ainda realizados encontros individuais, sendo:

- Três encontros com diferentes prostitutas, dois com as irmãs travestis e um com uma transexual.

Todos os sujeitos envolvidos na pesquisa e profissionais dos serviços municipais foram convidados para o encontro ocorrido no dia 02 de outubro de 2008 na Faculdade de Saúde Pública que teve como objetivo encerrar o processo de devolutiva e formalizar o encerramento das abordagens experimentais.

5 OS ESPAÇOS E AS REDES DE TRABALHO SEXUAL

5.1 AS PROSTITUTAS E SEUS ESPAÇOS

Em Diadema todos os espaços de prostituição de mulheres identificados foram considerados de domínio privado*: a *casa* ou *boate*, o *prive* e o bar.

Casa representa tradicionalmente o espaço doméstico e as características pertinentes ao feminino: “lugar de hospitalidade, aconchego, de tudo aquilo que soma e define a nossa idéia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’” (DA MATTA, 1991, p. 61).

Nesta pesquisa, as palavras *casa* ou *boate*, quando associadas ao trabalho sexual de mulheres, representam uma versão pós-moderna dos bordéis e dos cabarés que surgiram e se multiplicaram a partir da segunda metade do século XIX. Para RAGO (1997), estes espaços foram privilegiados pelos higienistas, já que, ali, o confinamento, ainda que relativo, das mulheres facilitava o controle.

Em Diadema a ilegalidade do agenciamento do comércio sexual é agravada pela lei municipal no. 2.107 de 13 de março de 2002, conhecida

* FÁBREGAS-MARTÍNEZ (2000, p. 15) define “os locais de prostituição de domínio privado todos aqueles espaços onde acontece a prostituição como: saunas, boates, bares, cabarés, etc. Esta categoria está construída em contraposição à de locais de prostituição de domínio

como “lei das 11 horas” (anexo VII). A referida lei estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares após as 23 horas, tais como a obrigatoriedade de:

- I – Licença da Vigilância Sanitária;
- II – Licença da Gerência de Meio-Ambiente para a acústica;
- III – Acesso para pessoas portadoras de deficiência;
- IV – Auto de vistoria do corpo de bombeiros;
- V – Medidas para garantir a integridade física dos clientes.

Alguns locais, devido ao fato de não cumprirem todos os requisitos possuem o alvará para funcionamento somente até as 23 horas, fato que, gera certa indisponibilidade dos proprietários com qualquer profissional da Prefeitura.

O artifício utilizado para obtenção do alvará, ainda que apenas até as 23 horas, é o de legalizar a propriedade de dois estabelecimentos comerciais, ambos preenchendo todos os requisitos da lei, sendo um deles registrado como hotel ou hospedaria, o que justifica a presença das camas, e, o outro como bar, estabelecendo um acesso interno entre ambos.

A *casa/boate* é um espaço misto de sociabilidade, abriga prostitutas, dançarinas, porteiros, *barmen*, empregadas, gerencia, proprietário e clientes. Todos os proprietários eram homens, porém, o gerenciamento era realizado por mulheres, geralmente parceiras afetivas dos proprietários e/ou ex-profissionais do sexo.

público, que busca designar os espaços abertos onde esta acontece, tais como praças, parques, avenidas, ruas, etc.”.

O horário de funcionamento é distinto e depende de como o proprietário e a gerência compreendem o trabalho sexual e percebem a demanda. Enquanto alguns estabelecimentos funcionam entre as 14 e 23 horas, outros oferecem serviços inclusive durante o café da manhã. Em cada estabelecimento existem de dez a vinte e cinco prostitutas, algumas moram no local, outras, apenas trabalham.

Em Diadema, as casas geralmente dispõem de um *salão* espaçoso suficiente para acomodar as mulheres e os clientes, um bar, o caixa onde são efetivados os pagamentos, espaço para dançar, e um pequeno palco onde, em algumas ocasiões, acontecem *shows* eróticos.

No salão fica localizada a porta de entrada, ou a escada que dá acesso a ela, geralmente protegidas por um ou dois seguranças. Os porteiros, ou leões-de-chácara, são responsáveis pela primeira triagem permitindo ou não a entrada, cabe a eles evitar pessoas consideradas indesejáveis, inclusive, mulheres desacompanhadas. Segundo os seguranças das casas 1 e 2, uma mulher sozinha entrando em um puteiro é sinal de encrenca, supõe-se que esteja procurando o marido e se o encontrar fará um escândalo sem precedentes.

GASPAR (1985, p. 26) registra que nas boates do Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 1980, era vetada a entrada de todas as mulheres, inclusive as homossexuais. Este fato não foi constatado em Diadema, porém, ao se questionar como os porteiros diferenciavam uma mulher lésbica, cuja entrada foi referida como permitida, de uma mulher

casada, cuja entrada é fortemente vetada, prevaleceram os esteriótipos baseados nas aparências.

O espaço do salão é particularmente importante, pois além do encontro entre as prostitutas e os clientes, é também o lugar onde os homens se encontram, fazem comemorações, despedidas de solteiro, acertam negócios, ou apenas assistem a um show e vão embora, sem necessariamente realizar um programa.

Esta situação é histórica, RAGO (1996) refere que nos bordéis paulistanos dos anos 1920 até os anos cinquenta, quando a cidade dispunha de poucas opções noturnas de lazer, muitos homens procuravam neste espaço erotizado o encontro com os amigos, os contatos políticos, as conversas descomprometidas, além das ligações sexuais.

Contíguos ao salão ficam os quartos onde se realizam os *programas**. O pagamento deve ser feito antes podendo ser em dinheiro, cheque ou cartão de crédito. Em algumas casas, os ônus com cartões de crédito são descontados da porcentagem da profissional.

As máquinas que operacionalizam os pagamentos em cartão apresentam o nome de um restaurante ou bar, ou são equipamentos retirados de outros tipos de comércio, geralmente borracharias, mecânicas e lojas automobilísticas em geral. Este recurso é fundamental para que as casas possam receber uma modalidade de pagamento bastante freqüente – cartões de crédito – sem colocar em risco o sigilo do cliente.

* *Programa* é um termo êmico utilizado para fazer referência ao espaço de tempo vivenciado dentro do quarto. Em janeiro de 2006, os valores cobrados variavam de R\$40,00 a R\$60,00

Existem negociações dentro dos quartos das quais as gerências não participam e que podem onerar o valor do programa, geralmente envolvem a proposta de não usar o preservativo e a realização de sexo anal.

A relação com os proprietários e gerentes de cada uma das casas foi bastante distinta. O proprietário da casa um permitia a entrada da equipe sem restrições, conversava animado e respondia perguntas colocando todos os espaços da casa à disposição da equipe, fato que possibilitou o acesso aos quartos e a inúmeras informações aparentemente sigilosas. Já, na casa dois, a gerente desde o princípio mostrou-se resistente, olhando para a equipe de esguelha e encurtando o tempo de permanência na casa.

Os *barmen* desempenham importantes funções, entre elas, a preparação de drinks e coquetéis cujo consumo rende comissões às prostitutas. Um energético com whisky custa em média trinta e cinco reais, dos quais dez a doze reais são creditados à profissional, e assim com os demais drinks e coquetéis sendo a cerveja a bebida alcoólica mais barata e, portanto a menos consumida.

O discurso realizado pelos proprietários correspondeu ao papel de gênero masculino, mostraram-se protetores e preocupados com as trabalhadoras, tratando-as de *minhas meninas*, acatando a idéia da mulher como sexo frágil, e entendendo que o consumo alcoólico e outras questões de saúde, como as restrições cotidianas devido aos filhos, podem constituir motivos suficientes para que a mulher se ausente do trabalho, ou, tenha dificuldades para se desempenhar dentro das expectativas. Para eles, elas

pelo período de meia hora com direito a um preservativo, sendo que, 30% a 40% do valor

são frágeis, portanto, ao trabalharem dentro de um estabelecimento estarão, supostamente, protegidas de agressões, violências, estupros, humilhações, e de clientes que se recusam a pagar ou mesmo a usar o preservativo.

Já, as gerentes, geralmente mulheres, algumas ex-profissionais do sexo, fizeram um discurso de banalização das particularidades femininas, referindo-se ao corpo da mulher como tendo sido desde sempre acompanhado de menstruação e filhos, e argumentando que estas conjunturas naturais não podem funcionar como impeditivas para o bom desempenho do trabalho sexual.

Assim como identificado por GASPAR (1985), a relação de ordem e as regras são comandadas pelas gerências, as prostitutas que atenderem às expectativas e mantiverem um bom vínculo com as gerências, terão maiores mordomias ou facilidades, como: serem as mais indicadas para os melhores clientes (aqueles que deixam gorjetas gordas), terem o horário mais flexível e as regras relativizadas, etc.

Ainda correspondendo aos papéis de gênero, os homens apresentaram uma visão da prostituição enquanto um negócio, um empreendimento que deve acompanhar as mudanças do mercado sexual. Todos estão no ramo há aproximadamente vinte anos e concordam que nos últimos anos a demanda pela prostituição de mulheres vem declinando progressivamente, entendem este fato como consequência de uma maior permissividade dos homens e mulheres para viverem suas sexualidades e homossexualidades, e buscam ampliar as ofertas sexuais.

Proprietário casa 1 – Vou te contar: uma vez eu trouxe um travesti pra trabalhar de *barman*. Eu nunca tinha pensado nisso, mas ele me pediu, tava desempregado, coisa e tal. Eu pensei: é uma boa, porque o cara é uma moça, mas pra carregar uma caixa de bebida, esfregar um chão, tem a força de um homem. E foi mesmo, foi tudo muito bem, mas aí ele começou a marcar hora com os clientes da casa depois de expediente dele. Rapaz! O cara fazia muito mais programa do que as meninas! (risos) Nunca imaginei que tivesse tanta procura! Então vamos lá, coloquei ele no salão pra trabalhar junto com as meninas (risos). Rapaz! Que confusão que eu arranjei! Primeiro, as meninas ficaram furiosas comigo porque é uma concorrência desleal, é desleal, fala sério! (risos) Segundo, vou te falar claramente: Travesti parece mulher, mais mulher do que muita mulher, mas é Homem! Entende? E homem é homem! Não aceita pagar (uma parte do valor do programa) pra casa, homem não se submete! (Diário de Campo, setembro 2006).

A compreensão dicotomizada dos papéis de gênero norteia as concepções dos proprietários e das gerencias e constitui um dos motivos para justificar a presença das regras.

Segundo os proprietários as regras das casas não são rígidas e servem para colocar ordem e evitar briga entre as próprias profissionais.

Proprietário casa S – Chega um cliente que é bom, consome bem, bebe, deita com as meninas e ainda deixa gorjeta gorda, ah! Todo mundo quer! Quando chega um outro que só enrola e é pão-duro, uma empurra pra outra e todas querem escapar. A obrigação da casa é atender bem todo mundo, então precisa ter regras.

O horário deve ser obedecido mesmo quando não existem clientes, para algumas profissionais e gerentes trata-se de uma questão de disciplina. Por meio desta regra se garante que a oferta de prostitutas seja sempre superior à quantidade de clientes.

Judith – Tem hora para chegar, e como tem. Quem atrasa paga multa, dependendo, se atrasa muitas vezes, direto, pode mandar embora. Eu acho certo, sabe por quê? Porque senão de terça-feira, segunda, ou no dia do mês que não dá movimento, ninguém vem trabalhar, a casa ia ficar vazia, sabe como é? (Diário de Campo, fevereiro 2006).

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas. (FOUCAULT, 2002, p. 118).

Durante o tempo em que estão no salão, as regras de conduta são bastante claras, os gestos devem ser executados dentro de tempos determinados e alguns são terminantemente proibidos: Beijar na boca, agir de modo excessivamente insinuante, trocar carícias, sentar-se escandalosamente, ou, por muito tempo no colo dos homens, são infrações passíveis de multa porque podem conduzir à satisfação sexual, fato que coloca em risco a realização do programa.

Judith – Tem muito cliente safadinho, sabe? Vai metendo a mão aqui, se esfregando ali:- Ai meu amor, deixa eu te dar um beijinho! E nesse esfrega-esfrega, quando você vê, o cara já gozou sem pagar e tá indo embora. Então a mulher tem

que saber conduzir a situação: precisa seduzir, provocar, mas não é pro cara se satisfazer no salão, tenha dó, né? (Diário de Campo, fevereiro 2006).

Dentro do quarto não se deve perder um minuto, o bom emprego do corpo permite um bom rendimento do tempo. Permanecer no quarto com o cliente mais do que o combinado no ato do pagamento também é comportamento passível de punição.

O *prive* foi o segundo espaço de prostituição de mulheres identificado em Diadema. Geralmente ficam em pequenas casas com uma sala simples, quartos e banheiro. O horário de funcionamento é comercial, das 9 às 18 horas, no máximo até as 22 horas, facilitando o trabalho para as prostitutas que não desejam, por diversas razões, trabalhar durante a noite, e atendendo a uma demanda de homens que utilizam o horário do almoço ou o horário comercial para atividades sexuais.

Daí o *prive* ter sido utilizado pelas prostitutas como uma categoria em oposição a casa/boate juntamente com noite x dia. “A noite cansa mais do que o dia” quer dizer: Trabalhar nas casas/boates é mais desgastante do que nos *prives*.

No espaço da sala é realizada a *apresentação*. *Fazer a apresentação* é uma categoria êmica importante no processo do trabalho sexual dentro do *prive* e se refere ao comparecimento individual ou em pequenos grupos perante o cliente. Vestidas da forma como se sentirem mais confortáveis, ou mesmo sem roupa, elas têm a possibilidade de verificar antes quem é o cliente, se alguém indesejável, ou mesmo, uma pessoa conhecida. Nem

todas as profissionais se apresentam todas as vezes e é comum haver acordos onde se diminui ou aumenta a quantidade de vezes que determinada mulher se *apresenta*.

Verônica – *Prive* é diferente porque você se apresenta pro cliente, do jeito que você quer tal, vai, volta, normal. Agora em boate não, você tem que estar lá se expondo, praticamente pelada, o cliente quer enfiar a mão primeiro pra depois ir pro quarto, se ele enfiar a mão ele não vai pro quarto, e isso se ele for pro quarto, porque costuma ter mulher que beija, que agarra e tudo, o cliente goza no salão e vai embora. Então eu prefiro o *prive*.

Mayara – O que difere a noite (*casa/boate*) com o *prive*, é porque na noite você se expõe muito mais, você tem que estar sentada com o cliente, conversando, você acaba conhecendo mais da vida dele do que você precisa conhecer.

Bella – Você tem que ter uma lábia muito forte pra tentar convencer ele a ir com você, pra segurar ele do teu lado, senão ele vira as costas e vai com outra.
(Entrevista 22/08/2006).

Geralmente, as casas dispõem de um número de prostitutas superior a quantidade clientes esperada, o que torna a concorrência mais acirrada do que no *prive*. Além disso, no *prive* o trabalho ou parte importante dele, como a *apresentação* pode ser feito em grupo dando às profissionais maior autonomia sobre os processos de trabalho. Na *casa* os procedimentos são mais individualizados e competitivos, o que não impede que amigas combinem e realizem abordagens conjuntamente, porém, o processo de

trabalho em si prescinde de ações coletivas e estimula a concorrência, principalmente entre “novatas” e “veteranas”.

Mayara – *Prive* é sempre meio a meio (o valor do programa é 50% para a profissional e 50% para o *privê*), agora na *casa* geralmente, sempre, é mais da garota (60 a 70%) e menos da *casa* (30 a 40%), mas no *prive* você tem uma meta todo dia e alcança, na *casa*, se chega uma novata (geralmente mais concorrida do que a veterana) você corre o risco de não fazer nada a noite toda.

Mayara – Fora que a noite (*casa/boate*) cansa muito mais do que o dia (*prive*) e na boate quem tem razão é o cliente, no *prive* quem tem razão é a garota porque se aprontar a gente mesmo bate e manda eles pra fora (Entrevista 22/08/2006).

Foram inúmeros os relatos de mulheres que agrediram clientes, geralmente o episódio se inicia dentro do quarto, mas tão logo o cliente é enxotado para fora, todas as outras se juntam para ajudar, “primeiro batem e depois perguntam por que bateram”. Seja qual for o motivo, supõe-se que a surra seja justa e merecida, consta entre as principais razões a tentativa do cliente de enganar a profissional em relação a qualquer coisa: pagamento, uso da camisinha, etc.

O *prive* tem sua função mais objetiva e definida do que a *casa/boate*: a efetivação de uma relação sexual o mais satisfatória possível dentro do tempo estipulado. Não é um espaço de socialização para os homens e os procedimentos de trabalho permitem ações mais coletivizadas representadas nesta entrevista pela palavra solidariedade (palavra cunhada por mim para descrever as situações explicitadas).

Ações solidárias, como por exemplo, propiciar a uma colega em dificuldades financeiras a possibilidade de se apresentar maior número de vezes, diminuindo as apresentações próprias ou de uma *novata*, é compreendido como algo muito justo, pois, a *novata*, ainda que se apresente menos, será escolhida para todos, ou, quase todos os programas.

No entanto, o *prive* também tem regras semelhantes às encontradas nas casas: o valor referente ao programa, a aplicação e valor das multas.

Verônica – Uma multa é cinquenta reais se você falta um dia, tá? É, se você não dá uma boa justificativa pra sua falta, né? Porque aí a garota ganha bem na sexta (feira) e no sábado, aí ela só vai querer voltar na quinta feira, que é quando o movimento começa a melhorar, por isso das multas, eu concordo plenamente com as multas.

Mayara – As multas é por causa daquelas meninas que só vem nos finais de semana, você tá lá, a semana inteira ralando, tá? Das 9 da manhã às 10 da noite, como é o meu horário, tá? Aí, tem sempre uma que vai querer aparecer na quinta feira, linda, descansada, sem olheiras, tá? Ela vai fazer a apresentação dela muito melhor do que eu que já trabalhei de segunda até quinta, já estou estressada e tudo o mais. O que acontece? É injusto com quem? É injusto comigo que fiquei lá de segunda a quinta.

Bella – Eu já não concordo com as multa...

Karin – Eu também não... eu acho assim, tem que ter regras, mas não pode por causa de qualquer coisa ficar multando, a gente é gente, tem problemas, às vezes tem que faltar, chegar atrasada.

(Entrevista 22/08/2006).

O horário e a presença diária são fatores de desentendimento entre as profissionais e a gerencia. Os *prives* que fizeram parte desta pesquisa eram gerenciados pela proprietária, geralmente uma mulher ex-profissional do sexo.

O bar foi o terceiro espaço identificado de domínio privado, se localiza a meia distância entre as três casas/boates, é um lugar simples: uma varanda com mesinhas, um balcão, e máquinas que tocam músicas. Ao lado esquerdo há um prédio onde, na parte de baixo fica o salão de uma boate, porém pouco utilizado, e, em cima os quartos. Ao lado direito fica um dos três *drives - in* existentes na Avenida.

Algumas prostitutas que trabalham no bar podem *virar* vários dias sem descanso, já que este local é conhecido por permanecer aberto 24 horas. O proprietário, a gerente e as profissionais se mantiveram acessíveis à equipe, tanto para conversas informais, como para responder aos questionários, porém, o fluxo com os serviços ofertados pela Unidade Básica de Saúde não foi possível, apesar da disponibilidade dos profissionais de saúde.

A ocorrência de uma jovem gestante com sífilis secundária; uma segunda, grávida de um cliente, cuja filha foi entregue para adoção, e as inúmeras solicitações para tratamento do *crack*, fizeram deste espaço um *locus* que demanda atenção diferenciada. A atenção dedicada pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde e do Programa de Saúde da Família propiciou que muitas destas situações fossem expressivamente amenizadas, porém, com relação a este estabelecimento em particular foi

insuficiente para estabelecer um fluxo entre os serviços de saúde e as profissionais.

Além da importância do vínculo entre os profissionais de saúde e os profissionais do sexo (conforme citado por PELUCIO, 2007), a dinâmica existente dentro do estabelecimento também tem relação direta com a presença das prostitutas nos serviços de saúde. Prostitutas que, quando trabalhavam na *casa 2* estavam bem vinculadas aos serviços, ao mudar para o *bar* imediatamente rompiam seus laços com o sistema, ainda que os profissionais de saúde fossem os mesmos.

Conjecturas sobre os possíveis motivos não faltaram. Talvez, este lugar represente o fim da linha, a mulher que chega ali já não tem muitas expectativas e, portanto passa a se descuidar. Fato é que, a relação que as gerencias, proprietários, profissionais do sexo mantêm entre si interfere diretamente no acesso aos serviços de saúde.

5.2 AS REDES VERTICAIS

Os proprietários e as gerentes destes espaços – *casa/boate*, *prive* e *bar* – mantêm contatos com outros locais e pessoas ligadas à prostituição. No ano 2006 a cidade de Anápolis (Goiás), regiões interioranas da Bahia e do Estado de Minas Gerais, eram as mais referidas.

Proprietário casa 1 – De tempos em tempos a gente (referindo-se a ele e a esposa, (ex-profissional do sexo) tem que ir até lá (cidade do interior de Minas). Aí, lá a gente já conhece os lugares, as casas, as ruas onde tem prostituição, entende? Faz muito tempo que eu faço isso, uns vinte anos, então já tenho conhecimento. Tem que ligar antes, ver se tem meninas querendo vir prá cá. Aí é só chegar lá, conversar e marcar o dia pra vir embora. (Diário de Campo, agosto 2006).

Proprietário casa S – As meninas daqui são quase todas do interior da Bahia, mas daquelas cidades bem pequenininhas, sabe? Depois de uns meses que elas estão aqui, elas voltam lá e já chegam esnobando: tem celular, tem roupa, tem as coisas todas que conseguiram aqui, né? Todo mundo gosta de ostentar! (risos) Aí, é lógico, as outras que ficaram querem saber como elas conseguiram, e é assim que elas vem. Eu não chamo, não falo pra vir. Se me perguntam se pode vir, eu digo se pode ou não, mas eu não mando chamar, elas é que vem. (Diário de campo, setembro 2008).

Segundo Junqueira citado por SANTOS (2000) o espaço reticular de conectividade das redes é organizado pelo discurso, constituído pelas normas e ordens que os atores fazem repercutir instantânea e imperativamente sobre lugares distantes.

A totalidade das prostitutas com as quais se estabeleceu contato era maior de idade, algumas com mais de 40 anos, todas tinham conhecimento do trabalho que iriam realizar na cidade de destino e a maioria já era profissional do sexo nas suas cidades de origem, conforme declaração de três jovens irmãs.

Milena (casa S) – Eu vim primeiro, tava muito ruim lá, não tem trabalho, não tem nada. Até na putaria a coisa tava ruim, trabalhava muito e mal chegava pra comer. Aí ele chegou lá e a Joana (espôsa do empresário) perguntou: E aí? Tem alguém querendo ir pra São Paulo? Tem trabalho bom lá. É claro que você vem sabendo o que vai fazer, já fazia antes (risos). A questão é que às vezes te contam que a coisa é melhor do que é de verdade, que dá pra ganhar mais do que dá... Não tá ruim, tem noite que até dá bem, mas tem noite que não dá nada... Mesmo assim ainda é melhor, então eu liguei pra elas (para as duas irmãs) e falei: Ó, se vocês quiserem vir eu peço o dinheiro pra ele (para o proprietário), e vocês vem. Então elas vieram, pelo menos agora estamos as três juntas (Diário de Campo, agosto 2005).

Os empresários entrevistados não cobram o valor da passagem ou transporte porque referem que o lucro está em dispor de meninas novas na casa, fato que aumenta o movimento e, conseqüentemente, o lucro.

Este tipo de rede poderia ser identificado como *facilitação de projetos migratórios*, porém, o Código Penal Brasileiro (capítulo V, Art. 231*) não diferencia este tipo de organização das ações realizadas por redes criminosas, penalizando todo e qualquer transporte, consentido ou não.

AZIZE (2004) define o enfoque trafiquista como a redução de toda migração à idéia de tráfico, todo e qualquer transporte de pessoas é atribuído às operações clandestinas e criminais de máfias que enganam e exploram as pessoas que desejam sair do seu lugar de origem. Este enfoque nega as distinções entre *redes de extorsão* e *redes que facilitam*

* Código Penal, Art. 231 – Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha a exercer a prostituição. Pena: de três a oito anos e multa.

projetos migratórios e tem o peculiar efeito de criminalizar o que não é crime, ao mesmo tempo em que facilita a ação das quadrilhas verdadeiramente criminosas, pois, equaliza em um mesmo denominador o engano, a mentira, o seqüestro, o rapto, ao transporte mais do que voluntário, intencional. Além disso, obtura o motivo fundamental das migrações: a necessidade de trabalho e subsistência, a busca de uma melhor qualidade de vida.

O Protocolo de Palermo foi o resultado de um comitê intergovernamental criado pela ONU com o objetivo de organizar uma convenção internacional contra a criminalidade transnacional e examinar a possibilidade de tratar todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas. No ano 2000, muitos países, inclusive o Brasil, assinaram este Protocolo que define no artigo 3º o *tráfico de pessoas*.

A captação, o transporte, a transferência, a acolhida ou a recepção de pessoas, recorrendo a ameaça ou ao uso da força, ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou ao abuso de uma situação de vulnerabilidade, ou a concessão ou recebimento de valores ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra com fins de exploração (...) Inclui a exploração da prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, a escravidão ou as práticas análogas à escravidão, a subordinação ou a extração de órgãos* (ONU, 2000).

* [La captación, el transporte, el traslado, la acogida o la recepción de personas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza u otras formas de coacción, al rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra, con fines de explotación (...) Incluirá la explotación de la prostitución ajena u otras formas de explotación sexual, los trabajos o servicios forzados, la esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, la servidumbre o la extracción de órganos].

Quando as pessoas transportadas são menores de 18 anos, o consentimento é irrelevante para configurar tráfico, porém, no caso de homens e mulheres adultos, o consentimento exclui a imputação de tráfico, a menos que comprovada ameaça, abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade.

As críticas formuladas ao Protocolo de Palermo sustentam que a falta de precisão em sua definição de tráfico de pessoas impossibilita trabalhar em termos legais de maneira adequada. Segundo elas, essa imprecisão está vinculada às preocupações e objetivos radicalmente diferentes de organizações e grupos preocupados com o tráfico, cujos interesses incidiram na formulação final do Protocolo (PISCITELLI, 2006, p. 18)

Existe uma distância expressiva entre o Código Penal Brasileiro e o Protocolo de Palermo, fato que leva a considerar que o mesmo país (Brasil) está submetido a leis diferentes: se o trânsito ocorrer em território nacional, é considerado crime, porém, se o deslocamento de pessoas maiores de 18 anos se der para outro país de forma voluntária e consciente, é apenas transporte.

Para Anderson e O'Connel, citadas por PISCITELLI,

Um ponto da maior importância é que torna o debate mais complexo é que se as legislações sobre a prostituição são "nacionais", estamos frente a uma pressão internacional, exacerbada neste momento pelas discussões, medidas e articulações internacionais para reprimir o tráfico internacional de pessoas (PISCITELLI, 2005, p. 11).

Os proprietários conhecem as leis que os penalizam.

Proprietário casa 1 – Xii! Processo? Eu já perdi a conta de quantos eu respondi e ainda estou respondendo. Por tudo: por ter casa (de prostituição), por pagar as viagens das meninas, é só ter alguém da concorrência querendo te ferrar (risos). Mas prá que existe advogado? (Diário de Campo, maio 2005).

Segundo os relatos obtidos, não há dificuldade em se defender, pois, desde que não haja menores envolvidos, a prostituição funciona como um negócio, um empreendimento como qualquer outro. A relação entre o (a) empresário (a) e a prostituta é contratual e, apesar de verbal, as regras são explícitas.

Proprietário casa 1 – Elas vêm porque querem, eu não obrigo ninguém, ninguém! O que acontece é que na hora H (no decorrer de um processo) não tem vítima, entende? Entende que as meninas não vão depor contra você porque de verdade você não fez nada que elas não queriam? Entende que muitas vezes elas até te devem favor porque você ainda deixou um dinheirinho lá pro remédio do filho? Entende que provar alguma coisa nestas condições é muito difícil? Entende que é tudo babaquice, hipocrisia da sociedade? (Diário de campo, maio 2005).

Para o GRUPO DA VIDA (2005), as definições de tráfico não apresentam consenso sobre inúmeros pontos, em muitos casos o fato de violar uma lei – principalmente aquelas que se referem à migração, sexo ou trabalho – é o suficiente para considerar tráfico.

Dolores JULIANO (2002a) considera a existência de três tipos de redes na prostituição:

1ª – Familiar: os amigos ou a família promove os meios para o transporte para outra cidade ou país e a acolhida no novo lugar, podendo ou não implicar em contração de dívida.

2ª – Comercial: funcionam como agentes de viagem incumbindo-se do transporte e garantindo alojamento, porém, cobrando valores às vezes elevados por isso.

3ª – Coercitiva: exercem ameaça para atingir seus objetivos e, às vezes, mantém as pessoas sob restrição de liberdade. Subdividem-se em três tipos:

- Os grupos de base “étnica”: exigem o pagamento em dinheiro adiantado com ameaças físicas ou simbólicas.
- Os grupos tipo “*pandilla delictiva*” ou quadrilha criminosa, pequeno grupo de pessoas organizadas que exercem pressão extorsionária tanto no país de origem como no de destino.
- Bandas organizadas a nível internacional, combinam tráfico de drogas, de armas, de pessoas, pornografia, etc. (JULIANO, 2002a).

O trânsito de mulheres para a prostituição em Diadema se faz por meio de redes que podem ser caracterizadas como familiares e comerciais.

5.3 AS TRANS: ENTRE A CASA E A RUA

Uma diferença importante entre a rede de prostituição de mulheres e a de *trans* em Diadema diz respeito à idade: enquanto todas as prostitutas identificadas eram maiores de 18 anos (média 23 anos), entre as *trans* mostrou-se habitual a presença de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos.

Duas irmãs travestis mostraram-se relevantes na organização do sexo comercial que se desenvolve em Diadema participando ativamente do espaço da rua, cobrando taxas pelo *ponto**, e abrigando jovens travestis em suas casas.

Solange, a irmã mais velha, ao ser questionada sobre como os jovens chegam à sua casa* explica:

Solange – A gente está aqui faz muitos anos, então somos muitos conhecidas, todo ABC e até em São Paulo somos conhecidas, todo mundo sabe da gente, então quando tem alguém passando um apuro, sempre tem outro alguém que diz: Vai lá na casa delas que elas te recolhem! Entendeu? Aí chega aqui que é um horror! Cheia de bereba, com tosse, doente, apanhou na rua, apanhou do pai, tem de tudo, cê sabe. O governo devia ter uma casa pra abrigar essas meninas... Aí eu acolho, dou comida, falo pra procurarem vocês lá no postinho, pra passar

* *Ponto* é uma expressão êmica para fazer referência a um determinado local aberto onde se oferta o trabalho sexual, geralmente ruas e esquinas.

* Conforme PELUCIO (2007) o termo *casa* para as *trans* é, geralmente, utilizado para denominar/designar o espaço aonde varias *trans* vivem juntas sob o cuidado ou jugo de uma cafetina, geralmente outra travesti mais velha.

no médico, tomar as vacinas... Algumas vão, mas outras ... (risos) (Diário de Campo, outubro 2006).

Não existe clareza se o ato de acolher menores de idade em casa e receber dinheiro advindo da prostituição é uma contravenção ou um ato de caridade:

- O quê você acha de receber na sua casa esse pessoal menor de idade? Você acha que isso é legal ou é crime?

Solange – Menina... sabe que eu não sei. Acho que não é, né? Porque elas vêm porque elas querem vir, e se eu não recolho, elas vão ficar por aí...

Maíra – Sabe o que acontece se elas num vem pra cá? Acontece aquilo que você viu lá no Parque, aquelas duas lá dormindo no banheiro do Parque, no chão frio e se lavando nas torneira, mas isso a polícia não vê, ninguém cata elas lá pra levar prum abrigo, até porque não existe abrigo pra travesti.
(Entrevista dia 06/12/2006).

O parágrafo acima se refere a duas adolescentes travestis, uma delas egressa da Fundação Casa, antiga FEBEM, que se tornaram prostitutas e moradoras de rua.

Solange – Então, cê sabe que eu até tava querendo falar sobre isso com vocês pra ver como a gente podia montar assim um tipo de abrigo, né? Porque é tanta gente que me procura. Dia desses veio bater na minha porta um menino, não tem 15 anos, é *gayzinho* de tudo, bem feminino mesmo, ainda não virou travesti, mas ta

virando: já tirou sobancelha, já pintou as unhas, é assim que começa. Então tá... veio bater aqui chorando: Ah! Minha mãe me pôs fora de casa, meu padrasto me bateu, e coisa e tal. Menina! O que é que eu vou fazer com uma criatura dessas? (risos) Eu disse: - Não meu filho! Vai embora, a vida é assim mesmo, isso passa, aos poucos sua mãe te aceita... Vira e mexe ele volta, diz que vai se matar e coisa e tal, mas eu falo seeempre a mesma coisa (risos), dá dó, né? Mas vai fazer o quê? (Entrevista dia 06/12/2006).

Entre um passo e outro fica o abismo. E era exatamente ali que eu flutuava. Nem antes nem depois. Na espuma, entre as pedras e o mar. Não sabia mais quem eu era, o que queria, aonde ia. Caminhava com a mala apertada na mão e a noite marcada pelo relógio. (ALBUQUERQUE e JANELLI, 1995, p. 46).

Durante a maior parte do acompanhamento deste campo, a maioria das *trans* residiu na casa de Maíra, a irmã mais jovem, e um número reduzido – de dois a quatro – com Solange. Embora ambas tenham mudado de residência diversas vezes, permaneceram morando próximas uma da outra e na região do Centro.

Para PELUCIO (2007) a casa/pensão onde vivem as travestis se coloca em oposição à casa paterna, muito mais do que da rua.

As *trans* recebidas na casa devem pagar um valor diário pelas despesas de moradia, alimentação, luz, água e eletricidade. No ano 2006 este valor estava estipulado entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00 por dia, declarado como uma ajuda, sem muita objetividade, nem rigidez quanto às formas de cobrança e pagamento. O dinheiro é obtido por meio da prostituição, e, muitas vezes, não é suficiente para suprimir todos os gastos pessoais, que

inclui também os custos com roupa, sapatos, maquiagem, peruca, aplicações de silicone e todos os apetrechos necessários para a montagem*; às vezes também, a dependência do álcool ou outras drogas. Os conflitos devido ao não pagamento das diárias são freqüentes.

Durante o ano 2005 e parte de 2006, as irmãs moravam em um tipo de cortiço com várias casinhas espalhadas no mesmo quintal. Entre dez a vinte e cinco pessoas, vários adolescentes, conviviam cotidianamente relatando histórias de vida onde a entrada na prostituição era apenas parte de um universo permeado pelo sentimento de exclusão dos espaços socialmente reconhecidos e valorizados.

As relações entre as travestis e a cafetina são diversas, abarcam desde o protecionismo maternal, até a punição extremada acompanhada de violência física, existindo momentos de forte tensão entre ambas as partes. A cafetina ou dona-da-casa tem grande relevância, pois, diferente da gerente ou do proprietário do local onde trabalham as mulheres prostitutas, a cafetina travesti partilha e interfere cotidianamente em todos os aspectos da vida das demais. Entre outras funções, cabe a ela fazer com que as regras da casa sejam cumpridas e o *ponto* da rua não seja tomado por outras travestis.

Estas cafetinas controlavam também o espaço da rua onde a maioria destas *trans* trabalhava. Esta rua, localizada no Centro, dá acesso ao

* “A “montagem” ou “montação” resulta no ato de vestir-se com roupas de mulher e implica em um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista das travestis, de sua qualidade feminina” (BENEDETTI, 2005, p.67).

Parque dos Jesuítas (Anexo I), que, durante o dia, era um local privilegiado para o encontro furtivo de homens (pegação/vício*), e, à noite, o Parque e a rua à sua volta eram tomados pela prostituição de *trans*.

Enquanto os homens circunscreviam os seus encontros diurnamente e dentro do Parque, as *trans*, sempre noturnas, transitavam pelo Parque e também pelas calçadas, pelo meio da rua, utilizando um terreno baldio ao lado do prédio da Câmara dos Vereadores como um dos espaços para realização de programas.

Maíra, na época com 30 anos, com o torso nu e os seios à mostra, caminhava pela rua se comunicando com as outras travestis por meio de gritos. Geralmente a nossa comunicação era difícil e intermediada por Solange.

Com as demais travestis meus vínculos eram instáveis. Ora estava próxima de algumas, mas sentia estranheza e distância por parte de outras, de modo geral, enquanto algumas me evitavam, outras pediam proteção e carinho.

Após algum tempo de permanência nesta rua, percebi que o pano de fundo é um intenso fluxo de meios de transporte: carros, motos, taxis e ônibus passam velozmente. O formato oval do quarteirão onde se insere esta passagem e as suas inúmeras artérias de conexão com vias, avenidas e estrada (Rodovia dos Imigrantes), permitem ao transeunte passar repetidas vezes, caso assim o deseje, podendo também deslocar-se

* *Pegação* ou *vício* são termos êmicos do mundo homossexual masculino e travesti, referem-se ao encontro sexual geralmente eventual e fortuito, sem intenções comerciais ou

rapidamente para lugares relativamente distantes. Devido a facilidade e rapidez do fluxo viário é uma rua que pode funcionar muito bem como rota de fuga, além de ser um espaço peculiar que une a deserção noturna típica dos bairros centrais das cidades grandes, com o trânsito intenso de muitas pessoas.

Com certa freqüência, param motoqueiros que logo vão embora após uma conversa rápida com alguma travesti, não se sabe ao certo o que foi acertado. As travestis evitam ficar de costas para a rua devido ao receio de serem atingidas por algum objeto, ou sacos plásticos cheios com urina ou fezes.

Trabalhando nas margens de ruas e avenidas à noite, as travestis estão expostas aos comentários ultrajantes de motoristas e são alvo da violência de pessoas que atiram objetos nelas – pedras, guimbas de cigarro e até garrafas (KULICK, 2008, p. 201-2).

A *rua* é paradoxal, lugar de expiação, violência e humilhação, é, ao mesmo tempo, o espaço onde desfilam, se afirmam e se constituem, a *pista* aonde brilham. A velocidade com que transitam os automóveis mesclam os olhares desejosos e as cantadas, com os xingamentos ofensivos e outras agressões.

Este campo apareceu e desapareceu como mágica ou miragem em diversas ocasiões. No ano de 2006, um rapazinho *gay* de 17 anos que dizia ter pavor de silicone, de repente, colocou silicone, virou travesti e profissional do sexo, e na rua onde trabalhava encontrou um malote com 40 mil reais

esquecido dentro de um banco 24 horas, e desapareceu juntamente com outras travestis com quem dividiu o produto encontrado. Uma veterana, recém-chegada da Alemanha, foi contemplada nesta divisão e também sumiu, ninguém sabia dizer para onde; uma terceira, ainda adolescente, foi recolhida por uma instituição religiosa para tratamento da dependência do *crack*, e a outra, que recém havia completado 18 anos, foi presa. De um dia para o outro, a rua ficou deserta e o campo desapareceu por algum tempo.

A esta instabilidade do contexto somava-se a minha ignorância perante os diálogos entre as travestis, geralmente entrecortados por palavras, expressões e, às vezes, frases inteiras com gírias próprias, cabendo ao espectador, ou, pesquisador, o lugar de absoluta ignorância sobre o assunto.

As gírias em português utilizam palavras comuns como babado, doce, etc. que podem ter significação ambígua de acordo com o contexto. Juntamente com as gírias, uma espécie de linguagem cifrada, o *pajubá* ou *bate*.

É interessante observar que outros pesquisadores, trabalhando em diferentes e distantes cidades brasileiras, como SILVA (1993) na Lapa, bairro do Rio de Janeiro, BENEDETTI (2005) em Porto Alegre, e KULICK (2008) em Salvador, PELUCIO (2007) em São Paulo, registram esta peculiar forma de comunicação entre as travestis. Para BENEDETTI (2005), o *bate* parece derivar da língua yorubá, comum nos cultos de religiões afro-brasileiras e funciona como uma importante arma de defesa que permite a comunicação exclusiva entre elas mesmo na presença de outros, como por exemplo, os policiais e pesquisadores.

Para Beth Maison (Entrevista 10/04/2007) a relação entre o yorubá e a travestilidade remonta ao fato de que durante os anos 1960/70 não existiam espaços de sociabilidade *trans*, como boates, bares, cinemas GLS, etc., a perseguição policial era intensa e os terreiros de Candomblé mostravam-se como espaços possíveis de pertencimento e acolhimento. Segundo Beth, muitas *trans das antigas* são feitas no Santo* fato que fez com que o ioruba se fundisse com a travestilidade.

As situações de violência, presenciadas ou relatadas, foram inúmeras e o *bate* parece realmente funcionar como um dos recursos para o enfrentamento, porém, nem sempre eficaz.

Durante um período do ano de 2005, um grupo de jovens *skinhead**, popularmente chamados de *Carecas do ABC*, conhecidos pela simpatia aos ideais neonazistas e pelas ações de tortura e extermínio de homossexuais e *trans* na região do ABCD, realizou várias investidas nesta rua. Foi um dos raros momentos em que as *trans* mostraram-se assustadas, verdadeiramente apavoradas e, aparentemente sem recursos para reagir a um possível ataque dos *carecas*, ofensivas geralmente repentinas, com requintes de crueldade e violência.

No ano seguinte, as ações que amedrontaram as travestis foram realizadas pela Polícia do Estado de São Paulo. Em uma destas ocasiões a equipe de trabalho do CR/DST estava presente. Um camburão passou

* "Feita no Santo": alguém que cumpriu os ritos iniciáticos das religiões afro-descendentes brasileiras.

* *Skinhead* é o nome de uma subcultura caracterizada pelo corte de cabelo muito curto ou rapado (há algumas exceções), um estilo particular de se vestir (que costuma incluir botas

lentamente iluminando todo o grupo (inclusive os técnicos) com um forte foco de luz, imediatamente as travestis se encolheram tentando se esconder atrás dos profissionais de saúde. Depois, visivelmente assustadas, relataram que eles voltariam mais tarde, jogariam dentro do camburão todas que conseguissem pegar levando-as para a delegacia onde seriam humilhadas verbal e fisicamente, teriam seus cabelos raspados, seus apetrechos – maquiagem, bijuterias, etc. – quebrados e, ao amanhecer, seriam soltas para estarem disponíveis na próxima investida. Para KULICK (2008, p. 48) “os policiais são uma das principais fontes de violência contra travestis”.

O travesti tem dupla pele: a de purpurina e a da humilhação. Em que ordem não se sabe. Ou talvez numa pele só tecida pelos dois ingredientes. A arma é a violência (SILVA, 1993, p. 41).

BENEDETTI (2005, p. 47) diz que aprendeu que a violência é um código legítimo e possível no mundo da noite, tanto pelo anonimato como pela possível impunidade que caracteriza o contexto.

A noite e a rua formam uma territorialidade específica onde as travestis podem ter vidas mais viáveis, ainda que para vivê-las tenham que aceitar o código de classificação que as movem para as sombras, em mais um dos paradoxos constituintes da travestilidade (PELUCIO, 2007, p. 77).

A passagem do lugar de vítima para o de algoz, como tudo no universo *trans*, se dá com rapidez. No mesmo momento em que tremem de medo dos

e/ou suspensórios), o culto à virilidade e ao futebol. Alguns subgrupos, promovem

carecas, ou da polícia, não hesitam em investir sobre a carteira, as chaves do carro, o celular ou qualquer outro objeto de valor dos clientes ou de algum passante.

Uma estratégia conhecida para desencadear situações de roubo é: durante o programa ou ao final, puxar a chave do carro, tirando-a da ignição, alegando que quer receber um valor maior do que o combinado. Mediante a negativa do cliente, os gritos, xingamentos e ameaças de chamar a polícia parecem funcionar muito bem. Embora o programa geralmente seja realizado com apenas uma travesti, outras se aproximam para auxiliar neste tipo de situação deixando o cliente sem reação ou recursos para escapar. *Azuelar, dar a Elza, puxar a chave* são as gírias que remetem ao ato de roubar o cliente que, se reagir, além de roubado pode ser agredido.

KULICK (2008, p. 171) descreve com detalhes as mesmas estratégias e gírias utilizadas pelas travestis de Salvador questionando-se sobre o porquê os clientes voltam. “É difícil conter a tendência de interpretar os atos desses homens como de alguém que deseja simplesmente brincar com fogo”.

A rua, expressão da modernidade, torna-se mais do que um lugar de passagem ou de fascinação consumista, faz-se um espaço de captura, de encontro, de rechaço, de violência, de aventura e instabilidades.

Mesmo não compreendendo muitas coisas no começo, apreciei seu humor irreverente e admirei sua firmeza ao notar que, apesar das muitas ofensas e agressões cometidas por policiais e por gente que

confrontos em estádios de futebol e/ou perseguições a imigrantes ou homossexuais.

passa nos automóveis ou a pé, elas mantinham uma postura desafiadora, e continuavam preocupadas com o retoque de um batom borrado, por exemplo. Senti-me incomodado, é verdade, com os atos violentos que as travestis podem cometer, como nos casos de assaltos a clientes. Não obstante, encarei esses atos dentro do contexto de uma sociedade que é, em si, brutal e violenta com suas classes baixas (KULICK, 2008, p. 32).

Além das diversas violências envolvendo clientes, grupos de ideologia neonazista, policiais e clientes, são freqüentes as disputas e brigas entre as próprias travestis. Os motivos nunca se tornaram claros, mas parecem envolver questões de ordem financeira e dívidas ou partilhas decorrentes do uso de drogas, principalmente o *crack*.

Solange – Dá menina! Dá pra ganhar dinheiro! O problema é que as menina vão pra rua e lá elas fazem um ou dois programas e nessas já começa a noite! (risos). Aí, uma já aparece com uma pedra (de *crack*), aí uma pedra é pouco e elas já se junta e lá vão buscar mais três ou quatro. E assim vai, quando vê, elas trabalharam, mas voltam pra casa sem nada. Eu falo, eu falo! Mas elas não me escuta. (Diário de campo, agosto 2008).

O uso abusivo do *crack* e do álcool, inclusive durante o tempo em que estão na rua, se mostrou freqüente e acentuado tendo sido relatado também por PELUCIO (2007). Em inúmeras ocasiões as próprias travestis solicitaram uma solução para este problema, sendo comum alguma delas dizer que iria passar uns tempos em outra cidade como forma de se distanciar e parar, ainda que esporadicamente, com o consumo. Apesar dos encaminhamentos realizados para o Espaço Fernando Ramos da Silva e das orientações

tradicionais sobre redução de danos no uso do álcool e do *crack*, a situação se manteve.

5.4 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: PROSTITUTAS E *TRANS*

Assumi relevância o fato de estes espaços – a casa, a rua e os serviços de saúde (Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência em DST/HIV-Aids) – constituírem prioritariamente os ambientes de circulação destas pessoas. A maioria dos membros da sociedade, à medida que vão desenvolvendo suas biografias, passam a freqüentar círculos heterogêneos de relações sociais que ultrapassam muito a família e a escola: os trabalhos, clubes, organizações políticas, associações, etc.

Os casos das travestis delineam um processo contrário caracterizado pelo rechaço generalizado a que se integrem sem inconvenientes às redes de relações sociais consuetudinárias: algo que começa na própria família e – como já se iniciou – se manifesta com muita intensidade nos espaços de trabalho * (MECCIA e col., 2005, p. 120).

A socialização que se processa nos espaços de trabalho sexual e na vida cotidiana dentro da própria rede é o eixo, freqüentemente único, de

* [Los casos de las travestis delinean, dramáticamente, un proceso contrario caracterizado por el rechazo generalizado a que se integren sin inconvenientes a las redes de relaciones sociales consuetudinarias: algo que comienza en la misma familia y – como ya se desarrolló – se manifiesta con mucha intensidad en los ámbitos laborales]

organização de vida e de aprendizagem social das *trans*. Enquanto as mulheres pagam o ônus por transitarem em dois mundos: o da prostituição e o da normalidade (filhos, escola, marido, pais, etc.), as *trans* tendem a se manter restritas ao mundo da noite, mesmo durante o dia.

No mundo *trans* os pontos de contato com a sociabilidade mais ampla (motoristas de taxi, comerciantes, etc.) estavam de modo geral relacionados ao mundo da noite. Desde que inseridos no circuito da prostituição, alguns bares, farmacêuticos e motoristas de taxi se constituíam como pontos de referência importantes adquirindo permeabilidade e participando ativamente das redes.

Um local que chamou a atenção em especial, justamente por não estar inserido no mundo da noite, foi o salão de cabeleireiro onde trabalha Beth, uma travesti de 56 anos de idade que participou ativamente de toda a formação da rede de *trans* na cidade e região desde o seu princípio.

Beth Maison conhece a história de vida das principais travestis e transexuais de Diadema, presenciou o processo de transformação de muitas delas (faz questão de citar o nome masculino de várias e dizer que as conhece desde quando eram todos *boyzinhos**), tem relações de afetos e desafetos. O salão onde trabalha é freqüentado pelas travestis novatas e pelas antigas funcionando como um importante ponto de concentração e difusão de informações sobre os últimos babados do mundo *trans* na cidade e cercanias.

No entanto, enquanto um espaço aberto ao público, o salão agrega mulheres e *trans*, caracterizando um espaço de sociabilidade mista raro de ser identificado no mundo *trans*.

Beth é uma informante preciosa, além de boa contadora de histórias. Por meio das suas lembranças – algumas trágicas, outras divertidas – é possível reconstituir a formação da rede de *trans* no ABC e em São Paulo. Para ela que nunca trabalhou na prostituição, ser travesti

Beth – (...) vem no sangue, não é uma escolha, é algo que fala mais alto e forte do que você e te faz enfrentar qualquer obstáculo ou dificuldade (Entrevista 10/04/2007).

Porém... Trabalhar na prostituição é uma escolha e, muitas vezes, recheada pela expectativa de uma suposta *glamorização* decorrente do trabalho sexual.

Beth – Elas correm tudo que é perigo, Lu! Mas conta isso como se fosse o maior *glamour*! (...) O maior preconceito do travesti tá nele mesmo, de achar que a única maneira que ele tem de se impor no mundo é por meio da prostituição* (...) Eu tenho várias amigas, destas *das* antigas, que são maquiadora, tem uma que dá aulas e outra até que trabalha na Prefeitura de São Paulo, é muito querida lá! Quer dizer, não é porque é travesti que tem que ir para a prostituição! (Entrevista dia 10/04/2007).

* *Boyzinho* é um termo êmico usado para se referir ao jovem homossexual que apresenta características bastante afeminadas, porém externas ao corpo (sem hormônios e sem silicone).

* Para Beth, a utilização do pronome feminino “a travesti” soa falsa, “parece uma expressão programada, meio fantasiosa, já, “o travesti” é espontânea”.

Assim como identificado por PELUCIO (2007), o discurso geracional das travestis mais velhas, *das antigas*, depõe contra o atrevimento das mais jovens que se atiram para a prostituição tão logo se descobrem travestis.

Beth – Elas não querem saber de trabalhar, só querem saber de sexo, expõem o corpo de forma agressiva e provocam a discriminação. (...) Estão chegando agora, não passaram pelo sufoco que as mais velhas viveram (refere-se aos tempos da ditadura militar) e a gente passou por tudo isso pra abrir espaço para o travesti, que o travesti não existia, não existia! Mas elas não querem saber, elas não reconhecem nada.
(Entrevista 10/04/ 2007).

O discurso de Beth e de outras travestis mais velhas sobre a nova geração de travestis pode ser enquadrado no modelo do discurso sobre o adolescente e dista pouco ou nada daquilo que dizem as tias e as mães sobre os seus filhos e sobrinhos adolescentes.

A escuta crítica dos discursos proferidos em um ponto de conexão de travestis e mulheres (estas não profissionais do sexo), revelou que as travestis jovens estão mais próximas do modo de vida dos e das adolescentes em geral do que das travestis mais velhas.

A questão geracional vem sendo desconsiderada nos trabalhos junto às travestis assim como, as diferenças étnicas, religiosas e todas as outras. A chave travesti parece definir e conceituar um grupo homogêneo que tem diferenças identitárias com as transexuais. Todas as outras diferenças existentes são enfraquecidas mediante a força das letras “TT” (travestis e transexuais).

Nesta pesquisa o fator tempo (idade e tempo de trabalho na prostituição) apareceu como um determinante para todos os agravos sociais e à saúde na vida das travestis, inclusive para a infecção pelas DST/HIV, fato que merece consideração nos estudos e diferenciação nas abordagens.

As duas redes de profissionais do sexo – mulheres e *trans* – apresentam um funcionamento interno semelhante: Uma rede de informações estabelecida por meio de relações horizontais de contigüidade entre os pares – trabalhadores(as), proprietários, gerentes, amigos e familiares – mantém atualizações constantes sobre os fatos corriqueiros ou inusitados, e, simultaneamente estabelece relações de verticalidade com os respectivos grupos pares de cidades próximas e distantes, a fim de, inclusive, recrutar novos trabalhadores.

Estas informações e trocas, surpreendentemente, não ocorriam entre as prostitutas e as *trans*, como se certa impermeabilidade impedisse o trânsito de informações entre ambas as redes.

O proprietário da *casa* 1 dizia desconhecer o fato das *trans* da rua da Câmara terem desaparecido da cidade, ao ser informado sobre o ocorrido, não demonstrou surpresa, nem interesse no assunto. Da mesma forma, em outro momento, as *trans* diziam desconhecer o assassinato de uma trabalhadora sexual dentro de uma *boate* na cidade vizinha de São Bernardo do Campo. Enquanto as prostitutas rememoravam o fato com ênfase discorrendo sobre os possíveis motivos para tal violência e se mostravam indignadas com a indiferença social, entre as *trans*, algumas diziam desconhecer o fato, outras, apenas tinham ouvido falar.

A princípio, as duas redes pareciam girar cada uma em torno do seu próprio eixo sem pontos de contato ou intersecção. O fato de coexistirem dois circuitos de oferta do mesmo tipo de serviço funcionando paralelamente era curioso e estranho, tanto quanto perceber certa rivalidade entre eles.

- Às vezes eu fico com a impressão de que existe uma rivalidade entre as prostitutas e as travestis, você acha que isso acontece? Por quê?

Susy – Eu não sei dizer por que existe, mas que existe, existe. Puta não gosta de travesti e travesti também não gosta de puta, acho que é pela concorrência, porque os clientes são os mesmos. (Diário de Campo, agosto 2006).

Os clientes são os mesmos. Nos dois circuitos de profissionais do sexo a afirmação de que os homens que buscam a prostituição de mulheres são os mesmos que procuram os travestis e transexuais, foi unânime. São homens casados, geralmente pais de família, às vezes, avós, estáveis financeiramente.

As mulheres prostitutas guardam ressentimento porque as travestis atraem e roubam a clientela; e as mulheres em geral, porque as travestis podem atrair e roubar seus maridos. As mulheres acreditam que as travestis “ocupam o espaço delas”, conforme expressou uma travesti (KULICK, 2008, p. 213).

Segundo um dos proprietários entrevistados existe alguns clientes que sempre preferem as mulheres, bem como, aqueles que só saem com travestis, porém, a grande maioria transita entre os dois universos.

Sabe como é? Homem é homem, homem quer experimentar tudo que aparece pela frente, e quer sempre novidade! (Diário de Campo, março 2006).

Faz parte do exercício da masculinidade normativa o gosto pela aventura, pelo desafio e pela própria experiência do colocar-se em risco. Transitando entre as duas redes – de forma estável ou esporádica –, os clientes estabelecem parte expressiva dos pontos de intersecção, de contato, de troca de informação entre estes espaços.

5.5 OS ESPAÇOS E AS REDES EM BARCELONA

Em Barcelona os espaços e as redes de trabalho sexual se organizam de modo disseminando e condizente com a realidade de uma cidade turística.

De acordo com estudos sobre a temática (em Barcelona), as modalidades de trabalho nessa indústria (do sexo) são diversificadas, incluindo linhas telefônicas eróticas, peep shows, espaços de espetáculo erótico, a Internet, locais de strippers, e os serviços sexuais vinculados a encontros em bares, nas estradas, rua, clubes e pisos (apartamentos) (Pons, Rodríguez e Vega, 2002, citados por PISCITELLI, 2006, p. 23).

Embora a prostituição esteja disseminada por toda a cidade, no ano de 2006 entrou em vigor uma lei restringindo-a aos locais fechados: *piso* e

casas de alterne (boates), e proibindo a tradicional prostituição de rua por meio de multas aplicadas inclusive aos clientes.

Segundo Isabel Holgado (LICIT, entrevista 12/09/2007), 95% da prostituição de Barcelona se encontra em locais fechados e abarca predominantemente pessoas estrangeiras, a maioria em situação ilegal.

Nos últimos dois anos, as ações de repressão às drogas e à imigração, associadas pelos serviços policiais atingiram fortemente as prostitutas. Durante quatro anos foram liberados apenas 45 vistos em todo o território espanhol baseados no Artigo 59 da Lei de *Estrangeria*, que garante à mulher em situação de exploração sexual o visto para trabalhar, a moradia e o suporte social (Isabel Holgado, LICIT, entrevista 12/09/2007).

Segundo Isabel Holgado (entrevista 12/09/2007), o medo da deportação e a preocupação com a situação de ilegalidade restringe muito a possibilidade de agregar as prostitutas em torno de reivindicações acerca das questões laborais.

A maioria das instituições voltadas para o atendimento às profissionais do sexo possui algum recurso para abordar a questão da ilegalidade, ainda que este não seja o foco do trabalho.

A questão da imigração ilegal é, sem dúvida, o fator de maior desgaste por parte das mulheres, e, possivelmente também das *trans* profissionais do sexo na Cidade de Barcelona, o segundo, são as intervenções policiais (LICIT, Dolores Juliano, entrevista outubro 2007).

Todas as instituições voltadas para o trabalho sexual dão relevância à questão da imigração.

O *Lloc de Dona* (do catalão: Lugar de Mulher), dirigida pela Ordem das Irmãs Oblatas surgiu no interior da Espanha, durante o século XIX justamente para trabalhar com prostituição, devido à grande quantidade de mulheres doentes de sífilis internadas nos hospitais religiosos. Localizada no Raval, o *Lloc de Dona* aborda mulheres, principalmente imigrantes e profissionais do sexo. A Irmã Lurdes Perramon, diretora, descreve a base filosófica do trabalho e os diversos campos abarcados pela instituição

As mulheres devem ter direito aos seus corpos, quem quiser sair da prostituição precisa ter elementos para isso, quem quiser ficar, também. (entrevista 07/11/2007).

As intervenções abarcam desde abordagens em campo, junto às profissionais do sexo, divulgando as atividades da instituição, até oficinas de formação em diversas áreas profissionais e grupos de encontro (Tertúlia) com profissionais do sexo idosas.

Já, Organização Genera tem como objetivo primeiro o campo do Direito, defender os direitos das profissionais do sexo, principalmente as imigrantes, procurando interferir na elaboração das leis e acompanhando a forma de execução das mesmas.

Além da questão da imigração, o sexo comercial apareceu bastante próximo das situações de escravidão. Particularmente duas situações ocorridas no entorno do Campo do Barça chamam a atenção.

Em uma visita a este campo (agosto 2007) uma mulher com aparência de executiva, bem vestida e portando uma maleta de couro,

atravessou a rua e se dirigiu para a praça próxima ao estádio de futebol, espaço praticamente exclusivo de profissionais do sexo. Desembaraçadamente parou em uma das esquinas, colocou sua maleta sobre uma mureta e, tranquilamente, despiu-se do sobre tudo e das calças compridas revelando uma indumentária apropriada para o trabalho sexual.

Ela é espanhola, tem mais de 30 anos e disse preferir trabalhar na rua porque não gosta de compartilhar seus rendimentos com proprietários de casas* e, tão pouco, aceita que outros determinem quantos clientes deve atender, ou quanto tempo deve passar com cada um. A curta conversa foi interrompida pela aproximação de um cliente.

Em uma segunda visita ao mesmo campo, tentei me aproximar de um grupo de aproximadamente cinco ou seis jovens (entre 18 e 20 anos), loiras, altas, com trajes mínimos, coordenadas por uma mulher igualmente bonita. Havia percebido que as jovens não falavam com os clientes, a “coordenadora” do grupo conversava com os homens, que geralmente estavam dentro de carros caros e importados, e acertava a saída das jovens. Não muito distante dali, quatro homens conversavam, riam e tomavam cerveja, ora dentro de uma perua, ora na calçada.

A comunicação com a suposta líder não foi possível, assim como com as outras jovens. Pela primeira vez estava diante de uma situação ambígua, não sabia se aquilo era trabalho sexual, exploração ou escravidão.

Ao longo dos meses vi a mesma cena de prostitutas jovens cercadas

* Na Espanha o proxenetismo é penalizado, mas, à diferença do Brasil, é restrito como atividade de terceiros que coagem uma pessoa a prostituir-se, mediante engano ou abuso

por alguns homens dentro de pequenas peruas nos acostamentos de algumas estradas, em algumas regiões do Raval e, aos poucos, instigou-me a falta de clareza com relação ao tipo de ética que regia estas relações.

Dolores Juliano (LICIT, entrevista, outubro 2007) confirma as minhas impressões: Em Barcelona, o trabalho sexual convive com a escravidão sexual, fato que contribui para a compreensão de que não existem distinções entre estas situações.

Mediante a minha surpresa de encontrar mulheres aparentemente escravizadas trabalhando nas ruas, Dolores relata que esta ocorrência é comum e cita o *vudu* como uma modalidade utilizada freqüentemente para subjugar as mulheres africanas. Aparentemente estas mulheres são livres, não estão submetidas a nenhum tipo de encarceramento ou restrição, no entanto, os traficantes nativos, que conhecem e dominam as práticas religiosas dos países de origem, se utilizam dos bonecos de *vudu* para ameaçar, manter o controle restritivo e a extorsão.

A descrição do perfil do traficante é bastante próxima à do abusador sexual doméstico: Geralmente são pessoas de confiança da família ou membros da própria família, por exemplo: Um homem aparentemente bem sucedido, conhecido no lugarejo onde nasceu ou cresceu retorna ao seu lugar de origem depois de uma suposta bem-sucedida empreendida no exterior e aborda uma ou mais jovens com promessas que variam desde o amor eterno e o casamento, até as excelentes oportunidades de trabalho, ou, mesmo, o estrelato como modelo. Na viagem de volta leva consigo uma,

de poder não incluindo os proprietários de casas, boates, pisos, ou bares (Mestre, 2004

às vezes, mais jovens com o pleno consentimento dos familiares e da própria vítima. Chegando ao destino rapidamente estas mulheres descobrem que estão sendo vendidas para outros traficantes, que, às vezes as vendem para outros mais.

A falta de clareza entre situações teoricamente muito distintas, mas que na prática podem se confundir (o trabalho sexual e a servidão) fortalece a postura abolicionista (conforme discutida no Capítulo 2.2) predominante na Espanha e em alguns países da Europa.

O Projeto SICAR, coordenado pela Ordem das Irmãs Adoratrizes, se propõe a oferecer suporte integral às mulheres em situação de violência na prostituição ou submetidas ao tráfico. A Irmã Encarnación refere que é muito difícil aceder às jovens que foram colocadas na prostituição por meio de engano ou força. Elas são arredias, muitas vezes não falam o castelhano, e, não raramente, se encontram sob forte ameaça (entrevista dia 28/12/2007). Segundo os dados do Projeto, a expressiva maioria destas mulheres é oriunda do Leste Europeu, em segundo lugar, dos países da África, algumas da América do Sul, inclusive do Brasil.

A descrição do perfil do traficante é bastante próxima à do abusador sexual doméstico: Geralmente são pessoas de confiança da família ou membros da própria família, por exemplo: Um homem aparentemente bem sucedido, conhecido no lugarejo onde nasceu ou cresceu retorna ao seu lugar de origem depois de uma suposta bem sucedida empreendida no exterior e aborda uma ou mais jovens com promessas que variam desde o

citada por PISCITELLI, 2006, p. 24).

amor eterno e o casamento, até as excelentes oportunidades de trabalho, ou, mesmo, o estrelato como modelo. Na viagem de volta leva consigo uma, às vezes, mais jovens com o pleno consentimento dos familiares e da própria vítima.

Chegando ao destino rapidamente estas mulheres descobrem que estão sendo vendidas para outros traficantes, que, às vezes as vendem para outros mais.

Quando, de alguma maneira, o contato com o Projeto se faz possível estas moças chegam muito debilitadas física e emocionalmente e são encaminhadas para um mês de recuperação em uma casa localizada nos arredores da cidade.

Após este tempo, mudam para uma segunda moradia com outras jovens já integrantes do projeto. Ali iniciam o aprendizado do idioma e começam a replanejar suas vidas: se desejam permanecer na cidade, se querem voltar para a terra natal, se vão seguir como profissionais do sexo, ou, se desejam aprender algum outro trabalho, etc. O serviço conta com psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos e nutricionistas.

Segundo a Irmã Encarnación, a grande maioria não quer voltar para a cidade de origem porque as redes de tráfico estão muito próximas aos familiares e um retorno poderia significar uma nova captura e severa punição, ou mesmo, a morte.

Algumas optam seguir na prostituição de forma autônoma, mas preferem sair do país para evitar possíveis contatos com os traficantes e continuam migrando consecutivamente para diferentes cidades ou países.

Outras buscam alguma formação na área paramédica ou comercial e permanecem na cidade em atividades laborais distintas do comércio sexual. A instituição conta com recursos, inclusive financeiros, para auxiliar em ambas as alternativas.

Segundo a Irmã Encarnación estas situações são delicadas porque os limites não são claros: Uma mulher que iniciou sua carreira como prostituta autônoma pode, em vários momentos da sua vida, vivenciar situações de exploração ou, até mesmo, de escravidão. Em contrapartida, outra, que, a princípio, foi traficada, pode conquistar autonomia e eleger continuar no mercado do sexo. Diversas razões, inclusive de ordem emocional, fazem com que, às vezes, as próprias envolvidas tenham dificuldade de identificar o grau de servidão a que estão submetidas.

A prostituição de *trans* foi identificada explicitamente nos arredores do Campo do Barcelona, sendo que, algumas com quem conversei eram de outras cidades da Espanha ou países da América do Sul, como Venezuela e Colômbia.

Graças à gentileza de uma amiga de Carla*, pude identificar um importante espaço fechado de prostituição de travestis brasileiras: o *piso* de Laís. Um espaçoso apartamento no último andar de um grande edifício comercial de Barcelona, ocupado por consultórios de diversas especialidades médicas, de advocacia etc. de tal modo que, quem chega até o *hall* do prédio tem pelo menos cem opções de destino, fato que garante a privacidade.

Aproximadamente vinte travestis vindas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e diversas cidades interioranas do Brasil ocupavam os sofás e poltronas distribuídos em três confortáveis salas, uma delas com uma TV ligada a canais brasileiros.

Cada travesti tinha o seu *notebook* apoiado ao joelho, e todas pareciam entrosadas, dividindo e competindo pelo almoço, um PF – prato feito: arroz, feijão, bife e salada, solicitado a um restaurante brasileiro.

O *piso* é organizado como um *prive**: as travestis são chamadas em grupo de cinco para que se apresentem cada vez que chega um cliente. O valor das profissionais não é o mesmo para todas, depende da beleza e quem pré determina o valor de cada travesti é a proprietária Laís. Desta forma o cliente pode ter várias opções de preços, um programa barato com uma hora de duração realizado em um quarto simples, sem hidromassagem e sem bebida alcoólica, custa em torno de 50 a 80 euros.

Algumas travestis se aproximaram de mim e conversaram com tranquilidade e franqueza relatando suas vidas e experiências enquanto trabalhadoras e imigrantes. Acredito que eram as mais antigas da casa, e, também, as que estavam há muito tempo no país e já tinham adquirido legalidade. As recém-chegadas e várias outras, provavelmente as ilegais, me rechaçaram dizendo que não entendiam o que eu estava fazendo ali.

A recepcionista tentava explicar para elas que eu queria conversar sobre Aids, camisinha, prevenção, etc., enfim, que eu só queria ajudar. Em

* Carla é recepcionista e agente de prevenção da instituição *Ambit Dona*.

seguida, me chamava de lado e dizia para eu não desistir, porque, justamente aquelas que estavam resistindo eram as mais desinformadas e as que não tinham nenhum cuidado com a saúde.

Estas travestis chegaram à Espanha contratadas por meio de agentes que trabalham no comércio sexual internacional recrutando profissionais e estabelecendo o elo com o local de destino. Sabiam que tal deslocamento implicaria em uma dívida cujo preço varia: em torno de seis a nove mil euros*. Até pagarem as dívidas (tempo que pode variar de um a três meses, no máximo seis meses) as travestis têm seus passaportes retidos, depois disso, são livres.

As recém-chegadas e as ilegais moram no próprio local onde trabalham, mas todas que conseguiram legalizar a imigração residem em apartamentos alugados, às vezes, compartilhando os espaços e as despesas entre duas ou três travestis.

Todas já trabalhavam na prostituição e sabiam da atividade que iriam desenvolver na Espanha, a nenhuma delas surpreendia os juros cobrados sobre o valor da passagem, ou o fato de o passaporte ser retido, ao contrário, estas atitudes eram interpretadas como justas.

O dinheiro cobrado a mais era atribuído em parte ao fato de a passagem pela alfândega ser praticamente segura e isso se dever aos contatos e propinas que os agenciadores trocam com os policiais. A

* A forma de funcionamento dos *prives* identificados em Diadema será descrita no próximo capítulo.

* Para as prostitutas se escuta falar de valores aproximados a três mil euros.

retenção do passaporte foi interpretada como sendo a única garantia dos agenciadores de que a dívida seria paga.

As situações consideradas como sendo exploração ou tráfico remeteram às inúmeras histórias que versavam sobre travestis aprisionadas em situação de escravidão e maus tratos, dormindo sobre folhas de jornal, passando fome e frio pelos gelados países europeus, algumas morrendo e, outras, acabando até como moradoras de rua.

As travestis com quem conversei não se sentem traficadas, sabem que pagaram para estar em um país estrangeiro e que pagaram caro, inclusive porque compraram a situação de ilegalidade na qual se encontram.

O risco de ser abordada pela polícia causa verdadeiro pavor na maioria que se encontra em estado de ilegalidade e interfere diretamente na rotina diária promovendo cuidados, como por exemplo, a locomoção exclusiva por meio de táxi, como forma de evitar o policiamento comum nos metrô e nas rodovias.

O estudo da prostituição em Barcelona implica na consideração sobre a imigração. O fato de ser um(a) imigrante ilegal em permanente risco de deportação convivendo com outros grupos em igual condição, porém, culturalmente muito distintos, imprime ao cotidiano uma tensão constante devido ao permanente estado de alerta em que se vive. Esta tensão parece ser mais expressiva do que as questões de saúde ou de violência decorrentes do trabalho sexual.

6 CARTOGRAFIAS FLUTUANTES: CORPOS QUE TRABALHAM E CORPOS QUE AMAM

6.1 CORPOS NÔMADES

As travestis e as transexuais com as quais eu havia conversado em Diadema atestavam que transexuais e travestis eram tão diferentes como água e óleo. Travestis gostam de ter pênis, exultam a imagem arquetípica da mulher fálica. Definem-se como sendo a expressão da “conciliação dos gêneros: A cabeça de um homem em uma imagem corporal de mulher, e, portanto, não têm nenhum registro na tradicional inscrição de gênero na qual, homens e mulheres, tem papéis antagônicos e inconciliáveis.

Já, as transexuais se dizem “mulheres aprisionadas em um corpo de homem”, sentem estranheza diante do fato de terem um pênis, em alguns casos, asco e nojo, muitas desejam realizar a cirurgia de mudança de sexo (transgenitalização), e, na prática sexual preferem o coito receptivo (passivos). Assumem os atributos normativos do gênero feminino, sensíveis e delicadas, se comportam de modo extremamente educado, deixando, ora nas entrelinhas, ora explicitamente, a ausência de identificação com as travestis.

O código internacional de doenças define o transexualismo como parafilia ou comportamento disfuncional.

Transexualismo (CID 10: F-64-0): 'disforia de gênero' ou, desconforto com relação ao sexo biológico, acompanhado da manifestação explícita, contínua e intensa do desejo de modificar o próprio sexo genital.

Judith BUTLER (2006), em seu texto *Desdiagnosticar el género*, faz considerações sobre os prós e os contras do diagnóstico médico de transexualidade. Por um lado, é valorizado positivamente pelas transexuais, porque continua sendo uma forma financeiramente econômica de transitar, já que, uma vez diagnosticado enquanto problema de saúde, os Estados tendem a assumir os ônus decorrentes. Por outro lado, segue-se considerando um transtorno o que deveria conceber-se como uma entre as muitas possibilidades humanas de determinar o próprio gênero.

Para BUTLER (2006), há uma disputa entre as transexuais que buscam o direito à assistência financeira e, as outras, que embasam a prática da transexualidade na noção de autonomia. Para a autora, o suposto apoio proporcionado pelo diagnóstico, embora seja expressivo para as transexuais mais pobres, não compensa o grau de patologização, expresso inclusive por meio de certas práticas de assessoramento psicológico, que assumem que a pessoa diagnosticada está afetada por forças que ele ou ela não entendem nem controlam.

No Brasil, desde 1997 a cirurgia de mudança de sexo foi aprovada em caráter de estudo científico (Resolução no. 1482/97 do Conselho Federal de Medicina) entendendo-se que:

(...) uma pessoa transexual possui a genitália de determinado sexo (masculino ou feminino), porém sua psique é oposta a ele. (...). É importante enfatizar que a transexualidade ou transexualismo, diferentemente da orientação sexual, é uma patologia que necessita ser tratada como qualquer outra. Esse tratamento deverá ser terapêutico, chegando ao cirúrgico na maioria dos casos, quando existir essa possibilidade no contexto local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 47-8).

A discussão é complexa, conclui BUTLER (2006), que constata o surgimento do diagnóstico de *transexualismo* logo após a decisão de se deixar de diagnosticar a homossexualidade como um transtorno, constituindo uma forma indireta de manter a homossexualidade diagnosticada enquanto patologia mental.

Porém, como a homossexualidade pode ter muitas formas de expressão, o diagnóstico de *transexualismo* fosse insuficiente para abarcar todas elas o *travestismo* tenha funcionado como diagnóstico complementar.

Travestismo fetichista (CID 10: F-65-1): Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto.

Desta forma, o maior número possível de comportamentos desviantes da normativa heterossexual estaria transformado em sintoma.

Embora, enquanto adultas as travestis e as transexuais pareçam muito diferentes, suas histórias de infância se assemelham.

Nos relatos das travestis acompanhadas nesta pesquisa, a gratificação decorrente do desempenho dos papéis de gênero feminino aliada à percepção da atração sexual pelas pessoas do mesmo sexo, conduz à conclusão de que algo os diferencia dos demais. Este algo, porém, ainda não tem nome, ou é referido genericamente como *gay*. A maioria das transexuais e das travestis se identifica primeiramente como *gay* ou homossexual, para, posteriormente referir outras identificações, tais como: travesti, transexual, transformista, etc.

Solange – Eu também percebi que era *gay* na mesma faixa de idade (8-9 anos), porque começa muita cobrança dentro de casa, porque você é totalmente diferente, você quer brincar com mulher.

Maíra – Você quer andar muito com mulher.

Solange – Com mulher, depois que você toma entendimento, entre sete, oito anos sua relação de amizade já é mais pro lado feminino. Então, a minha mãe como já tinha passado a experiência com o meu irmão (referindo-se ao irmão mais velho, Joel/Zaza), então ela já percebeu na hora. Ela começou com um tipo de proteção, e de cobrança também. Cobrava o jeito de andar, o jeito de sentar, porque dependendo de mim, eu sentava de pernas cruzadas com oito anos, eu falava gesticulando com a mão. Então ela cobrava muito, chamava no cantinho e dizia: Olha filho, você não precisa sacudir a mão pra falar! Não precisa sentar com a perna cruzada! (Entrevista, 06/12/2006).

A percepção da direção do desejo sexual (por pessoas do mesmo sexo) e, também, o prazer decorrente do exercício social dos papéis de gênero, somados à importância das práticas corretivas por parte dos familiares, se mostraram determinantes no discurso das irmãs entrevistadas para a consciência do ser homossexual, ou ser *gay*.

Os comportamentos sociais femininos foram percebidos como reveladores da direção do desejo sexual – por homens – e, este desejo, por sua vez, seria determinante para os comportamentos femininos, criando uma circularidade entre causa e efeito e revelando um esforço para manter o paradigma naturalista que estabelece uma continuidade causal lógica entre gênero e desejo sexual, onde “um eu verdadeiro é simultânea e sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo” (BUTLER, 2004, p. 45).

Para os meninos, os comportamentos efeminados podem vir acompanhados de comportamentos erotizados direcionados para algum adulto e, eventualmente, encontrar espaço para ser realizado.

Este fato – aproximar-se ou investir sexualmente sobre algum adulto que, aos olhos da criança lhe pareça atraente – parece atravessar a infância de heterossexuais, homossexuais e *trans*. Em nenhum momento chamou-me a atenção, ou me pareceu exacerbadamente diferente a expressão sexual presente na infância das travestis quando comparadas às lembranças dos adultos que eu havia atendido na área clínica, ou mesmo, às manifestações de algumas outras crianças, independentemente da identidade ou orientação que viriam a ter quando adultos.

A diferença emergiu a partir da interpretação dada a estes eventos. Enquanto, convencionalmente falando, as vivências sexuais entre crianças (até 12 anos) e adultos (acima de 18 anos) tendem a ser consideradas como abuso sexual, os homens – heterossexuais e homossexuais –, assim como as *trans*, tendem dar a interpretar estas vivências sexuais como um início natural da vida sexual.

Entre a percepção do ser homossexual, (com ou sem a ocorrência de vivências sexuais concretas), e a travestilidade, podem surgir inúmeros caminhos. A homossexualidade e a transexualidade são, pelo menos, dois deles.

KULICK (2008) caracteriza as travestis como “essencialistas construtivas”. Essencialistas porque consideram que o que é já nasce feito: Homem é homem, mulher é mulher, ninguém pode mudar o sexo com o qual nasceu. A dimensão construtivista reside no fato de, sem mudar concretamente os genitais, elas podem explorar as diferentes possibilidades de gênero. “Ao invés de elogio, a expressão “se sentindo mulher” é uma das críticas mais mordazes que as travestis podem fazer umas às outras” (KULICK, 2008, p. 220).

Solange – Um travesti não é uma mulher, eu não me sinto uma mulher, eu me sinto um travesti, um homem, eu me sinto, eu me sinto... um homem afeminado, né? O que que é um homem afeminado? Um homem que busquei as formas da mulher, você entende? Mas eu continuo homem. Eu jamais, já-mais (fala enfaticamente) trocaria o meu sexo, entendeu? Eu não quero fazer uma buceta, não quero tirar meu pênis, mas

também não quero ser homem, então eu sou um travesti. (Entrevista 06/12/2006).

- Vocês nunca pensaram em operar?

Maíra – Nunca! (enfaticamente)

Solange – Bom, eu gozo, sabe, pelo pênis, então não é só pelo fato de trabalhar, mas pelo meu prazer. E outra, eu já fui aceita como travesti, então se eu fizer buceta não vai mudar nada, se eu operar não vai mudar nada, eu continuo travesti, minha família já aceitou, meu sobrinho já aceitou. Se eu operar eu vou perder o lugar que eu sinto prazer!

Tiro meu pênis e fico inutilizada? Sem poder gozar? Vou me tornar uma pessoa “neutra”? Não! Já tenho pecado suficiente sendo viado, não é? Além disso, vou ficar castrada. Não. Nem que eu tivesse um milhão de dólares eu faria uma coisa dessas (Depoimento da travesti Banana em KULICK, 2008, p. 101).

Amputar o pênis só pode resultar na perda definitiva da experiência do prazer sexual. Essa perspectiva aterroriza as travestis. (KULICK, 2008, p. 101).

A cirurgia de transgenitalização é uma decisão radical, pois significa entre outras coisas abdicar do orgasmo (BENEDETTI, 2005).

Quando o tema da transexualidade surgiu, a reação foi de perplexidade. Maíra e Solange contaram a história de uma amiga que ficou completamente louca porque pensava que era mulher, chegou até a roubar um bebê na maternidade jurando que era seu filho.

Em outra situação presenciada na casa, (Diário de Campo, novembro 2005), Rubia de 19 anos, 1,58 cm, dona de uma aparência realmente

feminina, passava por mulher em qualquer ambiente, não sabia responder se era travesti ou transexual, em alguns momentos acreditava-se tão feminina que chegava a pensar em operar, mas logo, o prazer decorrente do ato sexual ativo fazia-a mudar de opinião e assim permanecia na dúvida se era travesti ou transexual.

Solange – Essa daqui? Transexual? Ela é assim baixinha, toda feminina, calça 36, tem as mãos de mulher (pequenas e delicadas), mas tem um pinto menina, que é isto aqui! Deste tamanho. (risos) Isso não é transexual Nunca! É travesti. (Diário de Campo, setembro 2006).

Os corpos das travestis, suas fronteiras e características, são construídos verbal, simbólica e concretamente em partilha com o contexto mais amplo onde estão inseridos, e, também, dentro da própria cultura travesti onde as mais velhas, instruem e orientam os jovens que desejam travestir-se interferindo diretamente na construção dos sentimentos, percepções e formas de agir.

BENTO (2006) questiona quem são os transexuais de verdade, por meio de quais recursos se pode identificar um(a) transexual verdadeiro(a). A mesma pergunta pode ser feita para as travestis.

Enquanto eu estava preocupado tentando recortar meu objeto de estudo, “travestis” ou “transexuais”, não percebia que o campo me trazia justamente a fluência, as alianças e os conflitos entre tais “identidades”. Em especial, a maneira como elas são interpretadas e constantemente recriadas. Mas afinal, a quem interessa este discurso da identidade? E, principalmente, a quem (e a quê) interessam os claros

e precisos limites entre tais identidades? (LEITE JR., 2008, p.14).

Na minha convivência com as travestis pude perceber um trânsito discursivo sobre o que é ser travesti e o que é ser transexual, estas fronteiras são instáveis e influenciadas pela mescla dos discursos científicos com os coloquiais.

Para BENEDETTI (2008, p.2) “os processos de construção do corpo e do gênero das travestis são complexos e estão determinados e estruturados por lógicas do gênero próprio deste grupo social”.

Apesar do exaustivo esforço das ciências médicas em definir categorias sexuais, os sujeitos não se submetem (nem todos, ou, não inteiramente) a este controle, mantendo certa capacidade subversiva expressa nos desejos, anseios, paixões. Uma trama invisível e imprevisível é tecida estabelecendo ligações entre as diferentes expressões da sexualidade, gênero, eroticidade e amor.

No campo acompanhado no decorrer deste trabalho em Diadema aquelas que se identificaram como travestis se apresentaram em maior número, para cada dez ou doze *trans* havia apenas uma que se identificava convictamente como transexual, as demais como travestis o quê, superficialmente falando pode indicar que no Brasil a presença de travestis é expressivamente superior à de mulheres transexuais.

Entre os dois extremos discursivos – travestis e transexuais –, há um tempo de transição. Alguns jovens, com idade geralmente entre 14 e 17 anos, vestem-se como rapazes durante o dia e, à noite, como mulheres.

Às vezes me parecia que o fato de o processo do travestismo ser complexo, exigir tempo e dinheiro, o transformismo era uma estratégia adotada enquanto não existiam todas as possibilidades de assumir integral e socialmente a identidade de travestis, principalmente para os familiares.

Segundo GOFFMAN (1978), quando uma pessoa é portadora de um estigma, porém, a diferença não se faz aparente, a questão que se coloca é a da manipulação da informação: contar ou não contar, mentir ou não mentir, e, para quem, como, quando e onde.

Os transformistas acompanhados neste trabalho contavam o seu segredo primeiramente para as pessoas com quem se identificavam, geralmente, outros transformistas e/ou travestis, e, eventualmente para profissionais da saúde, ou amigos, permanecendo o esforço para dissimular a situação perante os familiares mais próximos. Geralmente não faziam uso de silicone ou hormônios, e os recursos para proceder a feminilização eram externos ao corpo.

Marcos, 17 anos, durante alguns meses do ano de 2005 trabalhou na rua da Câmara e relatou que saía de casa vestido de rapaz, calças jeans e camiseta, levando disfarçadamente em uma sacola os apetrechos necessários para proceder a transformação, e, na casa de um amigo, geralmente travesti, ou, no banheiro de um bar, ou mesmo, em uma cabine telefônica trocava de roupa, colocava a peruca, os sapatos de salto ou as sandálias, as bolas de meia de seda que simulam os seios, a maquiagem, e chegava na rua vestido de mulher e usando o nome Núria. Antes de voltar

para casa, procedia a operação inversa de modo que, chegava à presença dos familiares tal como havia saído.

BENEDETTI (2005, p. 56) refere:

Poderíamos identificar uma “fase de transição” entre o menino e a travesti, quando ele vai experimentando pequenas alterações no corpo, normalmente modificações facilmente reversíveis, mas que servem para uma identificação com os atributos do feminino. Ao se referir a esse período, as travestis se utilizam da categoria bicha-boy.

A expressão *gayzinho* foi encontrada nesta pesquisa como correspondente ao *bicha-boy* citado por BENEDETTI. Beth Maison, ao se referir a esta fase utiliza a expressão “metade sereia, metade tubarão”. Aprender a se maquiar, a esconder ou depilar os pelos da barba, a andar com saltos altos, deixar os cabelos compridos, etc. fazem parte deste processo. Com o passar do tempo, a maioria destes jovens – embora não todos – opta pela performance feminina passando a se identificar como travesti. O início desta transição, geralmente, é marcado pela hormonização.

Os hormônios estabelecem uma espécie de linha divisória entre as travestis de verdade (“travesti mesmo”) e o que as travestis chamam de “transformistas”. Transformistas são homossexuais do sexo masculino que durante o dia se comportam como homens no trajar, nas ações, no uso de nomes masculinos. Mas a noite vestem-se como mulher, usam perucas e maquiagem, seja para freqüentar boates gay (às vezes apresentando-se em performances e dublagens de cantoras famosas), seja para se prostituir. (KULICK, 2008, p. 83)

“Submeter-se a tratamento hormonal parece identificar-se com a própria decisão de incorporar a identidade travesti” (BENEDETTI, 2005, p. 73). Os hormônios, geralmente são contraceptivos injetáveis ou em comprimido comprados na farmácia e tomados sob orientação de travestis mais velhas. A quantidade é variável, depende da percepção de cada travesti com relação aos efeitos, de modo geral, de cinco a dez comprimidos uma ou duas vezes por semana. “Boa parte das travestis inicia a ingestão ou aplicação de pesadas doses de medicamentos contendo progesterona e estrogênio na adolescência, em geral por volta dos 14 ou 15 anos” (BENEDETTI, 2005, p. 74).

A crença existente entre as travestis de que o ato de ejacular elimina pelo espermatozoides o hormônio ingerido, faz com que, após este tipo de ocorrência, sejam ingeridas quantidades ainda mais volumosas – às vezes uma cartela completa com 21 comprimidos – como forma de “compensar” o hormônio supostamente perdido. KULICK (2008) encontrou relatos de ingestão diária de cinco comprimidos, ou uma injeção diária (indicada para ser tomada mensalmente) durante 15 dias seguidos, com intervalo de 15 dias seguido de mais 15 aplicações.

O tratamento hormonal parece ser o veículo que integra e exterioriza as dimensões física e moral no universo das travestis. É com ele que se adquirem novas características nas formas do corpo, bem como novas particularidades de ordem moral – que dizem respeito ao comportamento feminino na sociedade. (BENEDETTI, 2005, p. 80).

Enquanto elementos que estabelecem a mediação entre o físico e o moral, os hormônios ocupam lugar central na constituição das subjetividades travestis: seu consumo representa o ingresso nessa identidade social em fabricação, as travestis somente reconhecem outras travestis nas pessoas que fazem ou fizeram uso dessas substâncias (BENEDETTI, 2005).

O processo de hormonização faz parte de um ritual de passagem, do nascimento de um novo sujeito inserido em uma outra ordem, e as quantidades de hormônio ingeridas em idade geralmente precoce são surpreendentes, somando-se a isso o fato de que muitas são fumantes e/ou tomam grandes quantidades de álcool configurando um quadro que pode advir em graves consequências à saúde.

Em Diadema, têm sido recorrentes as solicitações por parte das travestis para que os serviços de saúde – CR/DST-Aids ou as Unidades Básicas – realizem orientações sobre a forma mais adequada de realizar a ingesta hormonal, bem como, ofertem os hormônios.

Alguns médicos destes serviços ao serem consultados sobre esta possibilidade foram sistematicamente refratários mediante a alegação de que este procedimento tem implicações éticas no caso das travestis, já o mesmo não acontecendo com as transexuais que tem este direito garantido pela lei, devendo para tanto recorrer aos serviços de referência, sendo em São Paulo, o Hospital das Clínicas.

BENEDETTI (2005, p.76) relata a situação excepcional de uma travesti em Porto Alegre que conseguiu orientação médica especializada, bem como, o fornecimento mensal do medicamento pelo serviço público de

saúde. Este caso constitui uma exceção, e a demanda premente endereçada aos serviços de saúde com relação a este procedimento fundamental na vida das travestis permanece em aberto.

Segundo KULICK (2008) as ingestões de hormônio acabam sendo suspensas após alguns anos devido ao mal estar físico que causam, bem como, a certa impotência sexual que restringe o trabalho sexual diminuindo os ganhos.

Inicia-se então a fase do silicone, considerada praticamente irreversível devido a dificuldade de drenar o silicone líquido (BENEDETTI, 2005 e KULICK, 2008).

Não raramente, o silicone e os hormônios são utilizados conjuntamente, já que incidem em partes diferentes do corpo. Os hormônios diminuem os pelos, suavizam a pele, afinam a voz e aumentam os seios, enquanto o silicone pode ser aplicado no quadril.

Tanto a ingestão de hormônios como a aplicação de silicone podem ser referidas pelas travestis como vício, pois, uma vez iniciados estes procedimentos há uma tendência de repeti-los compulsivamente aumentando a quantidade.

Renato, de 17 anos, dizia ter verdadeiro pavor, pânico mesmo, diante da idéia de um dia morrer siliconado (com silicone no corpo). Poucos meses depois de ter iniciado o processo de hormonização, colocou alguns litros de silicone no quadril e dizia que, em breve, colocaria mais, pois tinha ficado viciado.

A colocação inicial do silicone* ocorre em uma ou várias partes do corpo, mais comumente, no quadril e nas nádegas. A partir deste momento uma marca de feminilidade é incorporada ao corpo biológico de modo definitivo, transformando-se em um signo portador de uma informação social, reforçado pelo uso cada vez mais freqüente do nome feminino, pela omissão ou desagrado diante do nome de registro, e, nesse momento, geralmente, ocorre a saída da casa paterna.

Em se tratando de um estigma “a visibilidade é, obviamente, um fator crucial” (GOFFMAN, 1978, p. 58), há certos estigmas possíveis de serem encobertos ou dissimulados, ser travesti, seguramente, não é um deles, as marcas vão se tornando cada vez mais claras e presentes. A primeira colocação de silicone é um evento ambíguo: para a sociedade mais ampla e para os familiares funciona como um estigma, algo deplorável e irreversível que marca a passagem daquele indivíduo para uma categoria desacreditada. Frente às outras travestis e transformistas, porém, é um símbolo de prestígio, evento digno de comentários, elogios, visitas e recomendações... muitas recomendações.

Para a aplicação nas nádegas se deve dormir de bruços por um bom período de tempo e evitar sentar, quando nas mamas, um cabo de vassoura deve ser colocado para manter a separação entre os seios. Mesmo passado o estágio inicial, as pancadas decorrentes de quedas ou violência podem alterar danosamente a forma produzida pelo silicone. Ainda que se tomem todos os cuidados, a qualquer momento o silicone pode migrar para os pés,

* Para detalhes sobre os procedimentos de aplicação do silicone ver PELUCIO (2007).

tornozelos, saco escrotal ou qualquer parte do corpo produzindo alterações estéticas importantes e/ou complicações de saúde. Os históricos envolvendo rejeição ou deslocamento do produto com consequências drásticas como deformidades e até mortes, são relatos freqüentes entre as próprias travestis. Estes fatos, porém, não se mostraram impeditivos para o início ou a repetição das aplicações.

“A imensa maioria das travestis com idade acima de 20 anos possui no corpo uma quantidade de silicone que varia de alguns copos a até vinte litros” (KULICK, 2008, p. 89).

Embora a utilização em corpo humano do silicone industrial constitua contravenção, o sonho caro e doloroso de desenvolver ou acentuar as formas femininas é geralmente realizado em condições precárias por outras travestis chamadas de bombadeiras. As bombadeiras aprendem assistindo as aplicações realizadas por outras e as informações sobre onde e como comprar silicone são segredos bem guardados vendidos a um custo alto, cinco mil dólares em meados dos anos 1990 (KULICK, 2008).

Em Diadema, no último ano (2008), segundo as informações de Maíra, as aplicações de silicone nas mamas que eram realizadas por ela tinham sido substituídas por cirurgias plásticas realizadas em uma clínica de estética em uma cidade vizinha. A ex-bombadeira realizava os contatos e os pagamentos, e, tal como a aplicação de silicone industrial, este procedimento, avaliado em três mil reais em meados de 2008, também resultava em endividamento.

A manutenção da estética *trans*, além do silicone, inclui também os apetrechos como: perucas, maquiagem, sapatos de salto, etc., cuja aquisição dispendiosa é feita, assim como o silicone, por meio de empréstimos com as agenciadoras aumentando o valor das dívidas decorrentes dos gastos com alimentação e moradia.

“O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem” (BENEDETTI, 2005, p.55) em construção permanente. Se tomarmos o corpo como uma representação da sociedade, os poderes e perigos creditados à estrutura social são reproduzidos em miniatura no corpo humano. Considerando que as áreas fronteiriças, as margens, são regiões investidas de energia e poder, porque que dão limites, contornos e contenção à estrutura interna (DOUGLAS, 1976), o corpo que, permanentemente desafia estes limites e transforma os seus contornos, é uma imagem que sintetiza intenso perigo e poder.

O corpo é um modelo que pode significar qualquer sistema limitado. Seus limites podem representar quaisquer limites que estejam precários ou ameaçados. O corpo é uma estrutura complexa. (DOUGLAS, 1976, p.142).

No decorrer dos relatos deste trabalho, a experiência da travestilidade apareceu como decorrente de um complexo de fatores sociais e subjetivos que promoveram o desejo de mudança na imagem corporal sem que esta mudança fosse necessariamente acompanhada na direção do desejo sexual, ou na representação do papel de gênero.

Não existe coincidência estável entre o prazer advindo da representação de um papel de gênero – feminino ou masculino – a direção do desejo sexual e a construção de uma imagem corporal.

Uma travesti de 34 anos, que vou chamar aqui de Helena, procurou o serviço de assistência do CR/DST solicitando orientações. Dizia-se completamente apaixonada como há muito tempo não acontecia, havia, no entanto, um pequeno problema para o qual solicitava ajuda:

Helena estava apaixonada por uma mulher, queria retirar o silicone que trazia espalhado pelo corpo todo: nos seios, nas coxas, nas nádegas, nos lábios; queria voltar a ser Henrique, cuidar da sua companheira, apresentá-la à família. Como não existem recursos médicos eficazes para a retirada do silicone líquido, Marina passou a se vestir como homem, camisas e calças largas para disfarçar as curvas e os seios que, até a pouco tempo, eram seu orgulho.

Maíra, quando ainda era um rapazinho de 14 anos, enfrentou o pai pelo fato de assumir seus desejos por homens, foi expulsa de casa e atravessou três mil quilômetros para encontrar com os irmãos também homossexuais em Diadema. Aos 17 anos tornou-se travesti e aos 30 anos defrontou-se com o envolvimento afetivo e sexual com uma mulher.

Maíra – Eu nunca imaginei pra mim me envolver com uma mulher. (risos) Foi por causa de marido ruim. Eu vivi com um homem 10 anos, e ele foi muito ruim pra mim, ele me batia, me trancava dentro de casa, não me deixava sair. Então eu entrei em um tipo de depressão que eu não tinha mais coragem de ir na padaria. Eu fiquei trancada dentro de casa, ele me espancava, chegou a me dar tiro, facada, aí eu peguei trauma de homem,

trauma e tipo um ódio. Um homem não põe a mão em mim nunca mais. Tomei ódio de homem. Aí conheci uma menina que... sei lá; me completou, me deu um carinho que acho que era o que eu tava precisando, terminei ficando com ela, estamos juntas há quatro anos, estamos levando a vida.

Maíra (dirigindo-se à namorada) – Se nós se separar cê vai arrumar outro travesti? Hein?

Adriana – Vou não, vou não, cê sabe que eu te amo muito.
(Entrevista, dezembro 2006).

Em meados do ano de 2008, Maíra e Adriana tiveram uma filha. A expectativa decorrente desta gestação gerou várias ansiedades e modificações no cotidiano, principalmente no que diz respeito à contenção do uso abusivo de drogas e álcool. Maíra preparou-se para o dia do nascimento da filha comprando um vestido especial, e, em nenhum momento, fez menção ou manifestou o desejo de voltar a ser homem, ao contrário, se declarou muito feliz ao saber o sexo do bebê porque acreditava ser mais fácil para uma menina entender e aceitar o fato de ter um pai travesti do que para um menino, revelando assim sua intenção de continuar travesti.

6.2 TRANSGENERISMOS

Ser transexual era como ser um espião russo em Nova York nos anos 70. Esta frase foi dita por Norma Mejía, para expressar o seu sentimento durante os anos do *franquismo** na Espanha.

Doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Barcelona, sua tese se tornou livro: *Transgenerismos: una perspectiva transexual desde la perspectiva antropológica* (Barcelona: Bellaterra, 2006).

Norma fez o seu doutorado sobre transexualidade fundamentando-se no construtivismo social, porém, atualmente ri e ironiza a si mesma desacreditando das idéias que defendeu e argumentando que após a cirurgia de transgenitalização, sentiu-se outra pessoa, mudou completamente o seu modo de ver a vida, de sentir e de reagir diante das situações, tornou-se menos agressiva e muito mais emotiva.

Norma vive com uma mulher há 15 anos, se conheceram quando trabalhavam na prostituição, profissão que lhe deu sobrevivência nos 12 primeiros anos em que chegou da Colômbia para viver em Barcelona. Não pretendia se prostituir queria apenas se afastar da família para viver com tranqüilidade a sua identidade sexual.

Eu nasci menino, mas desde pequena me sentia menina, no modo de vestir e agir, na escolha dos brinquedos e das companhias. Na adolescência,

* A expressão *franquismo* é usada correntemente para fazer referência aos anos em que a Espanha esteve sob a ditadura do General Franco.

eu era uma mocinha em tudo, quando, de repente, me descobri querendo beijar outra menina. (Risos). Se a adolescência é difícil para todos, imagine só para mim: um menino que se sente menina, mas quer beijar outras meninas. Eu pensava: Afinal! Que raios eu sou? Homem ou mulher? (Risos) (Entrevista dia 14/06/2007).

Para BENTO (2006, p. 155) fazer a cirurgia de transgenitalização e definir-se como lésbica “é embaralhar as categorias binárias que elaboram o olhar sobre os corpos, pondo em dúvida a relação de causalidade entre cirurgia, sexualidade e o verdadeiro transexual”.

Sentir-se mulher não implica necessariamente em ter desejo sexual por homens. BENTO (2006) questiona como identificar um homem ou mulher se a verdade dos gêneros não está nos corpos. Para a autora,

a experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabelecem o gênero por meio de negociações e de interpretações, na prática, do que seja um homem ou uma mulher (BENTO, 2006, p. 104).

Gênero e sexualidade são plurais e podem compor arranjos simples ou complexos, porém, mutantes, instáveis e dinâmicos porque se assentam na flexibilidade do corpo e na experiência da vida.

Norma tem 57 anos e vive uma vida tranqüila com a companheira, não tem interesse em dar continuidade aos estudos acadêmicos, nem à militância. Ela foi fundadora do *Colectivo de Transexuales de Catalunya*, porém, neste momento escolheu trabalhar como porteira em um bar gay e dedicar o seu tempo livre pesquisando autonomamente sobre

neuropsicologia e o efeito dos hormônios no comportamento humano.

6.3 CORPOS E NOMES: TEMPOS E LUGARES

A relação que as travestis estabelecem com os nomes é expressiva do trânsito entre o feminino e o masculino.

- E com relação ao nome, vocês preferem ser tratadas pelo nome de homem ou o de mulher?

Solange – Minha mãe só me chama de João, eu me sinto tão bem quando ela liga aqui e diz: Quero falar com o João. Aí alguém atende e diz: Ah! A Solange! Ela fala: NÃO! Com o João. (risos)

Maíra – Eu também gosto. Esses dias fiquei com uma vergonha. Uma sobrinha minha, ela deve estar com, vai fazer onze anos, ela falou: Mãe, porque eu tenho que chamar ele de tio, se o coiso (seios) dele é maior que o seu!

Ambas preferem que o tratamento dado pela família seja feito por meio dos nomes verdadeiros. Já, nos ambientes institucionais: escola, posto de saúde, etc., dizem ser indiferente, referem que, caso sejam tratadas como homens aproveitam a oportunidade para paquerar alguém. Os nomes

femininos são utilizados principalmente nos espaços da prostituição, às vezes, vários nomes, e nos encontros entre as próprias travestis.

Já, para Beth Maison o seu nome é indissociável da sua pessoa.

Beth – Não foi fácil, não foi fácil mesmo, Lu! Mas eu não impus a ninguém me chamar de Beth, mas aos pouquinhos, com o passar de muiiitooos anos, as pessoas todas, de dentro e fora da família, foram se acostumando de tal modo que hoje, vários sobrinhos, que eu já tenho sobrinhos netos, esses dias chegou uma correspondência para mim e meu sobrinho não sabia quem era aquela pessoa, não acreditava que aquele era o meu nome. (risos). Mas se até eu esqueço o meu nome! (Entrevista dia 10/04/2007).

Para as mulheres profissionais do sexo, os nomes são utilizados a partir da referência laboral. A expressiva maioria das mulheres utiliza algum nome, ou vários, exclusivamente nos tempos e espaços de trabalho, muitas vezes também, dois telefones celulares, sendo um exclusivamente para o uso profissional.

Enquanto as travestis utilizam o nome para transitar entre os gêneros, as prostitutas têm neste recurso um mecanismo de encobrimento do estigma.

Para GOFFMAN

sempre que uma ocupação traga em seu bojo uma mudança no nome, registrada ou não, pode-se ficar certo de que nela está implícita uma importante ruptura entre o indivíduo e seu velho mundo (GOFFMAN, 1978, p. 69).

Para as prostitutas, adotar um ou vários nomes faz parte da estratégia de encobrimento da verdadeira identidade, para as travestis, o nome pode funcionar como o revelador de um outro verdadeiro eu. A mudança de nome não é definitiva e vários nomes podem ser utilizados simultaneamente, ou mesmo, mudados de tempos em tempos, não existe propriamente uma ruptura, mas uma fissura sobre a qual se realiza um trânsito cotidiano.

A informação sobre o nome verdadeiro é, quase sempre, uma prova de confiança que não deve ser traída sob pena de rompimento irreversível de qualquer vínculo. Esta situação colocou algumas dificuldades uma vez que, a ficha de cadastro do Centro de Referência em DST/HIV-Aids deve ser preenchida mediante a apresentação do RG e com os dados constantes neste documento.

Tamires (casa 2) – (explicando porque se recusava a apresentar o RG ou informar o nome verdadeiro para preencher a ficha do CR) Eu nunca vou usar ou falar aqui dentro o meu próprio nome por que amanhã ou depois alguém me encontra na rua e me chama, vai me chamar: Tamires! Se eu estou com a minha mãe, com meus irmãos, ou qualquer outra pessoa, eu simplesmente finjo que não é comigo. Se a pessoa insistir eu faço de conta que a pessoa se confundiu com alguém parecida comigo (Diário de Campo, setembro 2005).

Esta atitude visa encobrir o estigma e preservar o espaço de pertencimento ao grupo de “mulheres comuns”. A atividade da prostituição é um estigma porque coloca a pessoa que se prostitui como alguém desacreditável e, não só durante o tempo de exercício da prostituição, mas

diante de toda e qualquer situação. Passa-se a questionar a integridade moral, a capacidade para criar filhos, para estabelecer e manter relações amorosas e familiares, etc.

Porém, por não ser um estigma visível, muitas prostitutas manipulam constantemente esta marca com o objetivo de mantê-la invisível, fazendo com que a atividade em questão passe despercebida diante dos familiares e da sociedade mais ampla.

Para GOFFMAN (1978), o estigma e o esforço para escondê-lo fixam-se como parte da identidade pessoal gerando inúmeras defesas, como por exemplo o uso dos nomes de guerra, no entanto, estes procedimentos implicam, em um alto nível de ansiedade e intenso desgaste psicológico por viver uma vida que pode entrar em colapso a qualquer momento.

Mayara – Ela tem um marido que sabe o que ela faz (referindo-se à Verônica).

Verônica – Ele sabe e sabe, a gente tá junto faz quatro anos e ele sabe, sempre soube.

Mayara – Minha mãe sempre soube, depois de quinze dias eu já tinha contado pra ela, minha família toda sabe, meus melhores amigos sabem, agora é claro, eu não vou dizer pro cara da padaria, do açougue: Eu sou garota.

Bella – Ai! Pra mim isso foi uma confusão. Minha mãe arranhou uma briga com uma vizinha sei lá eu por que, lá pelo meio da briga a vizinha disse: Sua filha é uma puta. PUTA!! Entendeu bem? No meio disso eu cheguei e minha mãe me chamou pra briga. “Diz agora! Diz na cara da minha filha que ela é puta”. Eu só saí de fininho e disse pra minha mãe parar com aquela coisa. É claro que a minha

mãe sacou, depois disso ela ficou recortando anúncios de emprego no jornal pra mim... Coitada. (Entrevista 22/08/2006).

Para 16% o sigilo sobre a atividade que exercem é absoluto, nenhum familiar ou amigo sabe, 65% compartilham a informação com um ou vários membros da família nuclear: mãe, irmãos ou mesmo o marido. Assim como no depoimento de Mayara, algumas mulheres conversaram sobre o fato de forma objetiva e clara, geralmente com a mãe, uma tia ou irmã que, não raramente, também se dedicam ou se dedicaram ao sexo comercial. Para outras tantas, como no caso de Bella, a revelação sobre a ocupação deu-se de maneira informal ficando no lugar da verdade que todos sabem, mas sobre a qual é proibido falar.

A maior fonte de ansiedade se deve, geralmente, ao receio de que os filhos descubram (MEDEIROS, 2002; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004; MECCIA e col., 2005). Segundo MEDEIROS (2002) parece que o lugar sacralizado de mãe precisa ser mais resguardado do que o lugar de esposa, filha, irmã, etc.

Segundo JULIANO (2002a) o estigma da puta não visa apenas o controle da sexualidade das profissionais do sexo, mas pretende atingir e controlar a sexualidade das mulheres em geral que devem conviver com a possibilidade de serem taxadas desta maneira pelo simples fato de apresentar qualquer comportamento desviante daquilo que a ordem dominante determina, e como tal, é um insulto de gênero. Segundo a autora,

a construção de gênero das mulheres se realiza sobre a ameaça permanente de ser considerada puta.

Segundo GOFFMAN (1978, p. 91), o processo de aprendizagem da pessoa estigmatizada compreende duas fases: a primeira é a aprendizagem de que ela está desqualificada diante da sociedade mais ampla.

As prostitutas acompanhadas neste trabalho apontaram a gravidade da ofensa atribuída ao xingamento “filho da puta” como um dos recursos utilizados pela sociedade para proceder com sucesso à primeira fase do processo de aprendizagem do estigmatizado: convencer, não apenas aqueles que sofrem o estigma, mas a todos sem exceção de que aquela marca (mãe/puta) é o pior que pode acontecer para qualquer um.

Assim, após a aceitação da idéia de que o trabalho da prostituição é uma forma grave de desqualificação, o segundo momento da aprendizagem do estigma remete à forma como se deve agir para se parecer normal: desenvolvendo estratégias de encobrimento.

As profissionais do sexo contam que desenvolvem recursos e procedimentos visando encobrir da família, dos amigos e da sociedade mais ampla a forma como ganham dinheiro, e ter um ou vários nomes de *guerra* se alia a atitudes como: Trabalhar longe de casa e mudar constantemente de local de trabalho.

O espaço físico onde vai ser realizado o trabalho sexual é procurado com cautela e atenção. Não pode ser nas proximidades geográficas por onde circula a rede social pessoal, e o distanciamento físico visa ressegurar a dificuldade de conexão entre as redes.

Bella – Você já imaginou? Eu tô lá trabalhando, toda linda e chega o meu pai? Ou, então um dos meus irmãos? Deus me livre! Ou qualquer conhecido? Ah, não, né gente? Isso é muito chato! (Entrevista 22/08/2006).

Susy – A puta escolhe bem onde vai trabalhar, cada vez que tem que mudar de casa é uma canseira, por que senão, um dia, a merendeira, a tia da escola, vê a mãe do fulaninho saindo do puteiro, aí já viu, né? (Diário de Campo, setembro 2005).

No ano de 2006, a gerência de uma das casas elaborou folhetos publicitários e convocou as garotas para panfletarem nos faróis próximos, onde existe grande fluxo de carros nos horários de pico. Este fato foi muito mal recebido pelas profissionais que se sentiram expostas, principalmente devido ao risco de serem reconhecidas por amigos ou familiares. Para aquelas que trabalham em *prive*, o fato de a profissional poder ver o cliente sem que ele a veja, é citado como um diferencial positivo.

A escolha do local, portanto, obedece a uma série de estratégias pensadas meticulosamente de modo a minimizar ao máximo a possibilidade de que as duas redes sociais se tangenciem.

Para as mulheres prostitutas o lugar de trabalho está desligado do seu lugar de residência. Não existe conexão relacional nem geográfica entre ambos os espaços* (MECCIA e col., 2005, p. 127).

* [Para las mujeres prostitutas el lugar de trabajo está desligado de su lugar de residencia. No existe conexión relacional ni geográfica entre ambos espacios].

A localização geográfica é uma estratégia articulada com a flexibilidade no tempo de permanência no mesmo local. A casa S teve o seu quadro praticamente inalterado durante o período de um ano inteiro (2007/2008), porém, esta não tem sido a regra. O tempo médio de permanência em uma mesma casa variou de três a seis meses, após os quais se iniciava a procura por outro local, às vezes na mesma cidade, mas, freqüentemente em outra cidade vizinha.

Os motivos citados pelos gerentes e profissionais para o tempo de permanência relativamente curto foram:

- Depois de um determinado tempo aquela garota deixa de ser uma novidade e a demanda dirigida a ela diminui expressivamente.
- Entre as próprias profissionais, circulam informações sobre as casas ou locais que estão *virando** melhor.
- A mudança freqüente de território restringe a possibilidade de fixar uma identidade de puta, bem como o reconhecimento por parte de familiares ou conhecidos.

A referência ao curto tempo de permanência em um mesmo local é fato histórico, RAGO (1997, p. 89) refere que a explicação médico-policial para esta ocorrência entre as prostitutas dos bordéis paulistanos do início do século XX era:

São levianas, inconstantes, volúveis, irregulares, instáveis física e espiritualmente, poucas são as que permanecem em um domicílio no espaço de um ano.

Virar é um termo êmico para fazer referência aos locais que estão com bom faturamento.

Pude perceber a existência de um padrão histórico que constitui a prostituta no qual a cisão localizada no corpo biológico, mostra-se extensiva à dimensão psicológica (utilização de vários nomes), atravessa os espaços físicos e traça distintas territorialidades e temporalidades.

Para as mulheres que se dedicam ao trabalho sexual, existem dois corpos, cada um deles tem seu nome e habita determinados espaços. Já para as travestis, os corpos e os nomes caminham juntos na linha do tempo e acompanham a transformação de um jeito de sentir e viver.

6.4 A ENTRADA NA NOITE

Entrar na noite ou *cair na vida* são termos êmicos muitas vezes utilizados pelas prostitutas e *trans* como um divisor de águas, para indicar um modo de vida que existia antes e o que passou a se ter depois de entrar para a prostituição.

A maioria das *trans* e prostitutas referem que a entrada na noite foi decorrente de condições laborais desfavoráveis e/ou situações de desemprego prolongado próprio ou dos companheiros.

- Como foi que você começou a trabalhar na noite?

Mirella (bar) – Eu trabalhei mais de dez anos como costureira em uma fábrica numa cidadezinha no interior de Goiás. Um dia me mandaram embora, aí eu fui fazer as contas e descobri que quando eu me aposentasse a aposentadoria não ia chegar pra pagar os remédios pros problemas de coluna que eu já tava tendo. É assim ó: Eu já tô com quase 40 anos, acabei com as minhas costas trabalhando 10, 12, 15 horas por dia – conforme as conveniência do patrão – peguei sistite* de ficar o tempo todo sentada, e, na hora de aposentar, o quê que eu vou ganhar? Aí eu disse pra minha mãe: Mãe vo pra São Paulo, vo ser puta que eu ganho mais, vo juntar dinheiro porque eu tô ficando velha, se eu posso arrebentar minhas costas trabalhando numa fábrica, eu posso muito bem vender a perseguida por quanto e pra quem eu quiser (risos). Pros meus filhos, que eu já sou vó, já tenho neto, eu não disse nada, só disse que vinha trabalhar pra cá (Diário de Campo, setembro 2005).

Aphrodite (casa 2) – Meu marido ficou desempregado, no começo tudo bem. Recebeu um dinheirinho da firma, seguro desemprego, mas aí o tempo vai passando... depois de três anos, ninguém agüenta. Alguém tinha que fazer alguma coisa. Aí a gente conversou e combinou que se eu não me acostumasse eu saía, mas têm três criança, ele faz as correria dele e eu tenho que fazer as minha (Diário de Campo, agosto 2006).

No primeiro depoimento o trabalho sexual é compreendido como uma alternativa à exploração laboral, ao sofrimento corporal e à falta de perspectiva decorrentes da experiência no mercado de trabalho formal que, além de adoecer o corpo, era percebido como uma restrição à liberdade, já

* “Sistite” é um tipo de infecção urinária decorrente de inúmeros fatores, porém não existe uma relação comprovada entre esta enfermidade e o ato de permanecer muitas horas sentada.

que, a carga horária flexível era aleatoriamente determinada pelo empregador e sem perspectivas de futuro.

O segundo caso foi um entre os inúmeros depoimentos que fizeram referência ao desemprego do parceiro, que, não raramente tinha conhecimento do tipo de trabalho realizado da esposa, porém, em alguns casos era inimaginável que o companheiro tivesse conhecimento da ocupação em questão.

No Brasil, a exemplo do que vem acontecendo em outros países, houve uma expressiva incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, inclusive de esposas, sugerindo que o chefe de domicílio estaria afetado por recorrentes situações de desemprego de longa duração (BRUSCHINI, 2000; MONTAGNER, 2000). Isso quer dizer que um número maior de famílias passou a depender do trabalho da mulher para preservar, ainda que parcialmente, a renda familiar, não se observando, entretanto, melhora na renda relativa da mulher que trabalha (LEONE, 2000).

Mayara – Na realidade eu penso que, que, é uma opção, não adianta ninguém falar que está na noite por necessidade, eu já ouvi muito isso, mas na realidade você está ali por causa do dinheiro, porque quem está por necessidade, mas não aceita a noite como objetivo tem condições de fazer qualquer outra coisa, mas não, você está ali pelo dinheiro. Não tô ali por que meu filho tá passando fome, porque minha mãe tá, não, eu tô ali porque eu quero ganhar um dinheiro mais rápido, não é um dinheiro fácil, é um dinheiro rápido. Eu tô ali por isso, por esse ideal, entendeu?

Karin – Eu acho assim, no meu ponto de vista, eu tô na noite porque não tenho opção, eu pra mim penso assim, se eu tivesse opção eu não me sujeitaria. Porque tem uma hora que você satura, tem quatro anos que eu estou, então assim, eu tô por aqui! Tá, mas eu vouuu fazer o quê? Eu não tenho profissão, não estudei, não me formei, então assim, pra mim tá sendo o meio rápido, mas nem sempre tão rápido, que às vezes você fica procurando, você vai de galho em galho, né, vai de casa em casa, procurando, vê se ali vira para você, se você trabalha, se dá movimento, então você fica naquela: tá, eu preciso trabalhar, tá vencendo as dívida, entendeu?

Bella – A partir do momento que você trabalha como garota de programa você tem capacidade para fazer qualquer outra coisa na vida, porque quem trabalha assim, supera qualquer coisa, entendeu? Porque só Jesus sabe o que a gente passa, ou já passou, então você tem capacidade, resta você querer receber 40 reais em uma faxina, resta você querer receber 500 reais por mês para trabalhar numa lanchonete, vai por aí, vai de você querer!
(Entrevista 22/08/2006).

O querer se mostra anexo às possibilidades existentes no contexto. Vai de você querer se submeter a processos de trabalho intensos, desgastantes e, muitas vezes, sentidos como degradantes, por um valor real em dinheiro que não supre as suas necessidades elementares. Neste sentido o trabalho sexual emerge como uma opção porque os bônus e os ônus foram cautelosamente avaliados.

A prostituição foi descrita ainda como recurso para romper com um casamento ou relacionamento do qual eram dependentes financeiramente e onde se sentiam aprisionadas ou submetidas a maus tratos. Para

PRECIOSO e MESTRE (2006), as condições de negociação sobre o tempo e o preço dos serviços sexuais, se conduzem em melhores condições na prostituição do que nas relações matrimoniais, onde o serviço sexual além de não ser reconhecido como tal, ainda é ilimitado no tempo.

Mediante a mudança do contexto, as opções também podem sofrer mudanças e a experiência de Susy, agente de saúde do CR/DST Diadema que acompanhou esta pesquisa durante todo o tempo de sua realização e trabalhou muitos anos como profissional do sexo, é reveladora. Em Mântova, na Itália, Susy se viu diante da possibilidade de trabalhar como baby-sitter e cuidadora de idosos obtendo os mesmos rendimentos que usufruía aqui no Brasil como profissional do sexo, e redefiniu a sua escolha mesmo diante de um mercado sexual promissor.

A relação entre mercado de trabalho e prostituição apareceu também para as irmãs travestis Solange, Maíra e Zazá (esta última falecida). A entrada na noite foi relacionada às restrições do mercado de trabalho formal, porém, de uma forma diferente do que aconteceu para as prostitutas.

Os irmãos que, na época viviam como rapazes *gays*, trabalhavam com empenho e os ganhos eram insuficientes para a manutenção de todos e da casa, além disso, eram freqüentes as humilhações por parte dos companheiros de trabalho e da vizinhança devido à maneira afeminada de se comportarem.

Solange – Até então (até se decidir pela prostituição), eu fazia assim, né: eu, eu trabalhava em fábrica, buscando, eu queria sempre

buscando um curso no SENAI e tal, buscando mais trabalhar como profissional mesmo, sem, sem... é, sem trabalhar com sexo. Eu nunca tive realização, eu nunca achava um emprego bom, um emprego digno, né? Eu tinha 2o. grau, eu fiz curso de desenho, sabe? Computação... sempre ralando, ralando pra ter alguma coisa e nunca conseguia, não dava.

Maíra – ... Aí eu falei pra eles (para os dois irmãos): firma não dá camisa pra viado, não! A gente trabalhava, os três, e comia carcaça de frango, quando tinha!
(Entrevista, 06/12/2006).

Maíra e Solange identificam a travestilidade fortemente relacionada:

- Ao rechaçamento social devido aos comportamentos afeminados.
- À discriminação no ambiente de trabalho.
- Às dificuldades financeiras decorrentes dos baixos salários.
- E, a melhora da qualidade de vida material e social por meio do trabalho sexual.

Maíra – O gay escuta muito, apanha muito, sabe, jamais alguém vai pôr a mão num travesti... e a coragem? Eles acham que o travesti já não tem mais nada a perder, então acho que talvez até por medo, mas o travesti é respeitado.
(Entrevista, 06/12/2006).

A experiência travesti para as irmãs Maíra, Solange e Zaza, não decorreu do início da vida sexual, pelo contrário, esta vida já existia há tempos quando adveio a constatação de serem portadores de um conjunto de traços socialmente reconhecidos e rechaçados: *gay* afeminado (o que é

bastante diferente de ser apenas *gay*), nordestino (o que, em São Paulo, também é bem diferente de ser migrante de qualquer outra região do país) e pobre. Embora estas características não apareçam explicitamente relacionadas entre si, elas se conjugaram para compor uma possibilidade de experiência identitária.

Um jovem *gay* chegado do Nordeste é execrado por ser pobre, homossexual e do interior: três crimes intoleráveis. Como expandir este horizonte tão limitado? Fazendo carreira como travesti, porque ali ele garante ser desejado, obtendo um valor que “nenhuma mulher normal tem” (DENIZART, 1997, p.9).

Maíra, apesar de ser a caçula e, na época, menor de idade, era a única que tinha experiência na prostituição, já que, foi por meio dela que conseguiu, aos 14 anos de idade, atravessar o longo percurso de quase três mil quilômetros que separam a pequena Tuntum no Maranhão de Diadema na grande São Paulo, onde moravam dois irmãos mais velhos, também *gays*. Foi ela também quem primeiro buscou a mudança do padrão econômico por meio da prática do sexo comercial, para descontentamento dos irmãos que discordavam desta modalidade de ganhar dinheiro e ainda tinham medo de que alguém pudesse fazer alguma maldade com ele(a).

Maíra – Eu já era homossexual, já estava na prostituição, aí comecei a tomar hormônio, sendo travesti ganhava mais e tinha uma vida bem melhor, porque como *gay* era muito difícil arrumar um serviço e, quando arrumava, era só agüentando o povo tirar com você!
(Entrevista, 06/12/2006).

Os irmãos foram contra a prostituição e a primeira colocação de silicone aconteceu às escondidas, e foi seguida de sintomas de depressão: inapetência, tristeza e medo de sair de casa. Mesmo diante destes sinais de mal-estar, Pedro deu seqüência ao processo de montagem e a cada dia Máira se apresentava com maior ênfase: peruca, maquiagem, nome feminino e ... dinheiro. Solange relembra como foi este momento na vida do irmão:

Solange – Aí tá, então ela (Máira) decidiu (virar travesti), todo mundo (os dois irmãos) foi contra, ela colocou silicone escondida, aí ela começou a usar peruca, começou a deixar o cabelo crescer, mesmo trabalhando em firma, quando chegava nos finais de semana ela assumia, tá? E, e... começou o retorno dela, né? Ela começou a se produzir e já no início ela começou a trazer dinheiro. Pronto, eu fui logo junto no embalo, mesmo como rapazinho comecei a fazer programa também, aí já era. No dia seguinte já fui de batom e quando voltamos pagamos todas as contas. Aí, meu outro irmão disse: Eu também vou! Chega de ficar trabalhando em firma! (...) aí eu resolvi por silicone, foi em 97 isso, aí viramos travesti de uma vez, os três.

Solange – Aí foi bom. (depois que saíram dos respectivos empregos e tornaram-se travestis) Eu recebi indenização do meu serviço, a Zazá/Joel, (o irmão mais velho) também recebeu indenização, ela (Máira) também recebeu indenização... (silêncio). Juntamos tudo e compramos uma casa, lá no Inamar, só que era viela, né, casa barata, favela, lá naquela favela atrás do sacolão, moramos um ano, né, mas muito, muito ruim, lá você além da discriminação, eraaaaaa muito longe para a gente tá pegando carona, pra num ta chegando de táxi, né, o pessoal, sabe como é pessoal de vila, né?

Começou a pensar que a gente tinha muito dinheiro porque chegava de táxi e ficavam olhando de lado. Aí a gente se mudou pro Centro.

Nesta mesma época e no mesmo bairro – Inamar – onde as entrevistadas compraram a pequena casa logo após se demitirem dos seus respectivos empregos, e de onde tiveram que se mudar devido ao sentimento de discriminação, existe uma situação bastante ímpar envolvendo um funcionário que trabalhava como inspetor de alunos de uma escola estadual local.

Este jovem nasceu e morou no bairro, assumiu-se desde cedo como homossexual, e, embora não se identificasse como travesti, inclusive pela ausência de hormonização ou silicone, usava apetrechos bastante femininos: pulseiras e anéis, unhas compridas e pintadas de vermelho, sombrancelhas delineadas, calças justas, tamancos, etc.

Seu modo de vestir, andar e falar, tornavam-no uma pessoa de aparência extravagante e extremamente afeminada, porém, além de ter nascido naquela comunidade, no exercício do seu emprego como inspetor de alunos de uma Escola Estadual, tinha atitudes que extrapolavam o desempenho das suas funções e que eram valoradas positivamente pela comunidade: buscar adolescentes em bares, ou, em locais de uso de drogas para levá-los de volta à sala de aula; fazer visitas às famílias depois do horário de trabalho para alertar os pais sobre a baixa frequência dos filhos à escola, etc.

Assim, este profissional, conquistou o carinho e o respeito da comunidade, tornando-se figura imprescindível nas diversas situações sociais e festas familiares. Em uma madrugada do ano de 1998, seu corpo foi encontrado na Avenida principal do bairro. Este assassinato causou profunda indignação e comoção em toda a comunidade e promoveu uma organização para reivindicar junto à Secretaria de Educação do Estado que a escola recebesse nome do inspetor. Depois de um longo processo, muitas listas de abaixo-assinados, no ano de 2002 a homenagem finalmente se concretizou e a escola, que até então levava o nome do bairro, recebeu o nome do seu ex-funcionário.

Diante desta história podemos considerar que a travestilidade é plural, possui inúmeras possibilidades de expressão e de inscrições sociais. Uma característica apontada pelas irmãs travestis como motivo para discriminação e até violência – como os modos afeminados – pode perder seu caráter de estigma mediante outras marcas pessoais ou possibilidades de inserção social. GOFFMAN (1978) ressalta que nem todos os atributos indesejáveis são estigmas, mas somente os que rompem com o estereótipo criado para determinado tipo de indivíduo em um dado contexto.

As irmãs travestis não dispunham de uma inscrição histórica naquela comunidade e, tão pouco, contribuíam direta ou indiretamente com a coletividade, ao contrário, chegavam sempre tarde da noite e, geralmente, de taxi. Mais do que os trejeitos afeminados, o tipo de vida que viviam parece ter sido determinante para acionar os mecanismos de expulsão

daquela vila em direção a um território tradicionalmente reconhecido como espaço de prostituição: O bairro central.

Na época Maíra tinha 17 anos, Solange 24 anos, e Zazá, a última a ceder ao processo de travestir-se e ao trabalho sexual, contava então com 34 anos.

Solange – Ah! Ela não queria (referindo-se a resistência da irmã mais velha em travestir-se). Ela resistiu muito, no começo foi muito difícil porque ela não gostava nem de ver a gente se montando. Reclamava, criticava, porque você começa e aí você vai, todo dia um pouquinho, cada dia você inventa uma coisa: a unha, a sobrancelha, essa coisa toda que você conhece. E ela achava ruim de ver a gente fazendo essas coisas, mas aos poucos ela começou a experimentar e foi indo com a gente (Entrevista 06/12/2006).

Para as travestis, a transformação, o dinheiro, a ascensão social, o sentimento de respeito e auto-estima, chegam juntos. É relevante, porém não condicional, a associação entre a travestilidade e a possibilidade de ascensão financeira, social e emocional.

Beth Maison – O sonho de todas elas é dar uma casa para a mãe. Se você perguntar, todas vão responder a mesma coisa: Ah! Eu tô nessa pra dar uma vida melhor para a minha mãe. O pior, é que quando muitas conseguem, a mãe já morreu.

Solange – Você vai na rua e vê aqueles homens lindos, lindos, rodeando os travestis, pedindo, implorando um carinho. Agora o gay não, se ele

olhar um pouco mais pra alguém corre o risco até dele apanhar (Entrevista 06/12/2006).

“Os homens, ao contrário do que o meu pai disse, pagam pra ficar comigo, homens lindos!” A escolha de ser travesti ultrapassa, portanto, questões de ordem econômica (DENIZART, 1997, p.9).

Maíra que se travestiu aos 17 anos, depois de viver um casamento com um marido “ruim”, aos 30 anos estava casada com uma mulher, era pai e não dependia mais da prostituição para viver, pois obtinha os seus rendimentos por meio do pagamento das diárias (aluguel e alimentação) de outras travestis. Porém continuava travesti, quais os motivos para Maíra continuar se identificando como travesti?

Embora para as entrevistadas, a entrada na prostituição tenha coincidido com a transformação tendo como explicação o estigma e a falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, outros homossexuais submetidos a condições de vida e de trabalho semelhantes, seguiram suas vidas como homossexuais, outros como transexuais e, outros, se tornaram travestis e não se dedicaram ao trabalho sexual.

Neste trabalho ficou claro que a prostituição faz parte do universo da travestilidade, o quê é diferente de dizer que a travestilidade se encontra inserida na prostituição. A travestilidade é um universo maior do que a prostituição e, embora as travestis que se dedicam ao trabalho sexual sejam mais visíveis e, talvez, em maior número, não se pode omitir a existência de travestis em outros nichos ocupacionais.

6.5 OS CLIENTES

Segundo as informações das prostitutas, das travestis e dos agenciadores acompanhados nesta pesquisa, os clientes que procuram as mulheres se identificam como heterossexuais e são os mesmos que buscam as *trans*, porém, não demandam os serviços dos homens – michês – pois não se identificam como homossexuais.

Esta forma de organização da demanda foi identificada também em alguns estudos internacionais, segundo MEDEIROS (2002, p. 11), a prostituição feminina e travesti de Barcelona tem em comum o cliente, socialmente considerado heterossexual.

Segundo PRECIOSO E MESTRE (2006), o cliente é a figura menos estigmatizada na cena da prostituição e, portanto mais invisível porque as expressões sexuais dos homens não comportam desvios e são consideradas naturais de uma sexualidade masculina: imperiosa, impulsiva, mais exacerbada do que a da mulher e necessitada de fantasias. O imaginário social legitima estes impulsos como também, admite que um homem sabe diferenciar uma relação por amor de um ato puramente sexual, algo inaceitável para as mulheres, a menos que sejam “desviadas”.

As prostitutas que fizeram parte deste trabalho consideram como o cliente *normal*, *comum* aquele que busca o ato sexual satisfatório, se possível, completo: oral, vaginal e anal, pelo preço mais acessível possível. Embora alguns gostem de esbanjar, ou mostrar que têm mais dinheiro do

que realmente têm, todos (os *normais*) têm como objetivo a ejaculação, de preferência, sem camisinha.

Bella – Você lembra do Satanás? Sempre fez programas com todas as garotas, sempre saiu comigo, simplesmente ele foi pro quarto comigo, na hora que ele foi gozar arrancou a camisinha e gozou aqui na minha bunda. Aí eu bati nele, joguei a roupa dele lá em baixo, aí ele esqueceu o boné, primeiro eu empurrei ele da escada, eu fui lá em baixo peguei a faca rasguei o boné dele todinho, peguei a vassoura da Emília (dona da casa), taquei na cabeça dele que até quebrou, e botei ele pra fora, entendeu? (risos) (Entrevista, 22/08/2006).

Estes clientes costumam tentar negociar o uso da camisinha, ou mesmo infringir a regra acordada sobre o uso, principalmente valendo-se de posições sexuais que limitam o ângulo de visão e o domínio da situação por parte da profissional.

Sem dúvida, estudos recentes apontam que os preservativos não são utilizados como se esperava e que são os clientes que mais se recusam a esta medida * (MEDEIROS, 2002, p. 11).

O espaço da prostituição, principalmente a partir do discurso regulamentarista eugenista (conforme discutido no Capítulo 2.1), se constituiu como um espaço destinado a toda e qualquer expressão da virilidade, o lugar onde o homem poderia realmente extravasar todos os seus

* [Sin embargo, estudios recientes apuntan a que los preservativos no son utilizados como se esperaba y que son los hombres los que más rechazan esta medida].

impulsos sexuais imperiosos e incontroláveis que não tinham lugar no leito matrimonial.

O bordel, na sua constituição histórica, foi o espaço reservado para a transgressão (RAGO, 1991), e não para comportamentos normatizados, assépticos e ortopédicos como o uso do preservativo. Burlar a regra de ouro (o uso do preservativo em toda e qualquer forma de sexo oral, vaginal ou anal) parece ocupar, para o cliente, o lugar de rito inicial ou transgressão primeira.

Não obstante, as autoridades sanitárias insistem, por meio de palestras, oficinas, panfletos informativos, etc. que o uso do preservativo deve ser realizado indiscriminadamente, como um recurso fácil, barato e eficaz na prevenção das DST, sem atentar para a importância de se proceder a uma desconstrução do significado que este insumo tem em determinados contextos, como a prostituição.

Verônica – Quando o cliente vai em... prostíbulos, né? Ele vai procurando uma coisa diferente, ele quer uma coisa que a mulher dele não faz.

Mayara – Ele vai atrás do anal, ele vai atrás do beijo na boca, que ele não beija mais a mulher dele, tá. Ele só transa papai e mamãe, essa é a grande realidade... E eles querem anal, chupar sem camisinha, porque as mulheres deles não chupam. Isso (sexo oral sem camisinha) antigamente acontecia, as garotas de programa faziam qualquer coisa pelo dinheiro que ganhavam. Hoje em dia, de doze meninas, uma faz anal, e olha lá, que ela vai pesquisar o tamanho do pau, a grossura dele, vai negociar preço e tudo mais. Chupar sem camisinha, eu

acho que de dez, uma garota deve chupar sem camisinha.

Bella – Não, isso aí eu já discordo de você, por que eu conheço várias (que fazem sexo oral sem preservativo).

Karin – Ah! Eu também.
(Entrevista, 22/08/2006).

Segundo as entrevistadas, é freqüente que o cliente *normal*, além de conseguir por meio de diversos recursos o sexo sem camisinha, ainda estabeleça relações estáveis no tempo com a mesma profissional e passe a ser considerado um cliente *antigo* (termo êmico). O tempo e os critérios para um cliente ser considerado antigo são flexíveis e dependem dos referenciais de cada mulher. O tempo variou de dois meses a dois anos, sob o argumento de que a freqüência de programas (todas as semanas, todos os meses, etc.) é mais importante do que o tempo cronológico propriamente.

De qualquer modo, a partir do momento em que o cliente entra para a categoria *antigo*, as práticas de prevenção tendem a ser relativizadas porque se supõe um vínculo de confiança, já que, acredita-se que aquele cliente manteria relações sexuais exclusivamente com a esposa e a profissional em questão, fato que permitiria menor rigidez com relação ao uso do preservativo, ou, pelo menos, flexibilidade em algumas práticas, como o sexo oral.

O cliente *estranho*, que foi considerado *diferente* (termos êmicos), ao qual chamei de “exótico” para expressar o sentimento de estranheza

despertado por esse homem nas profissionais, é aquele que solicita práticas consideradas pouco convencionais desde uma perspectiva que promove um desencaixe entre os papéis de gênero e as práticas sexuais normativas.

Karin – Tem quatro anos que eu tô na noite, quando eu comecei o cara tava lá assim, na intenção de transar, gozar e ir embora, esse era o alvo deles. Agora... Assim, tem cliente que eu saio, caramba! Ai tá bom vai. Ele quer um sexo diferente, ele quer que coma ele, que transe com ele, quer que bata nele, quer se colocar*.

- E o quê você acha? (Risos, falas simultâneas...)

Bella e Karin – É claro que é melhor comer do que ser comida é lógico! (risos)

Karin – De cada dez, três pedem isso. Já tive cliente que disse assim: Finge que eu estou no seu lugar, entendeu?

Bella – Quando eu comecei a trabalhar fui no primeiro dia numa casa que dava duzentos programas por dia, não fiz nenhum, peguei só um às nove e meia da noite, um gordo, bêbado, entendeu? Demorou uma semana para eu voltar, para saber se era isso mesmo que eu queria, quando eu voltei, peguei um cara que pediu para mim comer ele! Eu pensei: Que pôrra do caralho é essa?! (Risos) Eu perguntei: Como faz? Coloca camisinha no acessório? Porque eu não sabia, não sabia mesmo. Eu achei aquilo maravilhoso, falei: Oh, meu Deus, se todos forem assim eu não vou precisar dar, não vou me desgastar, né? Mas não é bem assim...
(Entrevista 22/08/2006).

* Se colocar é uma expressão êmica que refere ao uso de drogas, geralmente cocaína.

Quando acontece a inversão do tradicional papel sexual em que o homem penetra e a mulher é penetrada, ainda que cause certo estranhamento e graça, a situação é sentida pelas profissionais como uma parte mais amena do trabalho sexual.

Para as profissionais do sexo pesquisadas por MEDEIROS (2002) em Barcelona as justificativas para a frequência com que os clientes solicitam ser penetrados são: Querem experimentar coisas novas que viram em filmes ou revistas, saber o quê é, o quê sentem, ou então, são homossexuais e não se permitem viver seus desejos de outra maneira.

Muitos preferem os saltos dos sapatos a nós mesmos, meus saltos são uma máquina de fazer dinheiro* (depoimento de Rubia, profissional do sexo em Barcelona, em MEDEIROS, 2002, p. 172).

Além do desejo de ser penetrado, outras fantasias se enquadram na relação com o cliente “exótico”.

Jezebel - O cara chegou e me perguntou: O quê você faz no quarto? Não faço anal, nem sem camisinha e nem deixo colocar o dedo dentro de mim, beijo na boca nem pensar. Aí ele perguntou: - Você gosta de apanhar? Eu disse: Eu gosto, mas se você não bater direito eu te espanco (risos). Chamei os seguranças e disse: - Esse cara falou que vai bater em mim, se vocês ouvirem grito, não entra, não arromba a porta porque sou eu que to batendo nele. Aí, no quarto ele me deu três tapinhas e doeu a mão dele, tadinho! Aí eu disse: Agora é a minha vez. Bati de

* [Muchos prefieren los tacones a nosotras mismas, mis tacones son mi máquina de hacer dinero].

verdade, com vontade mesmo! (Diário de Campo, setembro 2008).

Outras situações envolvendo fezes, urina ou cenas de dominação podem fazer parte do repertório. Diante destas demandas não existe uma demarcação pré-determinada, a aceitação e os limites destas propostas estão sujeitos a avaliação da representação atribuída a estes atos.

Verônica – Eu tive um cliente que pediu pra me chamar de Jussara, tá, tudo bem: Ó Jussara meu tesão, minha gostosa, vem aqui minha filha.”Aí eu perguntei:- Quem é a Jussara? Ele disse: É a minha filha. Eu falei:- O quê?? Joguei o cara lá em baixo (empurrou-o pelas escadas). Não vai comer a Jussara, não. Vai comer o capeta, some daqui!

Bella – Eu saí com um cara que queria que eu me vestisse com as roupas da filha dele. Eu falei: Você é louco? Eu fiquei abismada! Tem coisas assim, pequenas coisas, não tão pequenas, que você ouve e fica assim, perplexa, ué, cê não tá acreditando que o próprio, o cara, o próprio cara está falando isso da própria filha dele.

Mayara – Um outro cara lá disse que a buceta de uma das meninas era igual a da filha dele. Igual a da filha dele! Pode? Esse cara não pode ir comigo para o quarto, se ele falar um negócio desses, eu arrebento a cara dele.
(Entrevista 22/08/2006).

Algumas solicitações feitas pelos clientes, apesar de bastante fáceis de serem atendidas, são fortemente rechaçadas porque representam um limite

entre o ato sexual comercial, considerado como trabalho propriamente dito, e a transgressão moral ou a violência simbólica.

A representação atribuída a determinadas ações, assume uma relevância que, não raramente, tem maior importância do que o ato propriamente dito. Situações envolvendo simulações de incesto ou pedofilia, de modo geral, não são aceitas em hipótese alguma. Se recusar a realizar alguns programas que não estejam de acordo com os limites de uma proposta considerada moral para o trabalho sexual, possibilita manter certa ordem, demarcar fronteiras em um universo percebido pela sociedade abrangente como promíscuo e caótico.

Vestir-se de colegial, utilizar os saltos dos sapatos para penetrar o cliente, ou mesmo, acordar previamente uma relação anal ou sem preservativo, faz parte da arte de realizar fantasias e negociar preços.

No entanto, uma forte ruptura se instala a partir do momento em que tais vivências passam a ter representações fortemente rechaçadas socialmente. Os valores morais validados e compartilhados com a sociedade abrangente se tornam mais fortes do que a possibilidade de ganhos financeiros promovendo, temporariamente, a suspensão do sexo como trabalho e possibilitando a manutenção do elo com os referenciais sociais e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento a um pacto social.

A transgressão a estes limites simbólicos implica no sentimento de ruptura com a ordem social mais abrangente e foi, freqüentemente, lembrada pelas prostitutas como o marco que diferencia uma profissional de

uma pessoa que pode se utilizar do comércio sexual para conseguir acesso às drogas na condição de dependente.

No dizer das profissionais, as pessoas que precisam do dinheiro advindo da prostituição para consumir drogas, ou trocam o sexo pela droga, principalmente se for o *crack*, não reconhecem limites, aceitam se submeter a qualquer situação, fato que inviabiliza identificá-las como prostitutas ou profissionais do sexo.

Por outro lado, existem simulações que são aceitas e bem vindas, o cliente pode se tornar amigo, confidente, solidário.

Bella – Eu tenho três clientes que eu tenho certeza que se um dia eu parar eles me dão o dinheiro, eles não saem comigo, saem e acaba não fazendo nada, até um está para ir lá em casa arrumar a fiação lá de casa.

Mayara – Na realidade ser garota é ser um pouquinho de tudo, né?

Bella – E eu? Eu não fui madrinha de casamento de um cliente? (risos). Ele disse pra mulher dele que eu era uma colega de trabalho que tinha trabalhado lá na firma.
(Entrevista, 22/08/2006).

GASPAR (1985) também identificou entre as garotas de programa de Copacabana a valorização positiva do vínculo de amizade com o cliente.

Karin – Tem aqueles assuntos bobos, por que você acaba puxando papo, às vezes também o cara quer desabafar, aí você acaba ouvindo da vida dele, acaba que você fica íntimo, meio

confidente, entendeu? Porque você é uma máquina, você vai ali e faz, está programado pra fazer, entendeu? Só que acaba que você vai entrando na vida dele, ele vai entrando na sua vida, acaba que vira amizade, aí... Você perdeu o cliente...

Mayara – Tenho grandes amigos, eu tive um problema muito sério na semana passada eu precisava de nove mil reais, em menos de uma semana eu tinha conseguido esse dinheiro, quer dizer: São amigos mesmo. Quando minha mãe faleceu um amigo pagou minha viagem de avião, pagou todos os custos do velório, tudo, quer dizer, eu consegui grandes clientes que se tornaram grandes amigos e que acabaram passando a conviver na minha vida.
(Entrevista 22/08/2006).

Às vezes, parece que o cliente conversa com a profissional, o que gostaria de conversar com o chefe, com o médico, com a esposa, com o filho, com o vizinho ou com a mãe, mas não se sente em condições de fazê-lo. Talvez, depois de sair do programa ele tenha conseguido recursos ou coragem (MEDEIROS, 2002).

Por serem pagas e consideradas pessoas à margem da sociedade, elas são procuradas como conselheiras de problemas que não podem ser resolvidos e discutidos no grupo de origem do cliente (GASPAR, 1985, p. 107).

Além disso, no decorrer de um programa, entre as quatro paredes, o homem não precisa representar o seu papel de gênero masculino, viril e heterossexual, ele pode dar asas às suas fantasias, a todo tipo de transgressão, afinal, mais do que o divã, o bordel e suas variantes pós-

modernas (*casa/prive/boate*), constituem os espaços reservados para as mazelas e desvios da sexualidade. Neste contexto, um homem pode pedir para ser penetrado, pode se vestir de mulher, contar que foi traído pela esposa ou pelo sócio, ele pode chorar, pode, enfim, ser fraco sem correr o risco de romper com os estereótipos da masculinidade normativa.

Além da amizade, também o envolvimento amoroso tem um lugar na experiência do sexo pago.

Mayara – Outro problema dos clientes é achar que a gente está amando, eles sempre têm que achar que você está amando eles, é uma coisa que eu não consigo fazer dentro do quarto e é onde eu perco a grande maioria deles.

Bella – Você perde o cliente por dois motivos: quando ele vira seu amigo, e quando ele diz que está apaixonado por você e você vai levando, você vai iludindo o cara: Não meu amor, é assim! Vai levando, vai levando, a hora que ele passar dos limites e você falar: Vá para a puta que pariu que eu nunca gostei de você! Pronto, você perdeu o cliente.
(Entrevista, 22/08/2006).

É o pior que pode acontecer, porque eles grudam como chicletes querem deixar a mulher e os filhos, aprontam escândalos na frente de outros clientes e atrapalham o seu trabalho*. (depoimento de Rubia, trabalhadora sexual em Barcelona, MEDEIROS, 2002, p. 147).

Em uma casa do município vizinho de São Bernardo do Campo um cliente se apaixonou e passou a procurar a profissional sistematicamente.

Bella – Nesse dia, como todas as vezes que ia lá, ele fez vários programas com ela (ficou várias horas no quarto), aí quando deu uma e meia da manhã, a Áurea, que é a dona da casa, mandou chamar ele porque a casa estava fechando, quando bateram na porta ele botou o travesseiro na cabeça da menina e deu um tiro nela.

Karin – Deu um tiro na cabeça dela, matou ela...

Bella – Daí a Áurea botou a menina para fora, arrastou o corpo para fora, chamou o IML, chamou a polícia, o cara foi parar no hospital que ele também se deu um tiro, mas não morreu, entendeu? Ele está livre, leve e solto andando pela rua e a menina está morta.

Karin – Morta... E assim, no outro dia a casa abriu, a casa, a dona-da-casa, no outro dia abriu a casa, então assim, morreu, tanto faz, é assim, um animal... É só um corpo!
(Entrevista, 22/08/2006).

Um erro ao traçar os limites desta complexa cartografia pode significar a morte, e, pior: a morte legitimada pela indiferença social. O relato desta história foi feito com profundo sentimento de indignação despertado, menos pela atitude do cliente, e, muito mais pela indiferença com que a gerência da casa e a população encaminharam o ocorrido.

GASPAR (1985) e MARTIN (2003) apontam para a associação entre prostituição e violência e para o fato de que o cotidiano da prostituição caracteriza-se pela presença constante de perigos.

* [Es lo peor que te puede pasar, porque ellos se te pegan como chicles, quieren dejar mujer e hijos, y te arman escándalos ante otros cliente y te cortan en el trabajo.]

Se o conceito-guia de uma análise no cotidiano da prostituição for o risco, este abrangerá tudo, pois tudo em suas vidas é risco. O conceito de risco, pois, é nulo como ferramenta de análise para este contexto (MARTIN, 2003, p. 28).

Tomadas, possivelmente, pelo sentimento de impotência decorrente da história narrada, as prostitutas passaram a conversar sobre a importância de reconhecer o momento adequado para colocar limites na simulação amorosa. Aprender a identificar quando e como informar ao cliente que as expressões de afeto – verbais ou físicas – são apenas uma parte do ritual do sexo pago, ainda que esta revelação implique na perda do cliente, é um recurso para o exercício produtivo do saber e do poder.

Mayara – Chega uma hora que você tem que dizer: Benzinho: Isso faz parte da arte! (risos) Mas as garotas não, quanto mais elas vêem que o cliente está envolvido mais elas querem, por quê? Porque elas estão ganhando, tirando o que podem do cara.

Bella – Mas ela não sabia o limite da loucura do cara.

Karin – Ela vai iludir mesmo. É o trabalho dela!

Mayara – Você está enganando a pessoa, então você está dizendo que ama, que adora ele, que pensa nele, aí nesse meio tempo você fala: A minha tia tá doente, eu preciso de tanto. Ele vai falar assim: Eu te arrumo. Você inventa uma estória muito grande, você faz uma vida pra ele que não existe: Toda a sua família tem problema, você é rejeitada, seu filho está doente... Eu já fiz isso e me dei muito mal, o cara ficou obcecado, e eu fiquei apavorada.

Verônica – E que ele é o homem que vai tirar você daquela coisa que você tanto odeia.

Karin – Eu já menti, muito. Mas tem uma certa hora que... a gente muda.
(Entrevista, 22/08/2006).

No relato das prostitutas, a dissimulação apareceu como um forte organizador no cotidiano profissional. As histórias de vida são construídas de modo a promover um deslocamento linguístico e o trânsito discursivo do campo de mulher esperta, descolada e maliciosa para pobre moça, manipulando parcialmente o estigma a que está submetida.

Esta narrativa cumpre diversos objetivos. Primeiramente, coloca em relevo uma imagem arquetípica de mulher: Frágil e sofredora. Esta representação se choca frontalmente com a construção histórica sobre a figura da prostituta, de uma mulher ágil, descolada, esperta, todas iguais, (GASPAR, 2005). RAGO (1997, p. 89) refere que a imagem de prostituta existente no início do século XX é daquela que vive em função de satisfazer os seus desejos libidinosos e devassos não raramente associados ao vício e às drogas. Dona de uma sexualidade exaltada é a antítese da esposa honesta.

Colocar-se como a parte mais frágil facilita ainda que o cliente se sinta a vontade para desafogar suas tensões para muito além do sexual. Saber sobre a vida dos clientes, seus anseios, seus medos, seus segredos, promove um envolvimento que pode resultar em enamoramento ou amizade,

mas, mais do que isso, outorga às profissionais um poder sobre os mesmos:

O poder de saber como seduzi-los.

As garotas têm o poder, verdadeiro conhecimento advindo do exercício da sedução, do jogo da atração e repulsão, que foge ao controle dos clientes (...) É um jogo onde o homem é conquistado, mas no qual ele se supõe conquistador (GASPAR, 1985, p. 99 - 102).

Se estabelece um jogo: o poder econômico versus o poder da sedução. As informantes acreditam que o poder do cliente existe até ele eleger a prostituta. Depois, o poder é da prostituta. Elas acreditam que esta relação tem um caráter desigual porque elas levam vantagens já que possuem o saber sobre o sexo, sobre como manejar o cliente, sobre a sexualidade dos homens, sobre as regras, sobre o tempo e sobre tudo o que envolve a prostituição enquanto uma categoria marginal (policia, cafetão, etc.)* (MEDEIROS, 2002, p. 152).

Além disso, essas histórias atendem plenamente à demanda do cliente que, sendo um homem em pleno exercício da masculinidade normativa, não elegeria para estar ao seu lado uma mulher que colocasse em risco sua supremacia com qualquer sinal social de autonomia, independência ou altivez, ainda que dentro de quatro paredes as coisas mudem, socialmente, o homem que ali está deseja dar ênfase ao seu lugar de dominador.

Sem dúvida, para muitas profissionais do sexo uma história de vida envolvendo as mais variadas violências e privações pode ser verídica,

* [Se establece un juego de poder, de lo económico contra el poder de seducción. Las informantes creen que el poder del cliente existe hasta que éste elige a la prostituta. Después el poder es de la prostituta. Creen que esta relación tiene un carácter desigual porque ellas tienen ventajas sobre ellos, pues poseen el saber sobre el sexo, sobre cómo manejar al cliente, sobre la sexualidad de los hombres, sobre las reglas, sobre el tiempo, y sobre todo lo que envuelve a la prostitución en cuanto categoría marginal (policia, proxeneta, etc).]

porém, não se trata de discutir o quê é mentira ou o quê é verdade, mas sim, que o fato de simular permite controlar o cliente, manipular o próprio estigma, e, ainda, preservar a vida privada relativamente à parte.

Contar a cada um o que deseja ouvir e deixar a todos com uma só certeza: Há algo que não foi contado... ainda! Entre os vários personagens, as tantas histórias, uma bem pode ser a dela! Ou não.

Mais do que qualquer outra, a prostituta é uma projeção do freguês, e, como tal, sua função consiste representar o teatro que lhe é encomendado (RAGO, 1991, p. 27).

6.5.1 As Clientes e o Sexo Entre Mulheres

Neste trabalho, foi relevante a presença de mulheres como clientes. Esta demanda, dificilmente lembrada, não é insignificante. Uma profissional do sexo que trabalhava autonomamente em uma casa alugada por ela mesma para este fim e divulgava os seus serviços e o número do celular em jornais, revistas regionais e adesivos colados nos telefones públicos, procurou o serviço de aconselhamento do CR/DST Diadema referindo receber uma demanda estável de mulheres desacompanhadas de homens. Vindas principalmente dos municípios vizinhos mais ricos, estas clientes solicitavam principalmente o sexo oral.

A demanda endereçada ao CR era clara: - Como fazer prevenção das DST/HIV no sexo oral entre mulheres?

Este questionamento apareceu em inúmeros momentos, vindo de diversas vozes e referindo-se a diferentes relações: na dupla lésbica* com outra profissional, nos relacionamentos afetivos, e/ou com as clientes.

Mayara – Um casal de marido e mulher casados há onze anos, eles queriam uma experiência nova. No começo ela disse assim pra mim, ó: Eu não vou te tocar, eu não vou te relar, eu não vou fazer nada. Eu falei: ok, tudo bem. Aí ela disse: Ó, não me toca, eu só quero com o vibrador, e tal, e tal. Tá bom (risos) vinte minutos depois ela tava pedindo pra eu fazer tudo que eu quisesse e mais um pouco (risos) (Entrevista dia 22/08/2006).

Nas boates e nas casas, as mulheres chegam geralmente acompanhadas por homens, supostamente namorados ou maridos, que contratam o programa esperando realizar algumas fantasias, como ver duas mulheres se relacionando sexualmente.

Bella – Uma vez um casal que eu atendi a mulher realmente estava lá pra agradar o marido. Ela não queria nem que colocasse a mão nela, ele forçou, ele forçou. Ele queria que chupasse ela, que beijasse ela, ele realmente forçou ela, ela não queria nem que colocasse a mão nela. Pra falar a verdade acho que ela fingia que estava gozando, porque ele não gozou enquanto ela não falou tô gozando, por que ela não queria, de jeito nenhum. (Entrevista dia 22/08/2006).

* *Dupla lésbica* é um termo êmico para fazer referência à realização de um programa envolvendo duas garotas e um ou mais clientes.

Existem também relatos de situações em que a mulher comportou-se masculinamente, no dizer das profissionais, como se fosse o cliente, tomando as iniciativas, tirando a roupa da profissional e fazendo pedidos, e o homem apenas presenciou o jogo erótico.

Bella – Isso é uma coisa séria! Porque se você usa camisinha com o cliente, é porque você não quer pegar nenhum tipo de doença, você não quer correr esse risco, você não chupa sem camisinha, então com uma cliente ou na dupla lésbica como é que faz?

Verônica – Claro que não vai rolar aquilo tudo.

Bella – Você não, você não vai chupar a, a, a vagina do, chupar a vagina dela na frente do cliente, se eu não conheço ela, eu simplesmente entrei hoje na casa e vou chupar ela, isso não existe, gente!

Mayara – Mas existe, pra toda garota, um jeito de você inventar pra você fingir que está chupando, eu pego várias garotas diferentes e a única que eu não tenho nenhum problema é a Tina que é a minha namorada, o resto não, eu vou aqui, eu finjo, eu faço o meu trabalho legal, mas eu não chupo de verdade.

Bella – Resta, porém quando ele (o cliente) enrola seus cabelos e puxa sua cabeça pra ver se você está passando a língua ali, né? Do cara virar pra mim e dizer: Você tá me enganando, eu quero meu dinheiro de volta.
(Entrevista, 22/08/2006).

O ato sexual comercial entre mulheres faz parte do cotidiano da prostituição, no entanto este fato é invisibilizado e não tem sido devidamente considerado nas abordagens de prevenção. Para as prostitutas, no entanto, esta realidade ocupa uma parte importante das suas preocupações sobre as DST-HIV e hepatites B e C porque não dispõe de ações, nem insumos para estas situações.

A descoberta de que uma colega de trabalho era portadora do vírus HIV provocou pânico em todo o grupo entrevistado, pois, várias garotas haviam feito dupla lésbica com ela envolvendo situações de sexo oral e sentiam-se extremamente expostas e sem recursos para se proteger de situações análogas, já que, naquele caso tinham tido conhecimento da sorologia da colega, porém, sabem que qualquer parceira sexual – colega de trabalho, cliente ou namorada – pode estar infectada por qualquer DST sem mesmo que a própria pessoa tenha conhecimento.

Entre as prostitutas que responderam ao questionário, 10% declararam manter seus vínculos afetivos, ou, parcerias estáveis, com outras mulheres, muitas vezes, também prostitutas, porém, as entrevistas sugerem que este número pode ser muito superior.

Mayara – As garotas, você que trabalha na noite, você vê, nunca vi um número tão grande de garotas de programa cada uma com a sua namorada.

- A que você atribui isso?

Mayara – (risos) Eu sou suspeita de falar nisso, mas eu acho que assim, o homem, ele não é carinhoso, ele é extremamente bruto, são uma entre mil que é aquele chamego. Eu acredito que a mulher acaba conhecendo muito mais a outra, ela entende o lado da outra, ela sabe compreender mais, e sabe exatamente o quê a outra quer, entendeu?

Bella – É verdade.

Karin – Ok, hoje assim, eu, né, hoje eu tô mais interessada por mulher, né. O que mudou um pouco foi aquela coisa assim: Caramba, trabalho o dia todo, o dia todo, eu já namorei é claro, um monte, então assim, aí vou sair com o namorado, caramba, ele não quer me ouvir, entendeu? Eu não tô bem, não tô bem, ele só quer subir em cima, gozou já era. Geralmente não quer nem saber se a mulher sentiu prazer.
(Entrevista 22/08/2006).

As perguntas que ficaram subjacentes e que demandam uma resposta foram: Qual é o risco real de infecção pelo HIV na relação sexual entre mulheres (oral, toques, etc.)? E para as outras DST, como hepatites, sífilis, condiloma? Quais os recursos disponíveis para se proteger desta exposição?

Embora a possibilidade de transmissão do HIV no sexo entre mulheres tenha se mostrado incipiente no decorrer da evolução da epidemia, o mesmo não acontece com as outras doenças sexuais. Segundo Elvira FILIPE (2008), psicóloga e gerente da área de prevenção do Programa Estadual DST/Aids do Estado de São Paulo, o sexo oral é o que oferece maiores riscos de contrair DST, já que, algumas destas doenças encontram na

mucosa bucal uma porta de entrada para o micro-organismo. No entanto, até o momento não existe um método, nem insumos voltados para prevenir as DST nestas situações.

6.5.2 Ocós*

Um paralelo entre a prostituição de mulheres e de *trans*, mostrou que existem diferenciais na forma de categorizar os clientes, como também não foi possível identificar qualquer divisor entre suas vidas sexuais, seus corpos, e o amor ou a prostituição.

Enquanto o corpo da mulher é o suporte sobre o qual se realiza o trânsito entre o mundo do dia e o mundo da noite, para as travestis não se trata de transitar em uma condição laboral, mas construir um modo de existir que envolve traços extremamente homogêneos que atravessam o país de norte a sul com características e códigos comuns.

A separação entre travesti e travesti profissional do sexo não é óbvia, como o é supostamente entre as mulheres, e esta indiferenciação é extensiva aos homens/clientes. A mesma palavra utilizada para fazer referência aos homens – *ocó* - é aplicada aos clientes.

* Ocó: Homem em yorubá.

As travestis classificam os clientes da mesma forma como classificam os homens e, segundo PELUCIO (2007) os referenciais são: as posses materiais (*fino, penoso, etc.*), o modo de tratar a travesti (*cortês, agressivo, etc.*) e as suas preferências sexuais (*maricona, bofe*).

A categorização que fazem dos homens não separa clientes e não clientes, um *bofe*, que faz o papel ativo ou uma *maricona*, que gosta de ser passiva são tipos específicos de homens que podem ou não ser clientes, e os clientes podem ou não se tornar namorados ou maridos, ou, ainda virar apenas *vício**.

O que rege a relação entre as travestis e os clientes é o contrato, e este, geralmente é centrado no ato em si, precisamente na ejaculação.

Dá-se a entender que o valor-gozo se relaciona na prostituição travesti, sobretudo com o pênis, ainda que, no discurso da clientela este esteja invisibilizado ou afeminado, sendo chamado de clitóris “avantajado”, “vírgula” ou “grelão” (PELUCIO, 2007, p. 69).

Homem quer no travesti, pinto! Ela pode ter peito, ela pode ter quadril, se ela não tiver pinto, ela pena, entendeu? (...) À noite a rua é de *maricona*, entendeu? Que é a fantasia da *maricona*? Vê aquela mulher comendo ele, entendeu? (Entrevista de Márcia em PELUCIO, 2007, p. 69).

Os *bofes*, segundo as travestis são raros na noite, e esta declaração não pode deixar de coincidir com o depoimento reiterado entre as prostitutas: a crescente demanda no mundo da noite por próteses penianas.

* *Vício* é um termo êmico para falar da relação sexual absolutamente descomprometida, eventual e voltada exclusivamente para o prazer, como observou KULICK (2008), o *vício* geralmente está relacionado com o tamanho avantajado do pênis do parceiro.

Proprietário casa S – Olha, aqui a coisa ta braba mesmo! (rindo) Esses dias eu saí e comprei logo uns três, quatro (pênis de borracha) e já tinha mais aqui na casa. Não é que me sai uma menina do quarto e pergunta: Fulano, cadê o pinto que tava aqui? (Gargalhadas) Tavam todos, todos sendo usados! 'Daqui a pouco vou ter que distribuir senha. (risos). Não sei o que ta acontecendo com esses homens. (Diário de Campo, agosto 2006).

Este cliente que pede para ser penetrado (segundo depoimentos, três entre dez clientes das prostitutas solicitam este tipo de prática) foi identificado por elas como *estranho* por que se comporta como homem socialmente, mas se coloca como mulher na cama, rompendo com o binômio gênero/sexo e fazendo a operação inversa da que fazem as travestis, que se comportam como mulheres, mas se dizem homens. Talvez, estes clientes sejam os mesmos identificados pelas travestis como *mariconas*.

A meu ver, o mundo da prostituição *trans* é avesso às generalizações, porque brinca de fazer combinações com elementos vindos de campos que foram estruturados para permanecer separados. De um lado, o amor, a família conjugal, a sexualidade; do outro, o trabalho, a representação social do gênero. As travestis transitam entre os domínios públicos e privados, ações como o ato de esconder e desnudar o corpo na avenida levam ao espaço público domínios (as partes do corpo e expressões de desejo) que, na tradicional divisão deveriam estar contidos na privacidade e delegados ao silêncio.

Enquanto as mulheres acatam a divisão: Trabalho (sexual) x vida privada (amorosa/conjugal), usando o discurso do amor romântico como divisor de águas, as travestis mesclam todos os elementos e fazem da *rua*, da *casa*, dos *corpos*, da constante apropriação do feminino e das relações com os homens, não um lugar de trabalho, mas um tempo de existência.

Na convivência com as prostitutas e as travestis observei que, enquanto para as prostitutas o poder se exerce por meio da sedução e do conhecimento sobre os mecanismos existentes no mundo da *noite*, para as travestis o poder emerge ao desestabilizar não apenas as normas de gênero, mas também, as dicotomias presentes nas noções de sexo e trabalho dadas como certas, tais como o lugar do público/privado, do passivo/ativo, do senhor/escravo.

As relações entre as travestis e os clientes, quando olhadas desde a polarização senhor e escravo se alternam. Os clientes das travestis são freqüentemente roubados e humilhados por elas, conforme já descrito por PELUCIO (2007) e KULICK (2008).

Entre as prostitutas os relatos de roubo foram esporádicos não existindo terminologia própria para especificar tais ações, e, quando as mulheres individualmente, ou, mais comumente em grupo, se juntam para bater em um cliente, acreditam que estão fazendo justiça com as próprias mãos. Aquele cliente em particular merece apanhar porque violou alguma regra do contrato, foi agressivo ou solicitou algo que o enquadrava na categoria *inadmissível*.

Já, entre as travestis as cenas de humilhação ou agressão ao cliente foram recorrentes. Roubar e agredir o cliente são rituais no sentido de que já está previamente acordado que isso irá acontecer independentemente da maneira de agir do cliente: *Azuelar, dar a Elza, puxar a chave* são termos comumente utilizados para fazer referência a estas cenas.

Eu não vou nem perguntar quanto você cobra, porque qualquer que seja a combinação eu sei que você vai roubar tudo que eu tenho. (Palavras de um cliente em depoimento de uma das travestis de Salvador, KULICK, 2008, p. 171).

As situações de roubo descritas ou presenciadas por mim na Rua da Câmara enquanto pesquisadora e técnica me levaram a buscar dados a respeito das ocorrências policiais neste local. Surpreendentemente, esta rua é a que registra um dos menores índices de Boletins de Ocorrência no município.

Este fato pode ser analisado a luz de diversas hipóteses:

- Os clientes roubados não querem expor suas histórias para os policiais, geralmente outros homens. A situação poderia ser vexatória por colocar em questão o quesito masculinidade.

- Enquanto os clientes *normais* das prostitutas buscam a confiança, às vezes, mais do que o próprio sexo, os clientes *normais* das travestis, buscam, a ejaculação, mas também, e, talvez, principalmente, querem o gozo decorrente da emoção, da aventura, do trânsito em um universo obscuro, tido como perigoso e sabem dos riscos que correm, por isso não denunciam.

Faz parte inclusive, da continuação das cenas de aventura e emoção o revide de alguns atos agressivos ou violentos pelas próprias mãos, geralmente ajudados por amigos.

Em um destes revides Roberta, 17 anos, sofreu uma navalhada no rosto que causou um corte profundo perfurando a glândula salivar, uma minúscula fissura resistiu à cicatrização e gotas de saliva escorriam constantemente pelo lado de fora do rosto na altura do maxilar sem solução médica viável para o caso.

A inscrição do universo *trans* como um mundo de fantasias, violência, humor, emoções intensas existe emparelhado com o mundo existente dentro e fora destes homens clientes de mulheres e travestis que desafiam, eles mesmos, qualquer relação entre gênero e sexo.

Os clientes merecem uma atenção especial, são eles que formam juntamente com as travestis e com as prostitutas propostas de novas formas de exercício do gênero dissociado do sexo. Comportam-se como homens, quer dizer, socialmente respeitam as regras de gênero, mas na cama, para as prostitutas são umas *moças*, e, para as *trans*, as *mariconas*. Dissociam o “bom genro”, do homem que deseja ser penetrado.

O mundo da prostituição é a face visível da dissociação sexo/gênero, ou do trânsito para novas formas de ser e sentir, é a figuração que vem ao palco e faz da rua sua *pista* ou seu calvário. Quanto mais brilha a travesti, quanto mais sedutora parece a prostituta, tanto mais invisível estarão os (as) cliente(s).

Entre outras razões, o doutorado de PELUCIO (2007) que trabalhou com o projeto *Tudo de Bom* voltado para travestis profissionais do sexo na cidade de São Paulo, e acessou também os clientes das travestis, merece atenção especial, tanto quanto, a iniciativa de novas aproximações que dêem voz a estes silêncios.

6.6 A MULHER: UM CORPO GENITALIZADO

Enquanto os corpos das travestis são plásticos, transitam difusamente entre os gêneros e os sexos, as mulheres profissionais do sexo tendem a ter os seus corpos restringidos ao aparelho genital ou reprodutivo, principalmente com relação à prática do uso do preservativo.

Os dados apresentados pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004) indicam que 73,8% das profissionais do sexo brasileiras que passaram por alguma intervenção educativa utilizam o preservativo sistematicamente na atividade profissional, porém, é importante salientar que deste mesmo grupo apenas 20% mantêm a prática junto aos parceiros não pagantes.

Em Diadema, o dado inicial obtido por meio de questionários foi que 100% das prostitutas fariam uso sistemático do preservativo masculino nas relações profissionais vaginais. Porém, a partir do estabelecimento de um vínculo, descobre-se que este procedimento está sujeito a constantes relativizações, como por exemplo: junto aos clientes considerados *antigos*,

diante de necessidades financeiras extremas, devido à concorrência, ou mesmo, em outras práticas sexuais como o sexo oral. Além disso, as mulheres mais velhas e/ou consideradas menos atraentes teriam no sexo anal e na flexibilidade do uso do preservativo, recursos importantes para atrair ou manter a clientela.

Além de ter o seu uso relativizado durante o trabalho sexual, o preservativo ainda aparece como um diferencial fundamental entre as atividades com envolvimento afetivo e as atividades profissionais.

O condom é descrito com a finalidade exclusiva de proteger das DST/HIV, rodeado de desconfiança quanto a sua real eficácia na prevenção da gravidez, sob o argumento de romper com facilidade. Este discurso é ambíguo e contraditório, pois, há um quase consenso sobre a eficácia do preservativo como método de prevenção das DST, porém, descrédito quanto a sua capacidade de contracepção.

Em uma palestra ocorrida na casa 2, diante da minha persistente argumentação para que aderissem ao uso do preservativo também com os parceiros fixos ou afetivos, mediante o aumento alarmante dos casos de Aids entre mulheres casadas, uma das prostitutas propôs a seguinte comparação:

Pietra casa 2 – Se você fosse ao médico para fazer um daqueles exames (ginecológicos), você aceitaria que ele te examinasse sem as luvas? Lógico que não! Mas, se esse médico fosse seu marido, você aceitaria que ele usasse luvas prá te tocar na hora de fazer amor? (risos) Pois então... é a mesma coisa. (Diário de Campo, novembro 2005).

O tom jocoso desta observação teve o efeito de ridicularizar a idéia de prevenção com os parceiros fixos ou amorosos e delegar ao preservativo o lugar exclusivo de “equipamento de trabalho”, tal como uma luva para um ginecologista.

O preservativo tem um valor que vai além da prevenção de doenças, ele representa um limite simbólico entre os diferentes relacionamentos. No trabalho realizado em Porto Alegre por PASINI (2000b), nenhuma profissional utilizava preservativo com o parceiro fixo e todas utilizavam a pílula como método de contracepção.

Os primeiros contatos com as prostitutas revelam uma relação dupla com o corpo onde, a princípio, parece tratar-se de dois corpos: Um destinado ao trabalho sexual e, o outro, colocado para a vida familiar, amorosa e afetiva.

Mayara – Você tem que saber dividir o seu trabalho dos seus assuntos amorosos, mesmo que aconteça do cara ou de você se apaixonar. Eu trabalho com a garota que eu namoro, se eu não souber dividir o meu profissional do pessoal toda vez que ela subir pro quarto eu vou entrar em choque, da mesma forma ela (Entrevista 22/08/2006).

Não beijar na boca, não permitir ser tocada nas partes genitais, ou, mais comumente, não sentir prazer (gozar), e, principalmente, utilizar o preservativo, (PASINI, 2000a; MEDEIROS, 2002; MARTIN, 2003) são recursos freqüentes que pretendem demarcar os contornos das partes do corpo e suas sensibilidades delegadas ao o sexo comercial. “A regra básica

que pude detectar é a necessidade de estabelecer algum tipo de reserva, seja ela qual for” (GASPAR, 1985, p.114).

Esta cisão não é aleatória e está direcionada a partir da interpretação cristã da sexualidade: De um lado, o trabalho sexual entendido como expressão da sexualidade desregrada, do mal, do pecado, da doença e que, portanto solicita que se faça a prevenção das doenças; de outro, a sexualidade pura, legitimada pelo casamento e/ou pelo amor, predestinada à reprodução e que necessita de métodos seguros de contracepção.

A exposição ao perigo de contaminação (às DST/HIV) se relaciona não à ignorância ou irresponsabilidade, mas à forma como estas mulheres constroem, do ponto de vista cultural, as classificações sobre a doença. Tais classificações se justificam, fundamentam, na categoria **amor** (MARTIN, 2003, p. 44, grifo próprio).

A relação sexual identificada como sendo legítima, limpa e que dispensa a prevenção, apesar do reconhecimento da exposição para as DST/HIV, não foi apenas a que está a serviço da reprodução no contexto familiar, mas, principalmente, aquela que é exercida em nome do amor-paixão romântico.

Assim, as ações de contracepção e de prevenção realizadas acompanham a linha de demarcação: sexo por amor x sexo por dinheiro, sendo descritas e compreendidas como duas situações distintas.

O sexo por amor ou aquele que é realizado dentro do casamento é uma relação de entrega e é limpo, requer ações eficientes de contracepção, assim, a expressiva maioria das prostitutas (93%) que se relacionava com

homens na vida afetiva utilizava algum método contraceptivo, geralmente hormonal – comprimido ou injetável –, DIU (dispositivo intra-uterino), ou laqueadura, voltados para prevenir a gravidez no contexto doméstico, ou com parceiros eventuais, no contexto afetivo. Uma única entrevistada referiu utilizar o preservativo sempre, nas relações profissionais e afetivas, porque estava sem parceiro estável no momento.

Já, o sexo realizado em troca de dinheiro, é considerado sujo e solicita, além do uso do preservativo, a realização de inúmeras práticas com objetivos higiênicos, tais como:

- Duchas vaginais com ervas medicinais, entre as mais citadas, barbatimão*. A frequência destas aplicações pode variar desde uma vez ao dia, geralmente após o trabalho, até somente nos casos em que há rompimento do preservativo.

- Aplicação regular de óvulos de Albocresil (geralmente uma vez ao mês), chamados de “óvulos de limpeza”, porque propiciam a sensação de higiene. Esta medicação é utilizada sob prescrição médica para o tratamento de inúmeras patologias, entre os quais, o HPV ou condiloma acuminado*. Entretanto, a adstringência deste produto utilizado inadequadamente e de forma contínua pode resultar em alterações na mucosa e na flora vaginal.

A aprendizagem sobre tais práticas de higienização é relatada como tendo acontecido a partir do contato ou convivência com mulheres mais

* Barbatimão é uma erva conhecida por sua propriedade cicatrizante, também utilizada para hemorragias e diarreias.

* O condiloma acuminado é uma doença sexual transmitida pelo Papilomavírus humano (HPV) que provoca verrugas de tamanho variável, algumas microscópicas, comumente encontradas na região genital, porém, podem também ser encontradas na mucosa bucal.

velhas. Geralmente, as duchas vaginais são receitas das avós e das tias, já, as prescrições farmacológicas são indicações de outras profissionais do sexo mais velhas ou mesmo, dos próprios farmacêuticos.

Através da lavagem, rito de purificação, pretende-se alterar o comportamento moral em questão (...). Purificar-se após as relações sexuais, para algumas mulheres, implica tomar uma série de providências, desde lavagens as mais diversas ao uso de óvulos aos quais é atribuída a capacidade de impedir o desenvolvimento de doenças venéreas. Em parte as medidas são ditadas por concepções de higiene, ainda que especiais, mas certamente elas atuam num plano simbólico, que é o da definição do próprio corpo como não-poluído. (GASPAR, 1985, p. 115 - 117).

Os depoimentos sobre a realização de duchas e aplicação de óvulos foram, com frequência, tema das palestras. Diante do meu questionamento sobre a real necessidade de tais práticas, a resposta, invariavelmente, estava no sentimento de sujeira. Muitas prostitutas relataram uma sensação de sujeira decorrente da aderência do lubrificante dos preservativos à parede vaginal. A sugestão para que utilizassem externamente sabonetes higiênicos ou banhos de assento com Flogo-rosa foi bem aceita verbalmente, porém se mostrou restrita.

Não há consenso entre os estudiosos de que a prática de duchas higiênicas promova alterações no equilíbrio da microbiota vaginal. GIRALDO e col. (2005) referem que o fator irritativo do condom ou a deposição de sêmen na vagina poderiam, mais do que o uso de duchas, favorecer a inversão do padrão normal da flora vaginal.

A questão, porém, não se restringe à realização ou não das duchas higiênicas, mas deve ser extensiva a todo o conjunto de práticas a partir das quais as mulheres profissionais do sexo se relacionam com o próprio corpo e, principalmente a representação que estas práticas adquirem no imaginário e os objetivos que cumprem.

O sentimento de sujeira embora seja citado explicitamente pelas profissionais como decorrente do próprio uso do preservativo, secundariamente é associado ao processo de estigmatização.

As práticas higiênicas citadas – duchinhas; óvulos, etc. –, referidas por muitas prostitutas como sendo um vício, parecem fazer parte daquilo que FOUCAULT chamou de técnicas de si, ou, o conjunto de recursos

(...) que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 2003, p. 784).

No decorrer das referidas palestras, em inúmeros momentos questionei as profissionais do sexo sobre a eficiência da realização de duchas e da aplicação de óvulos na manutenção da higiene e da saúde. As respostas dadas a estes questionamentos revelaram um imaginário sobre quem é a prostituta e qual é o lugar ocupado pelo sexo-pago.

No dizer de inúmeras prostitutas acompanhadas neste trabalho, a Bíblia censura a prostituição como um grave pecado, a prostituta é uma pecadora condenada ou arrependida, mas, sempre pecadora. Para

comprovar o que estava sendo dito, a história bíblica da mulher que ia ser apedrejada quando Jesus disse: Quem não tiver pecados que atire a primeira pedra, foi citada inúmeras vezes..

Eu argumentava que ainda que prostituição fosse um pecado e isso tornasse os corpos sujos e impuros, certamente não seriam as duchas, nem os óvulos capazes de reverter esta natureza de sujeira. Além disso, a mulher bíblica, diversas vezes citadas como Madalena ou Maria Madalena, era uma adúltera e não uma prostituta, e o adultério, naquele contexto histórico, era punido com apedrejamento, não a prostituição. Desta forma, nada impedia que a prostituição fosse compreendida como um trabalho e não como um pecado.

Entre as inúmeras respostas obtidas a este tipo de intervenção, duas mulheres jovens e bonitas, realizaram o relato da seguinte situação:

Dois homens entraram no salão, falantes e animados, se aproximaram, começaram a conversar e a gastar muito com bebidas (descrição que corresponde ao bom cliente). No decorrer da conversa, as mulheres em questão perceberam, nas entrelinhas, que aqueles homens estavam ali comemorando, e a comemoração era devida a um assassinato bem sucedido. Observaram então, que, um deles, trazia os sapatos respingados de algo que parecia ser sangue. Imediatamente, uma das mulheres desvencilhou-se da situação sob algum pretexto, mas, a outra decidiu levar adiante e fez o programa com o homem que trazia os sapatos sujos.

Thaís (casa 2) – Foi o pior programa de toda a minha vida... Você já se imaginou sendo o troféu por um assassinato? Todo tempo que fiquei no quarto não me saiu da cabeça a imagem dos sapatos sujos de sangue... Você ainda diz que prostituição não é sujeira? Mesmo que eu sáísse daqui agora, essa marca vai me acompanhar pelo resto da minha vida (Diário de Campo, março 2005).

A situação utilizada para exemplificar e tornar imbatível o argumento de que a prostituição deixa o corpo sujo é subjetiva, complexa e envolve o corpo inteiro além dos afetos, e, embora o sentimento de sujeira seja extensivo ao corpo todo, as prédicas higiênicas são aplicadas sobre as partes sexuais.

Os rituais de higiene a pretexto de cuidar, higienizar o corpo, trabalham-no detalhadamente, dividem esquadrinhando suas partes mais íntimas a fim de sustentar uma ilusória certeza fortemente preconizada pelos ideais da industrialização do século XIX: A de que existem dois corpos, um que trabalha e o outro que ama, e estes corpos devem permanecer firmemente separados a fim de que a ordem seja mantida.

Para FOUCAULT

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (...) É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (FOUCAULT, 2002, p. 118).

Por outro lado, porém, ao perseguir a sujeira, as prostitutas estão, positivamente, tentando reordenar o ambiente e a sexualidade fazendo-os conforme uma idéia.

Nossa idéia de sujeira é composta de duas coisas, cuidado com a higiene e respeito por convenções. (...). Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas. Esta idéia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza. (DOUGLAS, 1976, p. 19-50).

Se há sujeira, certamente há pureza, e é em nome desta que técnicas são desenvolvidas e aplicadas sobre os corpos, no sentido de preservar imaculada uma a parcela da vida, que, forçosamente irá emparelhar com o lado sombrio e impuro, porém, tal como água e óleo, não devem se misturar. Isso quer dizer que, para as prostitutas acompanhadas neste trabalho, as tantas práticas empregadas sobre o corpo parecem atingir mais o objetivo de manter a sensação de limpeza e pureza do que o de livrar-se da sujeira.

Ao serem questionadas sobre os problemas mais importantes com relação ao corpo, as profissionais do sexo identificaram alguns aspectos da saúde sexual e reprodutiva voltados para o trabalho sexual, tais como:

- 1 – O trabalho sexual durante os dias de menstruação.
- 2 – A ausência de lubrificação vaginal.
- 3 – A tensão devido ao rompimento do preservativo, 30% referiu o rompimento de pelo menos um preservativo no decorrer de um mês.

4 – O medo de engravidar, o que inclui as experiências de gestações indesejadas, abortos e filhos decorrentes inclusive do trabalho sexual.

As prostitutas que trabalham em *prive* – em horário diurno e sem a obrigação de ingerir álcool – acreditam que a fadiga decorrente do trabalho noturno e a ingesta alcoólica freqüente a que estão submetidas as colegas que trabalham nas *casas/boates* constituem potenciais problemas de saúde.

Outras questões referentes à saúde ocupacional, como a exposição ao frio, para aquelas que trabalham nas ruas, não foram citados como problemas de saúde. O uso de sapatos de salto, geralmente altíssimo, durante todo o tempo de trabalho, é relatado por diversos autores como uma marca que caracteriza a prostituta (GASPAR, 1985; PASINI, 2000a; MEDEIROS, 2002), porém, nunca retratado como um hábito que pode ter repercussões na saúde.

No decorrer desta pesquisa, as profissionais do sexo demandaram dos profissionais de saúde do CR/DST atenção para as questões de saúde sexual e reprodutiva, tais como: marcação de consultas ginecológicas, realização dos exames ginecológicos de prevenção, mamografias, sorologias e, principalmente o uso do preservativo.

Porém, as ações técnicas desenvolvidas também estiveram durante parte expressiva deste trabalho, voltadas para esta demanda restringindo as questões de saúde das prostitutas às questões ginecológicas, excluindo não apenas as outras questões de saúde implicadas no trabalho sexual, como também dimensões importantes da saúde que extrapolam o corpo-organismo.

As reflexões sobre o reducionismo do corpo a determinadas partes, conduziram à percepção de que se tratava de um processo de medicalização. Para FOUCAULT () esta compreensão do corpo faz parte de uma estratégia biopolítica que tem como eixo a redução do corpo ao âmbito do organismo e a redução do saber ao saber médico-científico.

Este tipo de abordagem tem o particular efeito de reduzir os sujeitos e as subjetividades ao âmbito do organismo.

Nos relatos das profissionais, as práticas adotadas para lidar cotidianamente com os próprios corpos visavam resgatar as soluções encontradas para as preocupações expressas por elas mesmas.

Para restringir a menstruação de modo a possibilitar o trabalho sexual neste período, as profissionais lançam mão de três alternativas:

a – Bloquear o sangramento colocando porções de algodão umedecido no fundo da vagina.

b – Utilizar qualquer contraceptivo hormonal de modo ininterrupto, frequentemente sem acompanhamento médico.

c – Para aquelas que trabalham nas *casas/boates* e recebem comissão sobre a quantidade de bebida alcoólica consumida, uma das estratégias para evitar o ato sexual, inclusive e principalmente no período menstrual, é por meio do aumento do consumo do álcool de modo a conseguir um valor próximo ao total dos rendimentos apenas desta maneira.

2 – Para promover a lubrificação utilizam gel à base de água, porém, quando não dispõem do gel, utilizam xampu, condicionador de cabelo, vaselina, pomadas ou cremes vaginais obtidos nas Unidades de Saúde cuja

aplicação aleatória pode promover inúmeras alterações na flora e na fauna vaginais.

A xilocaína, produto anestésico local cuja base oleosa pode interferir na qualidade do látex do preservativo, também foi citado como sendo utilizado para facilitar a penetração e propiciar menos desconforto nas relações de sexo anal. Este produto pode mascarar possíveis lesões decorrentes da atividade sexual devido ao seu efeito anestésico. Além disso, algumas prostitutas dispensavam o uso do preservativo nas relações anais acreditando ser esta modalidade sexual menos arriscada para contrair DST/HIV, já que é uma relação estéril desde o ponto de vista reprodutivo.

Os dados sobre o uso do preservativo pelas mulheres profissionais do sexo apresentados pelo Ministério da Saúde (2004) indicam que o preservativo é menos freqüente nas práticas de sexo anal, inclusive no grupo que havia recebido intervenção educativa.

3 – Quanto ao medo de engravidar ou se infectar devido ao rompimento do preservativo:

a – Fazem duchas com água morna e ervas supondo que desta forma eliminam mais rapidamente a secreção sexual do homem e promovem a diminuição da possibilidade de contraírem DST e/ou gravidez.

b – Aplicam óvulos de Albocresil.

c – Utilizam a contracepção de emergência, às vezes, simultaneamente com o anticoncepcional regular.

O uso relatado do preservativo masculino se mostrou surpreendente (100%), no entanto, outras práticas com relação ao corpo podem apresentar

interferência direta na saúde sexual e, conseqüentemente, na qualidade da prevenção às DST/HIV, tais como:

- O uso óvulos abrasivos.
- A crença na esterilidade da relação anal para a transmissão do HIV.
- O uso de tampões de algodão como recurso para conter o fluxo menstrual.
- O uso de lubrificantes de base oleosa, pomadas e cremes vaginais com objetivo de promover a lubrificação vaginal ou anal.

Ao se buscar identificar os possíveis motivos para o rompimento do preservativo – exposição ao calor, inadequação na colocação, etc. – as profissionais referiram que a falta de lubrificação e o uso dos tampões de algodão são fatores que predisporiam ao rompimento.

Este quadro nos conta muito sobre uma compreensão de corpo e de saúde. Positivamente, as prostitutas buscam exercitar a autonomia sobre os seus corpos, fazendo-o desde um determinado ponto de vista que alia:

- O aprendizado histórico obtido com as mulheres mais velhas.
- As informações e insumos obtidos nos serviços de saúde e farmácias.
- A consideração pelo amor romântico.

O reconhecimento e qualificação de tais práticas, foi de fundamental importância para o levantamento de questões e reflexões sobre as tecnologias disponíveis de contracepção e prevenção.

Os métodos contraceptivos adotados interferem diretamente na transmissão dos agentes causadores das DST, podendo aumentar ou diminuir a exposição a estes agentes.

A discussão sobre a possibilidade de eleger métodos que atendessem ao duplo objetivo de contracepção e prevenção e, ainda propiciasse recursos para o trabalho sexual no período menstrual, envolveu uma reflexão sobre as possibilidades existentes no mercado abarcando, por um lado os posicionamentos teóricos, e, por outro, a escuta ativa das experiências vividas por estas prostitutas.

A camisinha feminina é um dos insumos ofertados pelo Programa de DST/HIV que, no decorrer dos quatro anos de realização deste trabalho, dispôs para as mulheres profissionais do sexo em média cinco preservativos femininos ao mês, com exceção do período de um ano em que o município participou da pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde sobre aceitabilidade, quando, excepcionalmente a cota disponível foi de 12 preservativos mensais.

Embora a camisinha feminina seja tão eficaz quanto a masculina e com boa aceitação verbal, por ser visível e de custo elevado, sua aceitação na prática requer negociação com o parceiro e condições de acesso. Menos do que 10% das profissionais acompanhadas neste trabalho acabaram aderindo de fato ao uso sistemático do preservativo feminino ultrapassado o período inicial de um mês, e, geralmente o faziam no período menstrual como alternativa para os tampões de algodão, ou, com os clientes que solicitavam a relação sem o preservativo masculino.

Porém, para estas poucas prostitutas este insumo adquiria importância significativa na promoção do sentimento de autonomia e higiene em relação

ao corpo, sendo freqüente solicitarem para si a cota das colegas que dispensavam este insumo.

O diafragma era praticamente desconhecido e freqüentemente confundido com o DIU. O contato físico e visual com os dois métodos e a informação de que cada um deles promove exposições muito diferenciadas às DST foi recebida com surpresa e curiosidade.

Enquanto um método de barreira, o uso do diafragma já foi associado a um menor risco de ocorrência de gonorréia, de doença inflamatória pélvica, e de câncer cérvico uterino (STONE e col., 1990), fatos compreensíveis devido à proteção conferida ao colo do útero (LAGO, 1996).

Quanto aos contraceptivos hormonais – injetável ou pílula –, largamente utilizados pelas prostitutas acompanhadas neste trabalho, a maior parte das investigações é contraditória quanto ao fato de predispor ou não a mulher ao HIV. Os hormônios, principalmente a base de progesterona, aumentam de maneira importante a irrigação sanguínea da vagina, propiciando micro rompimentos dos vasos capilares que, teoricamente, predisporiam a mulher ao HIV (LIGUORI, 1996).

O DIU – dispositivo intra-uterino – aumenta o risco de ocorrência de doença inflamatória pélvica, e, teoricamente, a irritação constante produzida por um corpo estranho no útero e o processo inflamatório decorrente geram a presença de macrófagos e linfócitos, células preferencialmente infectadas pelo HIV (LIGUORI, 1996).

Gollub, citado por BARBOSA (2000), propõe uma pirâmide hierárquica de prevenção, a partir da qual a mulher, em posse das informações

necessárias acerca da eficácia de cada método, possa adotar aquele que melhor se adequar à determinada situação.

O diafragma mostrou-se o único recurso mecânico e não visível, até o presente momento, capaz de promover a contenção do sangramento menstrual durante o período de uma ou duas horas podendo ser utilizado como substituto dos tampões de algodão propiciando a realização de programas no período menstrual. As alternativas para o mesmo objetivo seriam:

- A camisinha feminina, que é visível e de alto custo.
- Os anticoncepcionais hormonais, injetáveis ou comprimidos, utilizados diariamente ou trimestralmente, porém de modo contínuo. Esta escolha deve ser avaliada junto com um médico considerando fatores como: condições gerais de saúde, idade e tabagismo.

O diafragma foi sugerido também como um recurso para ser utilizado junto aos parceiros afetivos estáveis ou eventuais.

(...) Precisamos promover discussões de outras formas de prevenção, além do preservativo masculino, em todos os espaços possíveis. (...); deve-se considerar a questão da hierarquia de risco e que, do ponto de vista da saúde pública, alguma proteção é melhor do que nenhuma (SANTOS e cols., 2002, p. 23).

A receptividade e adesão ao diafragma seguiram o mesmo padrão do preservativo feminino com a vantagem de ser mais econômico e não visível. O Programa Municipal de DST/HIV dispunha de um número suficiente de diafragmas de modo que aproximadamente 25% da população de

profissionais do sexo (aproximadamente 40 mulheres) fizeram a medição no decorrer de três anos, receberam o insumo e iniciaram o uso, porém, destas, aproximadamente 20% (sete mulheres) deram continuidade. Entre as que interromperam o uso, apenas uma mulher referiu ter sido devido a sintomas físicos, como ardência e dificuldade para urinar, o restante, embora concordassem se tratar de um instrumento confortável e de fácil utilização justificava que o esqueciam em casa, ou mesmo, quando estavam com ele na bolsa, esqueciam de realizar a colocação.

A discussão sobre a relação entre os métodos contraceptivos e os diferentes impactos na transmissão das DST/HIV deve enfrentar o processo de medicalização que (1) delegou ao preservativo o lugar de alternativa preventiva única e infalível e (2) restringiu grandemente a contracepção ao uso de hormônios.

Conhecer como cada um dos métodos de contracepção e/ou prevenção disponíveis no mercado funciona e eleger aquele que parecer mais adequado para determinado contexto é um exercício de autonomia e um direito que vem sendo negado à todas as mulheres, inclusive às prostitutas.

Quais são as alternativas propostas às tradicionais formas de prevenção (preservativo feminino/masculino)? Quais são os métodos contraceptivos disponíveis e estimulados? Como vem sendo conduzida a discussão sobre a ocorrência de abortos que, como em todos os lugares, existe? Qual é o lugar delegado às especificidades das mulheres negras,

das lésbicas, das idosas, das adolescentes que também são das prostitutas?

Qual é a ideologia que atravessa e organiza estas práticas?

Estas questões requerem atenção para que os trabalhos voltados para a prevenção não sejam extensões do processo de medicalização presente em nossa sociedade.

Tendo como base um discurso fortemente fundamentado nos argumentos e práticas médicas, a mulher vem sendo progressivamente destituída do lugar de quem conhece o seu corpo. O discurso médico tende a desqualificar o diafragma como um método de contracepção ou, mesmo, de contenção temporária do sangramento menstrual, alegando que as mulheres não se tocam, conhecem pouco seus corpos e por isso não realizam a colocação adequadamente.

Muito mais do que o DIU, ou, os contraceptivos hormonais injetáveis, o diafragma permite à mulher evitar a gravidez, ou conter o sangramento, no momento em que ela assim o deseje. Este fato, no entanto, é subestimado perante a eficácia oferecida pelos outros métodos, revelando a resistência a um instrumento capaz de dar alguma autonomia para a mulher na relação com o seu corpo.

Realmente, um número muito pequeno de prostitutas aderiu de fato ao uso do diafragma, no entanto, para estas, este insumo possui a representação de libertação, de autonomia, de controle em relação ao próprio corpo. A disponibilização de aproximadamente 70 diafragmas para as prostitutas só foi possível porque esta quantidade era remanescente das

ações desenvolvidas na década de 1990, quando este insumo fazia parte das políticas de saúde da mulher do município.

O diafragma, assim como outros dispositivos mecânicos de fácil uso e manutenção, precisam ser urgentemente pesquisados, inclusive na condição de instrumentos possíveis de promover a redução à exposição às DST/HIV, dando às mulheres que têm o direito de se recusar a manter as relações com o preservativo masculino, alternativa para além do restrito acesso ao preservativo feminino.

Além da contracepção, para as prostitutas o sangramento menstrual constitui um impeditivo para o trabalho revelando que a necessidade de alternativas. Além dos tampões, o consumo de álcool é utilizado frequentemente.

O uso do álcool, no contexto da prostituição em casas e boates, não está relacionado às possíveis dependências ou à socialização. As prostitutas recebem comissões para cada *drink* consumido por ela ou pelo cliente, o que pode se tornar uma importante estratégia para obter os rendimentos prescindindo do ato sexual.

Susy – Existem dias que você não está a fins, entendeu? Isso acontece com todo mundo, com qualquer mulher: ou porque tá apaixonada, ou porque brigou com o namorado, tá menstruada, de bode, de saco cheio, como qualquer um. Mas aí você tem que trabalhar, tem que garantir aquele dinheiro, tem as contas que já venceram ou tão vencendo, é quando as meninas bebem mesmo. (Diário de Campo, fevereiro 2006).

Nos dias em que, por alguma razão, há uma indisposição para o ato sexual, a ingesta alcoólica pode chegar ao equivalente a vinte e cinco garrafas de coquetel de vodka (5% de álcool) em uma noite. Existem estratégias desenvolvidas que visam simular um consumo superior ao que de fato é realizado, como por exemplo, esvaziar a garrafa entre uma ida e outra ao banheiro, ou trocar o coquetel com uma colega, ou ainda, embebedar o cliente de modo que ele contrate o programa e não tenha condições físicas para realizá-lo.

Apesar destes recursos, o consumo cotidiano de álcool apresentou-se expressivo, fato que motivou propor um acordo junto com as gerências e aos *barmen* para que os *drinks* e coquetéis destinados às profissionais fossem realizados com menor teor alcoólico sem que isso implicasse em perdas nas comissões. Embora a sugestão tenha sido bem aceita, a objeção foi de que, muitas vezes, o cliente experimenta o coquetel para avaliar o teor alcoólico e se recusa a pagar bebidas com pouco ou sem nenhum álcool porque quer que a profissional esteja pelo menos ligeiramente embriagada durante a realização do *programa*.

Entre as prostitutas entrevistadas, apenas uma referiu não fazer uso de álcool ou outras drogas, sendo que 93% relatam ingerir álcool sistematicamente durante o trabalho, e, 9% não conseguem trabalhar sem álcool.

Os dados apresentados pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004, p. 39) indicam que a prevalência para o uso do álcool é de 65% e independe de as profissionais terem ou não sido submetidas a alguma intervenção da área de

prevenção em DST/HIV. Segundo MARTIN (2003, p. 113), uma pesquisa realizada no Centro Velho de Santos (SP) mostrou que a principal droga consumida pelas prostitutas é o álcool.

Entre as prostitutas acompanhadas neste trabalho, o uso de outras drogas apareceu associado ao álcool: 9% referiram uso de cocaína e álcool, e 2% álcool, cocaína e maconha. Os dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004) indicam que depois do álcool as drogas mais consumidas pelas profissionais do sexo são: a maconha com percentual de uso em torno de 16%, a cocaína com 11%, os tranqüilizantes 7%, e o *crack*, 4,3%.

É interessante notar que os dados a respeito do uso do *crack* parecem pequenos quando comparados com as informações colhidas em campo após o estabelecimento de um vínculo. Para as prostitutas acompanhadas neste trabalho, embora a preocupação expressa publicamente no decorrer dos encontros tenha sido enfática com relação ao álcool e não tenham aparecido relatos do uso do *crack*, com o passar do tempo, algumas procuraram individualmente os profissionais de saúde a fim de referir a dependência e solicitar algum tipo de ajuda ou tratamento.

Foram realizados inúmeros encaminhamentos para o Espaço Fernando Ramos da Silva, instituição municipal que tem como objetivo acolher, orientar e ofertar tratamento para usuários de drogas e seus familiares. Para aquelas que não manifestavam o desejo de parar com o uso, ou, mostravam-se preocupadas com o fato de o(s) parceiro(s) – pagantes ou não – fazerem uso de alguma droga, foram realizadas as orientações de Redução de Danos.

A associação entre prostituição e uso de drogas é histórica e delicada. RAGO (1991, p. 102) nos conta que nos bordéis paulistanos do início do século XX havia um consumo crescente de cocaína, morfina, ópio, éter, e, em menor escala, maconha

(...) quase todas as prostitutas eram cocainófilas. Considerava-se que entre as que moravam em pensões e cabarés, cerca de 95% eram viciadas e recebiam a droga gratuitamente dos fregueses da casa.

Porém, as estatísticas alarmantes expressas nas páginas dos jornais e em pesquisas acadêmicas abarcavam também as moças de família, como indica esta notícia do Jornal do Comércio 30.09.1921:

Nas casas de família, o vício que está em moda é a trivalerine em injeções e o ether. As meninas casadoiras, freqüentadoras das estações termais e balneárias, dos bailes chics, pouco a pouco foram tomando conhecimento desse terrível flagelo e hoje formam, em grande quantidade, ao lado das mais viciadas prostitutas (RAGO, 1991, p. 101).

Embora as prostitutas fossem responsabilizadas pela existência de jovens viciados(as), nem o Serviço Sanitário nem a Delegacia de Costumes dispunham de estatísticas oficiais para informar essas suposições (RAGO, 1991).

A polêmica e histórica discussão sobre a associação entre prostituição e uso de drogas legais e ilegais deve ser realizada considerando a dinâmica existente no contexto social mais amplo, já que, na contemporaneidade o

uso eventual ou abusivo de drogas se encontra disseminado em todo o corpo social e, embora alguns grupos ou camadas sociais apresentem concentração no uso de determinadas drogas, este fato revela conjunções sociais, culturais, econômicas e políticas complexas não devendo ser simplificado ou reduzido.

Trabalhando com as profissionais do sexo pude perceber as questões de saúde apontadas apresentam inúmeros pontos de convergência com importantes e atuais problemas de saúde, como o uso abusivo de drogas, bem como com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres em geral.

O que as diferencia é a intensa produção que prima pelas práticas higiênicas e estéticas. Estas últimas incluem desde o cabelo, até os sapatos, passando pelas roupas e maquiagem, e, não raramente possuem maior relevância para as profissionais do sexo do que as questões de saúde preventiva.

Não concordo com os depoimentos das travestis transcritos nos trabalhos de PELUCIO (2007) e KULICK (2008) onde as prostitutas mulheres são retratadas como menos dedicadas à promoção do corpo do que as travestis. Eu diria que as técnicas implicadas nos respectivos processos são diferentes, porém, acompanhando prostitutas e *trans* que trabalham com o comércio do sexo pude compreender que o corpo é a alma da prostituição e, quando uma mulher deixa de investir nele está em um momento decadente e difícil, assim como pode acontecer com uma travesti.

Há um momento em que o corpo declina apesar de todos os esforços: a mulher engorda, o silicone da travesti “escorrega” para o tornozelo, a idade

chega para todas e, com ela, às vezes, um descuidar-se não apenas na aparência, mas também em relação à saúde e à prevenção das DST/HIV.

A prostituição se assenta no corpo e um corpo mal cuidado, gasto, envelhecido, será mal avaliado no mercado sexual. Todos os recursos corporais devem ser utilizados com o objetivo de promover a produção e circulação de capital financeiro e social não apenas por meio do ato sexual propriamente dito, mas também explorando o máximo da sedução e fantasia que existe no entorno, na aura do corpo.

7 CONSIDERAÇÕES

A experiência da prostituição, filha da modernidade, nos ensina que ela caminha na contramão da proposta de integrar: A prostituição não foi feita para integrar, ela atesta e promove a fragmentação dos sujeitos modernos.

Aquilo que convencionamos chamar de prostituição solicita dos envolvidos – quem exerce e quem consome – uma operação complexa que envolve principalmente, o empenho de promover uma incisão sobre importantes dimensões que fazem parte da experiência humana: os espaços, o tempo, as regras e o corpo.

Os ideais regulamentaristas consonantes com o processo de industrialização ocorrido nas primeiras décadas do século XX determinam que vida pessoal e trabalho não devem se misturar, parecem conduzir as prostitutas acompanhadas neste trabalho, ditando a diretriz de como e por onde conduzir seus corpos. A prostituição de mulheres se insere em um modelo extensivo aos sujeitos modernos que tiveram os seus tempos e espaços de trabalho, de vida e de saber, dissociados no decorrer da implantação do sistema capitalista-industrial.

Em Diadema, os espaços de trabalho destinados às prostitutas são fechados e bem delimitados: a *casa/boate*, o *prive*, o bar. O *prive* é apresentado em oposição a *casa/boate*, pois, embora os procedimentos de trabalho guardem inúmeras semelhanças, como as regras, as diferenças no

contrato com o cliente e a possibilidade de trabalho coletivizado colocam-no em oposição a casa/boate. O bar, que permanece aberto durante 24 horas, sugeriu ser o espaço onde as regras, os contratos, e até mesmo, o tempo de trabalho pode ser relativo implicando em procedimentos mais desgastantes.

Diferentemente do observado entre as prostitutas, para as travestis*, os espaços de trabalho sexual e de vida pessoal são contíguos, a rua é extensão da casa onde moram, não raramente, as pessoas com quem se divide o quarto, são as mesmas com quem se divide o *ponto*.

Todos os espaços de prostituição de mulheres e travestis em Diadema, a despeito das suas particularidades, guardam oposição com a casa paterna ou com a vida conjugal, afetiva ou amorosa.

Porém, enquanto para as prostitutas esta contraposição se dá em termos do território, para as travestis (excetuando a fase transformista), é o *tempo* o organizador desta oposição. Isso quer dizer que, não necessariamente as travestis estão longe dos seus familiares, ou preocupadas que as redes não se cruzem, mas é o elemento *tempo*, mais do que o fator *espaço*, o organizador desta oposição. Para as travestis, a travestilidade não é uma ocupação, mas um modo de vida no qual a prostituição se insere.

O *tempo* é o segundo organizador do trabalho sexual, e, como o território é um referencial laboral para as mulheres e existencial para as travestis. O *antes* e o *depois* para as prostitutas são dados pelo registro da

* Devido ao numero bastante restrito de sujeitos que se identificaram como transexuais no decorrer desse trabalho, as considerações serão tecidas apenas sobre as travestis.

entrada na *vida*, marcado, geralmente pela realização do primeiro *programa*. Para as travestis, a primeira colocação de silicone demarca esta temporalidade.

O *depois* para as prostitutas se divide em *novatas* e *veteranas*. A *novata* pode ser uma jovem recém-iniciada, pode ser também uma mulher experiente desconhecida naquele ambiente. Esse é um dos principais motivos para a mudança constante de local de trabalho: é preciso ser sempre uma *novata*. A *veterana* de uma casa pode ser *novata* na outra, até que, o fator tempo de trabalho se soma à idade conduzindo a profissional a um limite de esgotamento naquele mercado.

Não foi identificado um limite de idade preciso para que a mulher fosse considerada velha, as sugestões giraram em torno de 30 anos, mas a questão do ficar gorda, parecer gasta, cansada, aquelas que param de se cuidar, parece prevalecer sobre a idade cronológica.

Para as travestis, a divisão em *das antigas* e *as novas* não é um marcador laboral, mas geracional, pois distingue traços de comportamentos e formas de agir e pensar característicos da geração a que pertencem e conivente com o respectivo discurso presente na sociedade mais ampla.

As travestis com idade em torno dos 40 anos ou mais, tenderam a se considerar *das antigas* mantendo um modelo de apresentação mais discreto do que as mais jovens, convencional às décadas dos anos 1960 e 1970 quando a travestilidade se tornou popularmente conhecida devido à presença de *trans* famosas no meio artístico. Embora este retrato não constitua uma regra, geralmente para estas travestis mais velhas a fase do

silicone ou do *glamour* já passou, a do hormônio também, muitas estão colhendo os maus frutos destes tempos, ou presenciaram a decadência de outras e procuram orientar as mais jovens que, segundo dizem, são rebeldes e vivem à revelia de qualquer um.

As *antigas* são chamadas de tias, às vezes tias velhas e frustradas pelas mais jovens, que, não raramente interpretam as orientações como expressão de inveja ou ciúmes.

Este discurso tem o peculiar efeito de promover uma divisão geracional entre as travestis. Faz parte da aventura do adolescer correr riscos e desafiar, soma-se a isto o padrão da masculinidade normativa onde a exposição ao perigo constitui um ritual de passagem que faz da coragem um valor a ser cultuado. Estes ingredientes presentes na adolescência urbana contemporânea também perpassam as travestis mais jovens, e vem sendo borrados mediante a idéia de que a travestilidade se encontra impermeável aos determinantes e movimentos da sociedade mais ampla.

Um terceiro e importante referencial identificado na vida destas profissionais do sexo foi a presença das regras. Para as prostitutas em Diadema, que trabalham exclusivamente dentro de locais fechados, as *regras* são consoantes com as normas disciplinares que regem as ocupações institucionalizadas: horário, modos de vestir e de se comportar, etc. Para as travestis, as regras remetem à convivência cotidiana na qual a prostituição pode se inserir como parte de um modo de vida maior.

Entre as travestis os limites são menos claros, mais subjetivos, e a punição mais severa. Os conflitos entre prostitutas e gerência/proprietário

são muito diferentes das brigas entre as travestis e suas cafetinas. A pergunta: Qual é a punição para quem não cumpre a *regra*, é respondida de forma muito diferente por gerentes de prostitutas e cafetinas de travestis. Os primeiros tendem a resolver os conflitos por meio de mecanismos institucionalizados como multas, suspensão, ou expulsões da casa, os segundos, podem envolver situações de extremada violência ou, até mesmo, a morte.

A *regra* que emergiu como elo comum entre prostitutas e travestis é a do sigilo com relação aos e as clientes. Os e as clientes, principalmente aqueles que rompem com os papéis sexo/gênero socialmente estabelecidos, deve ter suas identidades cuidadosamente borradas.

O corpo é o suporte da prostituição para fazer cumprir as regras, as transições no tempo e as transações no território. No entanto, o corpo do e da cliente aparece invisibilizado. O referencial de prostituição parece seguir sendo quem oferta e não quem consome.

Para as mulheres, o corpo prostituído é separado por meio de inúmeros mecanismos da identidade de mulher, de tal modo que não a contamine. Este corpo é sentido como um elemento poluído, que precisa ser cuidado, purificado. Para as travestis, o corpo travestido, bem feito, todo hormonizado ou siliconado parece ser a realização de um sonho que causa intensa gratificação. Esse corpo, assim como o das mulheres, exige intensos cuidados, porém, voltados para exaltá-lo.

O estigma depositado sobre as profissionais do sexo tem diversos efeitos, entre eles o de colocar atrás deste rótulo realidades de vida muito distintas.

O único denominador comum entre prostitutas e travestis encontrado no decorrer deste trabalho, está na compreensão de que tanto as prostitutas, como as travestis profissionais do sexo, como os clientes, quem oferta e quem compra, vivem a experiência do trabalho sexual com a consciência de que partilham um entre os vários mundos possíveis.

As profissionais do sexo transitam com os seus corpos entre as múltiplas realidades e contam a experiência do trânsito, do ir e vir, às vezes ao estilo discreto e dissimulado das mulheres maduras, outras, na velocidade intempestiva de um adolescente transformista, ou, ainda, na máscara sem rosto e sem nome do e da cliente.

No mundo do sexo comercial todos são anônimos, e para tal, fragmentam-se, tudo é difuso e fugaz em um mundo feito para a realização das fantasias e vazão das sexualidades, em particular, dos homens. As supostas identidades se dissolvem e, até mesmo, a fatura do pagamento pelos serviços obtidos sairá em nome de um restaurante ou alguma borracharia.

A prostituição expressa a experiência da fluidez dos papéis sociais de tal modo que, mulheres consomem prostituição de mulheres, homens pedem para ser penetrados. Um dos silêncios presente neste trabalho está na fala dos homens que solicitam para as prostitutas ou para as travestis que desejam ser penetrados e/ou querem vestir ligas e calcinhas, ou querem

apanhar, no “faz de conta” de quatro paredes de uma *casa/boate*, de um grupo de prostitutas ofendidas, ou violentamente na rua no embate com as travestis. Estes homens fazem no espaço privado a operação inversa que fazem as travestis no espaço público: querem ser frágeis sem deixar de ser fortes, querem se *fazer de* mulheres sem deixar de ser homens.

Esta figuração complementa o modelo heteronormativo, ao mesmo tempo em que afronta o jeito “normal” ao legitimar espaços onde o sexo sem amor, o sexo por prazer, simplesmente lúdico, em grupo ou solitário, supostamente proscrito da natureza humana, se apresenta e se realiza.

Neste transito se encontram os movimentos migratórios, inclusive para fora do país. As travestis e prostitutas acompanhadas nesse trabalho, em Diadema, são majoritariamente migrantes de outros lugares do país. Em Barcelona, a expressiva maioria das profissionais do sexo, é estrangeira, oriundas de países africanos, do leste europeu e de países da América do Sul. A crença em certa exotividade sobre a sexualidade brasileira faz com que as profissionais do sexo brasileiras tenham lugar de destaque, principalmente as travestis. Este panorama nos leva a crer que a prostituição pode ter forte relação com os movimentos migratórios.

Ao revisitar as conexões históricas entre a prostituição e a saúde pública, nos deparamos com os eixos do direito e da polícia. Quem detém o poder sobre os corpos, inclusive sexuais? A resposta a esta questão abarca diversas áreas, entre as quais, o Direito, a Filosofia, a Medicina e, principalmente, as pessoas envolvidas.

Para a Saúde, neste trabalho, nos cabe questionar como pautar ações que não sejam uma reedição da política de controle aos corpos marginais. Ações que promovam a autonomia e o direito sobre o corpo, e, ao mesmo tempo sejam coniventes com um contrato social suficientemente forte para conter aquilo que, consensualmente for considerado abusivo.

A construção discursiva sobre a normalidade remete à questão sobre como e onde estabelecer os limites do possível, como traçar as regras da convivência, do respeito a um código ou acordo social? Como revitalizar os códigos sociais que já estão validados?

São questões que as próprias prostitutas e travestis responderam no decorrer deste trabalho: Existem regras no trabalho sexual que têm como objetivos mecanizar o corpo e adestrar a capacidade de sentir e de pensar. São as regras criadas pelos organizadores do comércio sexual e seguem o modelo das instituições em geral.

Existem outras regras, no entanto, constituídas a partir de consensos internos que remete a restrição de situações envolvendo, ainda que em simulação, representações de pedofilia ou incesto.

Como estabelecer o limiar entre situações socialmente aceitas, ou, pelo menos bem toleradas, como o trabalho sexual, de outras que demandam algum tipo de intervenção e, de outras ainda que dever ser reprimidas, como o tráfico involuntário ou enganoso e a pedofilia?

A falta de clareza na delimitação destas fronteiras só favorece a continuidade de situações que aviltam contra a liberdade e a dignidade

humanas e não enobrece as e os profissionais que, deliberadamente, exercem as suas atividades.

O modelo atual de prevenção às DST/HIV voltado para profissionais do sexo remete pelo menos a duas questões centrais de saúde.

A primeira diz respeito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Como estão sendo pensados e organizados os trabalhos voltados para abordar as mulheres na relação com a saúde?

No decorrer do meu trabalho como profissional do CR/DST-Aids Diadema, chamou à atenção a falta de alternativas às tradicionais formas de prevenção (preservativo feminino/masculino) para as mulheres que, por diferentes razões, não lançam mão destes recursos, bem como, a ausência de informações sobre os diferentes impactos na transmissão das DST/HIV promovidos pelos métodos contraceptivos disponíveis no mercado, esse panorama é extensivo ao que presenciei nos serviços de saúde em Barcelona. Questões importantes da saúde sexual e reprodutiva de interesse de todas mulheres são silenciadas em prol da medicalização.

A discussão sobre o trabalho de prevenção junto às prostitutas deveria ser realizada conjuntamente com os trabalhos voltados para a saúde sexual e reprodutiva de todas as mulheres.

Já, as especificidades de saúde decorrentes do trabalho sexual devem ser compreendidas desde o ponto de vista da saúde ocupacional. A necessidade de trabalhar durante o período menstrual, a impossibilidade de suspender a atividade sexual para atender às prescrições médicas de aplicação de cremes e/ou pomadas vaginais (ainda que por “apenas” sete

dias), o impacto do trabalho noturno, o uso de álcool condicionado ao trabalho, o uso freqüente de saltos altos, a exposição às DST por meio do sexo oral, inclusive entre mulheres, entre outras, precisam ser ouvidas para além da distribuição de preservativos. Considerando a questão premente da falta de insumos para a prevenção das DST no sexo oral entre mulheres, a atenção à saúde bucal também deveria ser priorizada.

Além disso, a categoria *tempo*, identificada neste trabalho de pesquisa como um importante organizador para a vida das prostitutas e das travestis, merece relevância.

A medida que as prostitutas se tornam velhas (a partir do referencial do mercado sexual), tendem a flexibilizar todas as regras do contrato, inclusive com relação ao uso do preservativo. Se considerarmos a existência de *novatas* e *veteranas*, vamos encontrar dentro de um mesmo local de trabalho modos de agir e estabelecer valores, necessidades e demandas muito distintas que deveriam ser levados em consideração nas ações de saúde. O fator *tempo* é um divisor na vida de uma prostituta que, ao defrontar-se com ele, freqüentemente vê como futuro tornar-se dona de um *prive* ou gerente de uma casa, possibilidades que se não forem viáveis, possivelmente implicarão na continuidade do trabalho sexual em pé de desigualdade com as mais jovens.

Com relação às travestis, as questões de saúde remetem menos às questões ocupacionais da prostituição e mais ao estilo de vida. A utilização de hormônios, a aplicação do silicone, todo o processo de transformação é realizado às margens das instituições formais.

As abordagens de saúde realizadas no decorrer desta pesquisa tenderam a restringir a travesti e o mundo da travestilidade como intrínseco à prostituição, desconsiderando elementos fundamentais como a divisão geracional. As travestis mais *antigas* e as *novas* possuem concepções distintas de corpo e diferem no modo como se conduzem na vida.

O estigma depositado sobre as profissionais do sexo são extensivos a todo o corpo social, abarcando inclusive técnicos/pesquisadores e dificultando a percepção das diferenças.

A manutenção ou desconstrução destes estigmas depende mais de ações junto às instituições mais amplas, como as de ensino, inclusive com os pais, do que de palestras realizadas junto às profissionais do sexo, ações que vão se defrontar sempre com o duro exercício de tentar sensibilizar uma profissional do sexo para a idéia de que “ser puta pode ser profissional”.

A chave prostituta, ou, a chave travesti quando tomadas isoladamente impedem o contato com a integralidade da saúde destas pessoas. A realidade na sua dimensão concreta, financeira, social, mas também, a realidade discursiva, construída e significada cotidianamente com inúmeros pontos de conexão com as redes discursivas mais amplas, a partir das quais valores importantes são compartilhados e direcionam modos de vida.

Aquilo que se convencionou chamar de prostituição nada mais é do que uma possibilidade de vivenciar ou experimentar o trânsito entre vários modelos possíveis para se viver o sexo, o corpo, o amor, as fantasias, o medo, o trabalho, o dinheiro, o poder. Modelos de como se viver, e, muitas vezes, sobreviver, diante de condições que impelem seguir adiante.

POST SCRIPTUM

O HAPPY END DA TRAVESTILIDADE

Campo dia 03 de outubro de 2008.

Campo dia 03 de outubro de 2008.

Estive longe dos campos durante um ano (maio 2007 / maio 2008) e, neste período, Solange se separou do companheiro, encontrou outro namorado com quem passou a conviver e estava morando em uma casa próxima de onde se mudou a irmã, porém, não viviam mais juntas.

Maíra estava alocada em um sobrado onde, nos cômodos de baixo, habitavam entre vinte e trinta travestis e, na parte de cima (três cômodos), residiam o casal (Maíra e Adriana) e apenas duas travestis. A casa permanecia sempre trancada com um cadeado no portão, chave na porta e um circuito de TV vigiava permanentemente a rua.

Os gritos e algazarras característicos da outra moradia haviam silenciado e os antigos problemas: uso descontrolado de *crack*, violência doméstica, etc., pareciam, senão extintos, amenizados. Uma quantidade expressiva de travestis (20/30) convivia aparentemente de forma pacífica e tranqüila entre a casa e a rua.

Estou fazendo as últimas visitas aos campos para encerrar o doutorado. No dia 03 de outubro, juntamente com um amigo, fui à casa das travestis, tinha diversos objetivos, entre eles fazer as últimas observações e conhecer Maria Bianca, a esperada filha de Maíra com Adriana.

Maria Bianca é a terceira filha do casal. A primeira deve estar atualmente com aproximadamente três ou quatro anos de idade e vive com a mãe de Adriana, a segunda terminou em aborto por volta do 6º mês devido à violência doméstica. Finalmente... Maria Bianca! Era com sinceridade e partilha com alguns membros da equipe da UBS de referência que eu comemorava o seu nascimento.

Queria também saber o quê Solange e Maíra haviam achado do texto que eu escrevi sobre eles e reiterar o convite para a devolutiva sobre o doutorado.

Entre curiosa e ansiosa chegamos: 6ª. Feira, por volta das 19 h, estava tudo escuro e trancado, aparentemente não tinha ninguém. Telefonei para Solange que me garantiu ter gente na casa e rapidamente se encaminhou para o local. Sim, tinha gente, batemos palmas e entramos.

Maíra, Adriana e Maria Bianca estavam no quarto, junto, uma amiga a quem Maíra se disse muito afeiçoada, pessoa muito querida que, segundo ela, estava deprimida e precisava da minha ajuda. Sugeri que procurasse a psicóloga da UBS de referência, como já estava sendo realizado acompanhamento, me ative com Maria Bianca nos braços enquanto Maíra discorria sobre os seus planos para o futuro da filha:

Maria Bianca não ia ficar aos 14 anos se esfregando pelos muros com os moleques da escola, Maria Bianca só transaria aos 18 anos de idade, antes disso nem pensar! Ia se dedicar aos estudos, etc.

Por aí afora Maíra descreveu os valores que determinariam a educação da sua filha, e eram os mais convencionais possíveis. Rimos todos e eu acreditei que estava em vias de encerrar o meu doutorado com um Happy End da travestilidade.

Solange e Maíra tinham lido o trabalho “O sexo sem lei, o poder sem rei”, gostaram, mas tinham uma crítica: Eu tinha resumido muito, poderia ter escrito um pouquinho mais. É verdade que tem coisas que não são para ser escritas, enfatizou Maíra, porém, eu havia encurtado demais a história. Prometi que escreveria um pouco mais no doutorado, mas de qualquer maneira, a íntegra da entrevista realmente ficaria para outra ocasião.

Maíra garantiu que escreveríamos um livro, aliás, o livro já estava escrito, era a transcrição da entrevista e faltava apenas uma grande confusão, uma bagunça daquelas boas mesmo, para sair como publicação.

Sáímos de lá e os comentários foram inevitáveis. Maíra havia se transformado. “Nossa!” Disse meu companheiro, “O que não fez uma criança na vida da pessoa!” Foram inevitáveis também, os comentários sobre o modelo de educação que esperava Maria Bianca.

AÍ BICHA! VOCÊ PERDEU!

Sábado de manhã, 11 de outubro de 2008, enquanto escrevia e concluía o capítulo a respeito das travestis, a agente de saúde do CR/DST Aids me telefonou para dar uma notícia “ruim”: Maíra tinha sido morta.

A agente não conseguia ter mais informações a respeito e me pedia ajuda para entrar em contato com Solange.

Uma seqüência de telefonemas para chegar ao que era fato: Ela tinha mesmo sido assassinada. Um motoqueiro encapuzado entrou na casa – a despeito dos cadeados e da câmera – e foi ao quarto onde se encontravam Maíra, Adriana e a mesma amiga que estava no dia 03.

Tudo aconteceu muito rápido, o homem entrou e gritou: “Aí bicha! Você perdeu!”, e em seguida desfechou dois tiros sobre Maíra.

O enterro estava marcado para as 16.30 h., cheguei um pouco antes, não levei o caderno de campo, aliás, tinha dado o campo por encerrado e não sabia se queria fazer com que os registros do velório e enterro de Maíra constassem do doutorado.

Estava chocada! Sabia que algo muito estranho estava acontecendo neste campo. A antiga algazarra e a falta de limites para aceder ao cortiço onde Maíra morava antes, haviam sido substituídas por um sobrado vigiado por câmeras e trancado com cadeados.

Mas jamais teria imaginado isso: Maíra assassinada! A filha com apenas 20 dias! Agora que ela tinha mudado! Agora que ela era outra pessoa! Agora ...

Logo na entrada do velório encontrei Solange que parecia ter atravessado muito bem estas horas difíceis. Aliás, mais uma vez Solange atravessava um temporal com galhardia, sem dar mostras de fraquejar, e, ao mesmo tempo, sem perder a sensibilidade.

Muito educada justificou sua ausência no encontro ocorrido na Faculdade para realizar a devolutiva deste trabalho. Em seguida, seguiu se desculpando: Agora pelo fato de “tudo estar muito simples”. Ela não queria um velório “assim”, tinha feito tudo diferente, mas depois, a mãe chegou e mandou trocar tudo, tudo mesmo, até o caixão. Então, estava como estava, mas não era do gosto dela.

Eu entendi os pedidos de desculpas de Solange quando vi Maíra no caixão: vestida em uma camisa azul clara de mangas compridas, com colarinho e punho bem abotoados. Sim, ela seria enterrada como Pedro, porque para a mãe sempre havia sido e seria “Pedro!”.

Adriana estava desolada, queria o pai da sua filha de volta. A presença de várias travestis da cidade que cantaram durante o velório e aplaudiram no momento de fechar o caixão, entremeava-se à suspeitosa ausência de outras ... “Alguém” (uma das travestis moradoras da casa) teria aberto a porta para o motoqueiro encapuzado.

REGULAMENTO

EU NÃO JURO NADA
POR COISA ALGUMA,
POIS QUE TODO CAMINHO É INCERTEZA.
A ORDEM SE DESARRUMA
A HISTÓRIA SE DESAJEITA,
O ARRANJO TROCA DE LADO E VIRA A MESA.
TAMPOUCO PROMETO.
NESSE JOGO DE REGRAS E TRATOS,
ROLAM OS DADOS,
MUDAM OS FATOS,
NUM CICLONE CÉLERE, INCLEMENTE.
SÓ O QUE POSSO É ME ENTREGAR COMPLETAMENTE
A TODA CAUSA QUE ME DEDICAR,
A CADA TEMPO QUE EU PUDEIR VIVER,
A CADA AMOR QUE ME FIZER AMAR.

FLORA FIGUEIREDO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R. de C. F. (org.) e col. **Jovens, gênero e sexualidade: questão para o campo da saúde pública**. São Paulo: FAPESP / Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____ e col. Saúde pública, ciências sociais e as chamadas populações vulneráveis. In: ROCHA, A. A. **Saúde pública**. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 297 – 310.

AGUSTÍN, L. M. **Trabajar en la industria del sexo**. Madrid: OFRIM/suplementos, junio 2000. p. 155-172. Disponível em: http://www.mugak.eu/ef_etp_files/view/Laura_Agustin_Trabajar_en_la_industria_del_sexo.pdf?package_id=2392. Acesso em 10 outubro 2008.

AGUIRRE, A. M. de B. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: desafios e dificuldades em sua elaboração. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 206 – 222.

ALBUQUERQUE, F. de F.; JANELLI, M. **A Princesa**: Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ARELLA, C. e col. **Los pasos (in)visibles de la prostitución**: Estigma, persecución y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona. Barcelona: Lallevir / S.L./VIRUS, 2007.

AZIZE, Y. V. Empujar las fronteras: mujeres y migración internacional desde América Latina y el Caribe. In: OSBORNE, R. **Trabajadoras del sexo**: Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 35 -52.

BARBOSA, R. M. HIV/AIDS, Transmissão heterossexual e métodos de prevenção controlados pelas mulheres. **Saúde Sexual e Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, . nº 2, 2000.

BASTOS, F.I. A feminização da epidemia de AIDS no Brasil: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento. **Saúde Sexual e Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, . nº 3, 2000.

BASSERMANN, L. **História da Prostituição**: Uma interpretação cultural. Rio de Janeiro,:Civilização Brasileira, 1965.

BENEDETTI, M.R. Hormonizada! Reflexões sobre o uso de hormônios e tecnologia do gênero entre travestis que se prostituem em Porto alegre. In: FÁBREGAS-MATÍNEZ, A.I.; BENEDETTI, M.R. (Org.). **Na Batalha**: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa / Palmarica, 2000. p. 47-62.

_____. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. **A Reinvenção do corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERQUÓ, E. e col. **Comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV e AIDS**. Brasília (DF): 1999. Versão preliminar de relatório de pesquisa. Disponível em: <http://www.Aids.gov.br>.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (org.) **Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo/ Campinas/ Belo Horizonte: 34 / ABEP / NEPO/UNICAMP / CEDEPLAR/UFGM, 2000. p. 13 – 58.

BUTTLER, J. **Deshacer el gênero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CARRARA, S. A Aids e a história das doenças venéreas no Brasil. In: LOYOLA, M. A. e col. **Aids e sexualidade**: o ponto de vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UERJ, 1994. p. 73 - 108.

_____. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, R; BARBOSA, R.M. (org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ABIA / IMS/UERJ, 1996. p. 17-37.

CARRILLO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, n. 28, 2007. p. 375-405. Disponível em <http://www.arteleku.net/4.0/pdfs/preciado.pdf>.

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. Desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em 20 março 2005.

DALMOLIN, B. M. e col. A Construção metodológica do campo: Etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. **Ver. Saúde e Sociedade**, Porto Alegre: v.11, n.2, 2002. p. 19 - 34.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DENIZART, H. **Engenharia erótica**: Travestis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

EUFRÁSIO, M. A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: (Curso de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 34, 1999.

FÁBREGAS-MARTINEZ, A. I. Traçando a batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In: FÁBREGAS-MARTINEZ, A. I.; BENEDETTI, M. R. (org.) **Na Batalha**: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa / Palmarinca / GAPA-RS, 2000. p. 15 – 30.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, n. 17/18, 2001 – 02. p. 9 - 79.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996b.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres.** 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Ditos e escritos V.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRY, P. e MACRAE, E. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GASPAR, M. D. **Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e identidade social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GIRALDO, P. C. e col. Influência da frequência de coitos vaginais e da prática de duchas higiênicas sobre o equilíbrio da microbiota vaginal. **Rev Bras Ginecol Obstet.** V.5, n. 27, 2005. p. 257-262.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRUPO DA VIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu.** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, v. 25, jul-dez 2005. p.153-184.

GUERRIERO, I. C. Z. **Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde.** 2006. 230. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JIMENEZ, L. e col. La cuestión de la demanda o la demanda por una cuestión. **La diaria de los psicólogos.** Rosario (Arg.): n. 4, noviembre 1997. p. 27-28.

_____. **Efeitos do desemprego prolongado na divisão sexual do trabalho: Estudo de uma população masculina do ABC.** São Paulo. 2002. 136. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JULIANO, D. **La prostitución**: El espejo oscuro. Barcelona: Icaria, 2002a.

_____. La telaraña de las redes migratorias. **SOS-Racismo**: Informa Annual sobre el racismo en el Estado Español. Barcelona: Icaria, 2002b.

KLEIN, J. O. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. **Estudos em Comunicação**, n. 1, abril 2007. p. 215-231. Disponível em http://www.labcom.ubi.pt/ec/01/_docs/artigos/klein-otavio-genese-do-conceito-de-dispositivo.pdf.

KULICK, D. **Travesti**: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAGO, T. Di G. do. Opções contraceptivas em tempos de AIDS. In: PARKER, R.; Galvão J. **Quebrando o silêncio**: Mulheres e Aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ABIA / IMS/UERJ, 1996. p. 191 - 203.

LEITE JR, J. Nossos corpos também mudam: Sexo, Gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M. I. B. (org.) **Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo/ Campinas/ Belo Horizonte: 34 / ABEP / NEPO/UNICAMP / CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 85 - 110.

LERNER, R. Contribuições para o debate sobre a viabilidade de trabalhar como pesquisador em uma instituição na qual se é membro da equipe de atendimento e aspectos éticos envolvidos. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 223 – 236.

LIGUORI, A. L. El SIDA y la salud reproductiva. In: LANGER, A. ; TOLBERT, K. (orgs). **Mujer** : Sexualidad y salud reproductiva en México. México : EDAMEX/Populacion Council, 1996. p. 207-232.

LIPSZYC, C. Mujeres en Situación de Prostitución: ¿Trabajo o Eclavitud sexual?. In: **El Diario Clarín**. Nov. 2000. Disponível em: <http://www.apramp.org/upload/doc101_Mujeres_situacion_Prostitucion.pdf> . Acesso em 06 out. 2008.

LOURO, G. L. Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação. **Rev Estudos Feministas**. n.9, 2001. p. 541-553.

LUNA, L. G. **El sujeto sufragista, feminismo y feminidad en Colombia, 1930-1957**. Cali: La Manzana de la Discordia / Centro de Estudios de Género, Universidad del Valle, 2004.

MARTIN, D. **Riscos na prostituição**: Um olhar antropológico. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP : Fapesp, 2003.

MECCIA, E. e col. Trabajo sexual: estigma e implicancias relacionales. Trayectorias de vulnerabilidad de mujeres y travestis en situación de prostitución en el sur del Gran Buenos Aires. In: MALLIMACI, F.; SALVIA, A. (coord.). **Los nuevos rostros de la marginalidad**: La supervivencia de los desplazados. Buenos Aires: Biblos, 2005. p. 113 - 129.

MEDEIROS, R. de P. **Hablan las putas**: Sobre prácticas sexuales, preservativos y SIDA en el mundo de la prostitución. 2. ed. Barcelona: Lallévir S.L./Virus, 2002.

MERCHÁN-HAMANN, E. e col. Impacto de intervenção sobre o uso do preservativo na prevenção de DST, HIV/AIDS em mulheres profissionais do sexo no Brasil. In: **II Foro en VIH/SIDA/ITS de América Latina y el Caribe**, La Havana (Cuba): Softcal, 7 a 12 Abril 2003. 1 CD ROM.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro / São Paulo: Hucitec / ABRASCO, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST/Aids, Série manuais, n.52, 2002.

_____. **Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras**. Série Estudos, pesquisa e avaliação nº 7. Brasília (Distrito

Federal): 2004. Disponível em: <<http://www.Aids.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

MONTAGNER, P. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, M. I. B. (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo/ Campinas/ Belo Horizonte: 34 / ABEP / NEPO/UNICAMP / CEDEPLAR/UFGM, 2000. p. 161 - 167.

MONTREYNAUD, F. Penalización de los clientes en Suecia. In: LE MODE DIPLOMATIQUE. **La prostitución: debate sobre el derecho de vender el cuerpo; causas de la prostitución; redes internacionales mafiosas; la prostitución infantil; etc.** Santiago (Chile): Aún Creemos En Los Sueños, 2004. p. 15 – 20.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Protocolo para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, Especialmente Mujeres y Niños**. 2000. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/pt/human-trafficking/index.html>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ONUSIDA - Programa conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA. **Trabajo sexual y VIH/SIDA**. Marzo, 2003.

PASINI, E. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas. v.14, 2000a. p. 181-200.

_____. O Uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, A. I.; BENEDETTI, M. R. **Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição**. Porto Alegre: Dacasa / Palmarica, 2000b. p. 31 – 46.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

PERLONGHER, N. O. **O negócio do michê: Prostituição viril em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Braziliense, 1987.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PISCITELLI, A. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, v. 25, jul-dez 2005. p. 7-23.

_____. Sujeição ou Subversão: Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Histórias e Perspectivas**. Uberlândia: n. 35, Jul-dez 2006. p. 13-55.

PITTALUNGA, L.; SERAFIM, D. Profissionais do sexo: Prioridade do Programa Brasileiro de DST/Aids. In: **II Foro en VIH/SIDA/ITS de América Latina y el Caribe**, La Havana (Cuba): Softcal, 7 a 12 Abril 2003. 1 CD ROM.

POCHMANN, M. **O Emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRECIOSO, M. L. e MESTRE, R. M. **Trabajo sexual: reconocer derechos**. Valência: La Burbuja, 2006.

RAGO, M. **Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1980-1940). In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / ABIA / IMS/UERJ, 1996. p. 52 - 62.

_____. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890 – 1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVEL, J. **Foucault, conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIOS, R. R. Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas conseqüências práticas. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, A. I.; BENEDETTI, M. R. **Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição**. Porto Alegre: Dacasa / Palmarica, 2000. p. 81 - 94.

RUBIN, G. S. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política sexualidade. **Cadernos Pagu**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, v.21, 2003a. p. 01-88.

_____. Tráfico sexual - entrevista. **Cadernos Pagu**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. v.21, 2003b. p. 157 - 209.

RUBIO, A. La teoría abolicionista de la prostitución desde una perspectiva feminista: Prostitución y política. In: FERNÁNDEZ, I. H. (ed.). **Prostituciones: Diálogos sobre sexo de pago**. Barcelona: Icaria, 2008. p. 73 - 94.

SANTOS, M. **La Naturaleza del espacio: Técnica y tiempo. Razón y emoción**. Barcelona: Ariel, 2000.

SANTOS, N. J. S. e col. Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade. **Revista Saúde Pública**. São Paulo: v. 36, n.4, 2002. p. 12 - 23.

SEGDWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos PAGU**. São Paulo: Universidade estadual de Campinas, n. 28, 2007. p. 19-54.

SILVA, H. R. S. **Travesti: A invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ISER, 1993.

SPOSATI, A. **Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de Diadema**. São Paulo: Prefeitura Municipal de Diadema/ PUC/ IEE/ CEDEST, 2007.

STONE, K. M. e col. Personal protection against sexually transmitted diseases. **Am. Journal Obstet. Gynecol.** n. 155, 1990. p. 180 - 188.

SUSANN, J. **Teoria Queer**. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=191&secao=desbunde>

VIEIRA, E. M. **A Medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SECUNDÁRIAS

AGUSTIN, L. M. Lo no hablado: Deseos, sentimientos y la búsqueda de 'Pasárselo bien'. In: OSBORNE, R. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI**. Barcelona: Belaterra. 2004, p. 81 - 191.

ALBORNOZ, S. **O Que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANONYMUS. **Diadema Jornal**, Diadema: 13 maio 2001, A7.

ÁRIES, P. São Paulo e a carne. In: Ariès P, Béjin A. (orgs). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 50-53.

BASUKI, E. e col. Reasons for not using condoms among female sex workers in Indonesia. **Aids Educ and Prev**. New York: v. 2, n. 14, p. 102 - 116, 2002.

BENEDETTI, M.R. **A Batalha e o corpo**: Breves reflexões sobre travestis e prostituição. Disponível em:

<http://209.85.165.104/search?q=cache:HKu_mE8lpysJ:www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/Breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf+marcos+benedetti+a+batalha+e+o+corpo&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br/>.

Acesso em: 06 outubro 2008.

BERKINS, L. Un itinerário político del travestismo. In: MAFÍA, D. (comp.). **Sexualidades migrantes**. Género y transgénero. Buenos Aires: Scarlett Press, 2003, p. 127 - 137.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOSWELL, J. **Cristianismo, tolerancia social y homossexualidad**. Chicago: University P., 1980.

BRENNER, A. A prostituição feminina. In: BRENNER, A. **A mulher israelita**. Papel social e modelo literário na narrativa bíblica. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 113-124.

BROWN, P. **Corpo e sociedade**: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BURGESS, E. W. **Urban Areas**. In: Smith & White 1929; p. 113-38.

_____. Can neighborhood work have a scientific basis? Proceedings of the national conference of social work. In: Park R, Burgess EW e McKenzie RD. **The City**. Chicago: University of Chicago Press. 1925. p. 142-155.

BUTTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CLAYTON, S. O hábito faz o marido? O exemplo de uma *female husband*, James Allen. In: SCHPUN, M.R. (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo / Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 151-174.

CORREIA, A. C. G. Generalidades sobre a prostituição. In: **Prostituição e profilaxia anti-venérea**. (s.l.), Rangel, 1938. p. 1 - 17.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DÍAZ, R. O.; MORENO, A. C. M. Prostituição: Um trabalho ou uma forma de exploração? In: CLADEM – Comitê de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer **¿Prostitución: trabajo o esclavitud sexual?** Lima (Perú): 2003. Disponível em: <<http://www.cladem.org>. Acesso em: 23 jul. 2006.

ELIAS, C. J., COGGINS, C. Female-controlled methods to prevent sexual transmissions of HIV. **AIDS**, 10 (suppl.3): S43-51; 1996.

FILIFE, E. Disponível em : <<http://napontadosdedos.wordpress.com/2008/01/17/o-mito-do-sexo-seguro-entre-lesbicas/>>. Acesso em: 20 set. 2008.

GOLLUB, E. L. **Protecting women from STI/HIV: Research experience and lessons learned with hierarchical counseling among women at high risk in Philadelphia**. Background paper prepared for the Symposium on Practical and Ethical Dilemmas in the Clinical Testing of Microbicides, Warrenton; 1997.

GOMES, J. M. Prostituição. In: GOMES, J. M. **A sífilis e seu controle**. São Paulo: Brasiliense, 1947, p. 13-26.

HARRIS, C. D., ULMAN, E. L. The Nature of Cities. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. 1945; 242: 7-17.

JIMENEZ, L. Descaminhos: Sexualidade, prostituição e Aids. (resumo) **Bol do Ins de Saúde do Estado de São Paulo**. São Paulo: nº. 33, ago 2004. p. 31 - 33.

JUNQUEIRA, C. B. **A rede dos lugares**. Em: Encontro internacional: Lugar, formação socioespacial, mundo. São Paulo: ANPEGE, 1994.

KIRSCH, J. **As prostitutas na Bíblia**. Algumas histórias censuradas. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1998.

KULICK, D. Causing a commotion: public scandals as resistance among brazilian transgendered prostitutes. **Anthropology today**, London: v. 6, n. 12, p. 3-7, 1996.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAU, J. T. e col. A study on female sex workers in southern China (Shenzhen): HIV-related knowledge, condom use and STD history. **AIDS-Care**. New York : v. 2, n. 14, p. 219 – 233, 2002.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. (org.) **Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo/ Campinas/ Belo Horizonte: 34 / ABEP / NEPO/UNICAMP / CEDEPLAR/UFGM, 2000. p. 139 - 160.

LIMA, D. Entenda o capitalismo de terceira classe do Grande ABC. **Revista Livre Mercado**. Santo André: v. XI, n.130, Editora Diário do Grande ABC, 2001. p. 08 - 15.

MACKENZIE, R. D. The ecological approach to the study of the human community. **American Journal of Sociology**. 1924, n. 30 v. 3. p. 287-301.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: n. 17, v. 49, 2002. p. 11 - 29.

MARTÍNEZ, P. R. Género, inmigración y trabajo en las sociedades posmodernas. In: FERNÁNDEZ, I. H. (Ed.) **Prostituciones**: Diálogos sobre sexo pago. Barcelona: Icària, 2008. p. 41-54.

MATHIEU, L. Las Causas económicas de la prostitución. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. **La Prostitución**: debate sobre el cuerpo; causas de la prostitución; redes internacionales mafiosas; la prostitución infantil, etc. Santiago (Chile): Aún Creemos en los Sueños, 2004. p. 21 – 28.

MEDICI, A. Memória: Os Rodrigues de Piraporinha. **Diário do Grande ABC**. Santo André: n. 06, jul. 1995. p. 03.

_____. Sexta-feira Santa. **Diário do Grande ABC**. Santo André: n. 13, abr. 2001. Caderno Setecidades p. 2.

MOTT, L. R. B. **Escravidão e homossexualidade**. Trabalho apresentado no III Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife: setembro de 1982, mimeo.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. Im: ROCHA, M. I. B. (org.) **Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo/ Campinas/ Belo Horizonte: 34 / ABEP / NEPO/UNICAMP / CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 171 - 186.

OLIVIERI, A. Erotismo e grupos sociais em Veneza no século XVI: A cortesã. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Org.) **Sexualidades Ocidentais**: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 115-122.

OUTWATER, A. e col. Patterns of partnership and condom use in two communities of female sex workers in Tanzânia. **J. Assoc. Nurses AIDS Care** (s.l.), n. 4, v. 11 2000. p. 46 – 54.

PARK, R. E. The City: Suggestions for the investigation of human behavior in the City Environment. **American Journal of Sociology**. 1915; n. 20, v. 5. p. 577-612.

PARKER, R. **Bodies, pleasures and passions: sexual culture in contemporary Brazil**. Boston: Beacon Press, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. **Diadema: Caminhos e lugares**. Diadema: Departamento de Cultura, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 1999.

PRIEUR, A. **La féminité volée**: les constructions corporelles et symboliques chez les travestis mexicains. Anais do Congresso Sociétés et Représentations, avr. 1996.

QUALLS-CORBETT, N. **A prostituta sagrada**: a face eterna do feminino. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

RIZZO, C. Piraporinha ontem e hoje. **Piraporinha News**. maio 1995.

ROSEMBERG, M. J.; GOLLUB, E. L. Methods women can use that may prevent sexually transmitted disease, including HIV. **Am Journal Public Health**, v. 82, 1992. p. 1473 - 1478.

ROSSIAUD, J. A prostituição, sexualidade e sociedade nas cidades francesas do século XV. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Org.) **Sexualidades Ocidentais**: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 93 - 114.

_____. **A prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RUBIN, G. S. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, v. 21, 2003.

SALLES, C. As prostitutas de Roma. In: Amor e sexualidade no ocidente. **L'Histoire/Seuil**. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 68 - 81. Edição especial.

SILVA, H. R. S e FLORENTINO, C de O. A sociedade dos travestis: Espelhos, papéis e interpretações. In: PARKER R; BARBOSA, R. M. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ABIA / IMS/UERJ, 1996.

SIMMEL, G. A. Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13 - 28.

SPENCER, C. **Homossexualidade**: Uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TORRES, S. Palabras cruzadas. In: CLADEM – Comitê de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer **¿Prostitución: trabajo o esclavitud sexual?** Lima (Perú): 2003. p.11-23. Disponível em: www.cladem.org. Acesso em: 05 fev. 2006.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: Um comentário teórico. **PHISIS, Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 1, 1995. p. 7 - 31.

WATTS, C. e col. **The impact of microbicides for HIV prevention: insights from mathematical modeling**. Paper preparado para o Symposium on Practical and Ethical Dilemmas in the Clinical Testing of Microbicides. Warrenton: 1998.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 97-122.

ANEXOS:

Anexo I: Distribuição territorial do Trabalho Sexual em Diadema

Anexo II: Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Exigibilidade de Pagamento por Serviço de Natureza Sexual.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2003 (Do Sr. Fernando Gabeira)

Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

§ 1º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não.

§ 2º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar.

Art. 2º Ficam revogados os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Já houve reiteradas tentativas de tornar legalmente lícita a prostituição. Todas estas iniciativas parlamentares compartilham com a presente a mesma inconformidade com a inaceitável hipocrisia com que se considera a questão.

Com efeito, a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização. Embora tenha sido, e continue sendo, reprimida inclusive com violência e estigmatizada, o fato é que a atividade subsiste porque a própria sociedade que a condena a mantém. Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela.

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação

relegada à marginalidade – não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime – seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis.

O primeiro passo para isto é admitir que as pessoas que prestam serviços de natureza sexual fazem jus ao pagamento por tais serviços. Esta abordagem inspira-se diretamente no exemplo da Alemanha, que em fins de 2001 aprovou uma lei que torna exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. Esta lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002.

Como consectário inevitável, a iniciativa germânica também suprimiu do Código Penal Alemão o crime de favorecimento da prostituição – pois se a atividade passa a ser lícita, não há porque penalizar quem a favorece.

No caso brasileiro, torna-se também conseqüente suprimir do Código Penal os tipos de favorecimento da prostituição (art. 228), casa de prostituição (art. 229) e do tráfico de mulheres (art. 231), este último porque somente penaliza o tráfico se a finalidade é o de incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade.

Fazemos profissão de fé que o Legislativo brasileiro possui maturidade suficiente para debater a matéria de forma isenta, livre de falsos moralismos que, aliás, são grandemente responsáveis pela degradação da vida das pessoas que se dedicam profissionalmente à satisfação das necessidades sexuais alheias.

Sala das Sessões, em de 2003.

Deputado Fernando Gabeira

Anexo III: Projeto de Lei que Regulamenta a Profissão de Prostitutas e Prostitutos

Projeto de lei federal lei nº 4.244/04 regulamenta profissão de prostitutas e prostitutos

(Legislação - 08.11.2004)

Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art.1º - Consideram-se trabalhadores da sexualidade toda pessoa adulta que com habitualidade e de forma livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não laborar em favor de outrem.

Parágrafo Único: Para fins dessa lei, equiparam-se aos trabalhadores da sexualidade, aqueles que expõem o corpo, em caráter profissional, em locais ou em condições de provocar apelos eróticos, com objetivo de estimular a sexualidade de terceiros.

Art.2º - São trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

- 1 – A prostituta e o prostituto;
- 2 – A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, dancing's, cabarés, casas de "strip-tease" prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela;
- 3 – A garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço, em boates, dancing's, cabarés, prostíbulos e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade secundária ou predominante o apelo a sexualidade, como forma de atrair clientela;
- 4 – A atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas exibidas em estabelecimentos específicos;
- 5 – A acompanhante ou acompanhante de serviços especiais de acompanhamento íntimo e pessoal de clientes;
- 6 – Massagistas de estabelecimentos que tenham como finalidade principal o erotismo e o sexo;
- 7 – Gerente de casa de prostituição.

Art. 3º - Os trabalhadores da sexualidade podem prestar serviço de forma subordinada em proveito de terceiros, mediante remuneração, devendo as condições de trabalho serem estabelecidas em contrato de trabalho.

Art. 4º - São direitos dos trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

a – Poder expor o corpo, em local público aberto definido pela autoridade pública competente;

b – Ter acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis;

c – Ter acesso gratuito aos esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar as doenças socialmente previsíveis;

Art. 5º - Para o exercício da profissão de trabalhador da sexualidade é obrigatório registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho.

§ 1º - O registro profissional deverá ser revalidado a cada 12 meses.

§ 2º - Os trabalhadores da sexualidade que trabalham por conta própria deveram apresentar a inscrição como segurado obrigatório junto ao INSS, no ato de requerimento do registro profissional.

§ 3º - Para a revalidação do registro profissional será obrigatório a apresentação da inscrição como segurado do INSS e do atestado de saúde sexual, emitido pela autoridade de saúde pública.

Art. 6º - É vedado o labor de trabalhadores da sexualidade em estabelecimentos que não tenham a autorização das autoridades públicas em matéria de vigilância sanitária e de segurança pública.

Art. 7º - Os trabalhadores da sexualidade poderão se organizar em cooperativas de trabalho ou em empresas, em nome coletivo, para explorar economicamente prostíbulos, casas de massagem, agências de acompanhantes e cabarés, como forma de melhor atender os objetivos econômicos e de segurança da profissão.

Art. 8º - O trabalho na prostituição é considerado, para fins previdenciários, trabalho sujeito às condições especiais.

JUSTIFICAÇÃO

As opiniões acerca da prostituição são diversas, tanto na sociedade brasileira como em outros países, do mesmo modo como são variadas as concepções políticas em relação ao tema. Na Holanda, por exemplo, a

prostituição é legalizada e ordenada juridicamente a fim de adequá-la à realidade atual e de melhor controlá-la, impondo regras para sua prática e penas aos abusos e transgressões.

Assumindo a premissa de que milhares de pessoas exercem a prostituição no Brasil, proponho este projeto com intuito de regulamentar a atividade, estabelecer e garantir os direitos destes trabalhadores, inclusive os previdenciários. Fica estabelecido ainda o acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis, bem como à informação sobre medidas preventivas para evitá-las.

A prática da prostituição em território brasileiro passará a ter, entre outras exigências, a necessidade de registro profissional, a ser emitido pela Delegacia Regional do Trabalho e renovado anualmente. Esta e outras medidas previstas neste projeto de lei visam dotar os órgãos competentes de melhores condições para controlar o setor e, assim, conter os abusos.

EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal

Anexo IV: Classificação Brasileira de Ocupações

5198-05 – Profissional do sexo: - garota de programa, garoto de programa; Meretriz; Messalina; Michê; Mulher da vida; Prostituta; Puta; Quenga; Rapariga; Trabalhador do sexo; Transexual (profissionais do sexo); Travesti (profissionais do sexo).

Descrição:

Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão.

Condições gerais de exercício:

Trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechado e em veículos; em horários irregulares. No exercício de algumas atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos; a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágio de DST e maus tratos, violência de rua e morte.

Formação e experiência:

Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, oferecidas pelas associações da categoria. Outros cursos complementares de formação profissional, como por exemplo, cursos de beleza, de cuidados pessoais, de planejamento do orçamento, bem como cursos profissionalizantes para rendimentos alternativos também são oferecidos pelas associações, em diversos Estados. O acesso à profissão é livre aos maiores de dezoito anos, a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental. O pleno desempenho das atividades ocorre após dois anos de experiência.

Áreas de atividades:

- A) BATALHAR PROGRAMA
- B) MINIMIZAR AS VULNERABILIDADES
- C) ATENDER CLIENTES
- D) ACOMPANHAR CLIENTES
- E) ADMINISTRAR ORÇAMENTOS
- F) PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA
- G) REALIZAR AÇÕES EDUCATIVAS NO CAMPO DA SEXUALIDADE

Competências pessoais:

1. Demonstrar capacidade de persuasão
2. Demonstrar capacidade de expressão gestual
3. Demonstrar capacidade de realizar fantasias eróticas
4. Agir com honestidade
5. Demonstrar paciência
6. Planejar o futuro
7. Prestar solidariedade aos companheiros
8. Ouvir atentamente (saber ouvir)
9. Demonstrar capacidade lúdica
10. Respeitar o silêncio do cliente
11. Demonstrar capacidade de comunicação e língua estrangeira
12. Demonstrar ética profissional
13. Respeitar código de não cortejar companheiros de colegas de trabalho
14. Proporcionar prazer
15. Cuidar da higiene pessoal
16. Conquistar o cliente
17. Demonstrar sensualidade

Recursos de trabalho:

- Guarda roupa de batalha
- Preservativo masculino e feminino
- Cartões de visita
- Documentos de identificação
- Gel lubrificante a base de água
- Papel higiênico
- Lenços imedecidos
- Acessórios
- Maquiagem
- Álcool
- Celular
- Agenda

Anexo V: Declaração de Concordância

Secretaria de Saúde do Município de Diadema

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA
SECRETARIA DA SAÚDE**

CRT - Centro de Referência e Treinamento
PROGRAMA MUNICIPAL DST/AIDS
Tel./ Fax (011) 4051.3792 - 4056.1779

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Eu, Dr. Marcos Estevão Calvo, secretário de saúde do município de Diadema, declaro ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo que tenho conhecimento do projeto de Tese de Doutorado intitulado "Encontros sexuais e circuitos de sociabilidade: Prostitutas e travestis na cidade vermelha", de autoria de Luciene Jimenez.

Declaro ainda que autorizo a realização do mesmo dentro dos limites geográficos do município, reconhecendo a importância dos estudos junto às populações marginalizadas e, possivelmente, mais vulneráveis às DST/HIV-Aids.

Dr. Marcos Estevão Calvo

Secretário de Saúde do município de Diadema

Anexo VI: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
AV.DR. ARNALDO, 715- SÃO PAULO – BRASIL
CEP 01246-904

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estudos experimentais (I – VII)

Estudos observacionais (II – VII)

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU LEGAL RESPONSÁVEL

1. Nome do Paciente:.....
Documento de Identidade Nº :..... Sexo: () () F
Data de Nascimento:...../...../.....
Endereço:.....Nº.....Apto:.....
Bairro:.....Cidade:.....
CEP:.....Telefone:.....
2. Responsável
Legal:.....
Natureza (grau de parentesco, tutor, curador, etc.):.....
Documento de Identidade Nº:.....Sexo: () M () F
Data de Nascimento:...../...../.....
Endereço:.....Nº:Apto:.....
Bairro:.....Cidade:.....CEP:.....Tel:.....

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

1. Título do Protocolo de Pesquisa: Redes Sociais e Circuitos de Sociabilidade: Prostitutas e Travestis na cidade vermelha.
2. Pesquisador: LUCIENE JIMENEZ
Cargo/Função: Psicóloga/DOCTORANDA
Departamento da FSF/USP: SAÚDE MATERNO-INFANTIL

3. AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA

Sem Risco	Risco Mínimo	Risco Médio
	Risco Baixo	Risco Maior

(Probabilidade de que o indivíduo sofra algum dano como consequência imediata ou tardia do estudo. Nos projetos com coleta de sangue, incluir detalhadamente, como observação as possíveis reações decorrentes desse procedimento.)

4. Duração da Pesquisa: dois anos.

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PACIENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

1. Justificativa e os objetivos da pesquisa; 2. Procedimentos que serão utilizados e propósitos; incluindo a identificação dos procedimentos que são experimentais; 3. Desconfortos e riscos esperados; 4. Benefícios que poderão ser obtidos; 5. procedimentos alternativos que possam ser vantajosos para o indivíduo.

Lembrete: linguagem clara e acessível

IV – ESCLARECIMENTOS DADOS PELO PESQUISADOR SOBRE GARANTIAS DO SUJEITO DA PESQUISA

1. Acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas.
2. Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência.
3. Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.
4. Da indenização por parte do Patrocinador por eventuais danos à saúde decorrentes da pesquisa.

V – INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS E REAÇÕES ADVERSAS.

LUCIENE JIMENEZ – celular 7503 3070 residência 5678.5290

Professor Dr. RUBENS ADORNO – celular 8168.9880 Fac. 3083. 4117

VI – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

.....

VII – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do sujeito de pesquisa

Assinatura do pesquisado
ou responsável legal
(carimbo ou nome legível)

Anexo VII: Legislação do Município de Diadema Disciplinadora do Funcionamento de Bares e Similares.

LEI MUNICIPAL Nº 2.107, DE 13 DE MARÇO DE 2002
(DECRETO REGULAMENTADOR 5550/02)

Estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares.

JOSE DE FILIPPI JUNIOR, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - Fica estabelecido o horário entre 06:00 e 23:00 horas para funcionamento dos bares ou similares.

PARÁGRAFO 1º - Caracteriza bares ou similares os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local.

PARÁGRAFO 2º - O horário referido no “caput” deste artigo poderá ser autorizado ou prorrogado, mediante solicitação de alvará de funcionamento, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial, a prevenção à violência.

ARTIGO 2º - Para efeito desta lei, os bares ou similares que não possuam alvará de funcionamento terão licença especial de funcionamento, expedida pelos órgãos competentes da Prefeitura.

ARTIGO 3º - Fica proibida, a partir da publicação desta Lei, a concessão de novas licenças de funcionamento para bares ou similares, em imóveis localizados a menos de 300 (trezentos) metros de distância de estabelecimento de ensino infantil, fundamental, médio, técnico e superior, público ou privado.

ARTIGO 4º - Aos infratores, nos termos desta Lei, serão aplicadas, pela ordem, as seguintes penalidades:

- I – Notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- II – multa de 100 (cem) UFD.´s – Unidade Fiscal de Diadema, aplicável em dobro, em caso de reincidência;
- III – cancelamento do regime especial de funcionamento;

IV – fechamento administrativo do estabelecimento.

PARÁGRAFO 1º - Após o fechamento administrativo do estabelecimento, e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o Executivo poderá conceder nova licença de funcionamento, atendida a legislação vigente.

PARÁGRAFO 2º - Antes da aplicação das penalidades previstas neste artigo, o Poder Executivo, em conjunto com o Legislativo, fará ampla divulgação da Lei.

ARTIGO 5º - A presente Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

ARTIGO 6º - Os recursos para aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementados, se necessário.

ARTIGO 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 13 de março de 2.002.

(a) (a) JOSE DE FILIPPI JUNIOR
Prefeito Municipal

Anexo VIII: Questionário: Perfil Ocupacional, Social e de Saúde – Mulheres Profissionais do Sexo - Diadema

Apelido: _____ DATA: ____/____/____
 CASA: _____ Valor do Programa por meia hora: \$
 Valor destinado para a garota: \$

Tempo nesta casa: _____
 Regras da casa:

Identificação

DATA NASC: ____/____/____ Idade: ____
 Local de nascimento: _____ Cidade de Origem: _____
 Cidade de residência: _____ Tempo: _____
 Cor auto-referida
 PRETA () BRANCA () Parda () AMARELA () INDÍGENA () Outras ()
 Escolaridade: Nenhuma () até 4 anos () 5 a 8 ANOS ()
 9 a 12 anos () + de 13 anos ()
 Religião: Católica () Espírita () Evangélica ()
 Outras () Qual? _____

Vida familiar

Estado civil: SOLTEIRA () CASADA () Divorciada () Amasiada () Viúva ()
 Parceiro(a) afetivo Não () Sim ()
 Se sim: Tempo _____ É ex-cliente?
 Sexo da parceria Masc () Fem ()
 Profissão do(a) parceiro(a):
 Pessoas com quem reside:
 Considerando o total de despesas da sua casa, quanto é da sua
 responsabilidade: R\$
 Filhos Não () Sim () Quantos: Moram com:
 Abortos Não () Sim () Quantos: Decorrentes do trabalho
 sexual?

Atividades Ocupacionais

Ocupações anteriores:
 Ocupações paralelas: _____ Local: _____
 Tempo de trabalho na noite: _____
 Como se deu o início na prostituição:
 Quantas horas trabalha por dia/noite?
 Renda p/ dia/noite oriunda de programas:
 Renda p/ dia/noite oriunda de bebidas:

Número de parceiros por dia/noite:

Número de dia/noite trabalhadas por semana:

Sofreu algum tipo de violência (física, psicológica ou sexual durante a atividade ocupacional? Não () Sim ()

Caracterize:

Para você, a prostituição é:

Profissão () Ocupação temporária () Atividade desvalorizada ()

Quando perguntam qual o seu trabalho, o quê você responde?

Pessoas que têm conhecimento sobre a atividade ocupacional exercida:

Pais, irmãos () Filhos () Amigos () Parceiros sexuais ()

Outros ()

Sexualidade

Idade da 1a. relação: ____ anos Consentida? Sim () Não ()

Com quais parceiros(as), ou em quais situações sente prazer?

Relações que sente satisfação sexual (orgasmo).

Cuidados com o corpo

Data da última consulta médica: Especialidade: _____

Periodicidade com que vai ao médico:

Problemas de saúde:

Costuma informar ao médico sobre a sua ocupação Sim () Não ()

Data do último exame de prevenção ou papanicolau: _____

Como ou com quem resolve os problemas de saúde:

Práticas higiênicas:

Óvulos de limpeza () Duchas vaginais () Outros ()

Práticas de prevenção de doenças sexuais:

Outros cuidados com o corpo

Uso de álcool Não () Sim ()

Qtidade: _____ Vezes por semana: _____

Outras drogas: _____ Qtidade: _____ Vezes por semana: _____

Método Contraceptivo atual

Preservativo () Pílula () Injetável () Diafragma () DIU ()

Laqueadura () Tabela () Coito interrompido ()

Recurso utilizado para trabalhar durante período menstrual

Não Trabalha () Tampão de algodão () Pílula intermitente ()

Camisinha feminina () Diafragma () Outro () Qual? _____

Método de prevenção às DST/HIV

- Sexo vaginal 1a – Camisinha masculina
 1b – Camisinha masculina com gel d'água
 1c – Camisinha masculina com outros lubrificantes
 1d – Camisinha feminina
- Sexo anal 2a – Camisinha masculina
 2b – Camisinha masculina com gel d'água
 2c – Camisinha masculina com outros lubrificantes ou anestésicos
- Sexo oral 3a – Camisinha masculina
- Outros métodos 4 – Especifique
- Com parceiro pagante:
- Com parceiro pagante antigo (tempo ____):
- Com parceiro afetivo recente ou eventual:
- Com parceiro afetivo estável (tempo ____):
- Número de preservativos rompidos no último mês: ____ Motivo possível:

Circuitos de sociabilidade

- 1 – Quais os lugares onde você costuma ir durante a semana? Onde ficam?
- 2 – Quais os lugares onde você costuma ir nos finais de semana? Onde ficam?
- 3 – Quais os dias dedicados para lazer? Pessoas com quem realiza atividades de lazer. Última atividade de lazer (local, que tipo, ...)
- 4 – Pessoas importantes na vida atual. Há quanto tempo conhece? Onde moram?
- 5 – Pessoa que ajudou ou ajudaria a resolver problemas de saúde. Parentesco, grau de formação, frequência com que encontra.
- 6 – Pessoas que ajudam ou ajudariam a resolver problemas financeiros. Parentesco, grau de formação, frequência com que encontra.
- 7 – Tem algum plano para o futuro? Sonho, desejos, etc. Tem alguma poupança?

Anexo IX: Mapa Localização Espacial: Brasil – São Paulo – Diadema

Anexo X: Mapa do Estado de São Paulo

Diadema Estado de São Paulo

Anexo XI: Localização do município de Diadema na região da Grande São Paulo

Diadema

Anexo XII: Região do Grande ABCD com Renda Per Capita por Município

Anexo XIII: Mapa – Localização Espacial: São Paulo – Diadema - Santos

Anexo XIV: Bairros de Diadema
(Inclue índice Paulista de Vulnerabilidade Social)

Curriculo Lates

Autor: Luciene Jimenez

possui graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo (1985) e mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (2002). Atualmente realiza doutorado na mesma faculdade. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade, saúde, prevenção dst/hiv, prostituição.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 31/08/2008

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/4155026903094417>

Dados pessoais

Nome Luciene Jimenez

Nome em citações bibliográficas JIMENEZ, L.

Sexo Feminino

Endereço profissional Prefeitura do Município de Diadema.
Rua Felipe Camarão 287
Centro
09911-630 - Diadema, SP - Brasil
Telefone: (11) 40577954 Fax: (11) 40513792

Orientador: Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1977), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é professor associado da Universidade de São Paulo, atuando principalmente nos seguintes temas: exclusão social, saúde pública, uso de álcool e drogas, gênero e juventudes. Em termos metodológicos vem trabalhando com a contribuição teórica das ciências sociais e humanas no campo da saúde pública, e nas chamadas abordagens qualitativas na pesquisa.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 05/11/2008

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/7427719296567082>

Dados pessoais

Nome Rubens de Camargo Ferreira Adorno

**Nome em
citações
bibliográficas** ADORNO, R. C. F.

Sexo Masculino

**Endereço
profissional** Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública,
Departamento de Saúde Materno-Infantil.
AV. DR. ARNALDO Nº 715
CERQUEIRA CÉSAR
01246-904 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30834117 Fax: (11) 30850240